

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, *CAMPUS* DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO

FELIPE POLZIN DRUCIAKI

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO
CENTRO DO PARANÁ - AMOCENTRO**

TOLEDO
2016

FELIPE POLZIN DRUCIAKI

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO
CENTRO DO PARANÁ – AMOCENTRO**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação *stricto sensu* em desenvolvimento regional e agronegócio da universidade estadual do oeste do paraná, *campus* de Toledo, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em desenvolvimento regional e agrone  cio.

Orientador: Professor Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.

TOLEDO

2016

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

D794d Druciaki, Felipe Polzin
Desenvolvimento territorial : a Associação de Municípios do
Centro do Paraná - AMOCENTRO / Felipe Polzin Druciaki. --
Toledo, PR : [s. n.], 2016.
145 f.; il. (algumas color.), figs., tabs., quadros

Orientador: Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Desenvolvimento econômico - Dissertações 2. Economia
regional - Paraná 3. Paraná - Condições econômicas 4. Planejamento
econômico - Paraná 5. Desenvolvimento sustentável 6. Divisões
territoriais e administrativas - Paraná 7. Disparidades econômicas
regionais 8. Associação de Municípios do Centro do Paraná I. Lima,
Jandir Ferrera de, orient. II. T.

CDD 20. ed. 338.98162

FELIPE POLZIN DRUCIAKI

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO
CENTRO DO PARANÁ - AMOCENTRO**

Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Desenvolvimento Regional e Agronegócio
Da Universidade Estadual do Oeste do
Paraná, *Campus* de Toledo, como
requisito parcial para obtenção de título
de mestre em Desenvolvimento Regional
e Agronegócio.

Orientador: Professor Jandir Ferrera De
Lima, Ph.D.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo

Prof. Dr. Jorge Luis Favaro

Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO

Prof.^a. Dr^a. Mirian Beatriz Schneider Braun

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo

Toledo, Março de 2016.

À Nahir Bastos Druciaki
(*In memorian*)

Dedico este trabalho a todos que
acreditam na região Central do Estado do
Paraná.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela sabedoria e proteção.

Aos meus pais, Celço e Mara Rosana. Pessoas incomparáveis que em todos os momentos estiveram ao meu lado, e que nunca deixaram de incentivar e oportunizar essa caminhada com seu carinho e amor incondicional. Palavras não são suficientes para expor minha gratidão a vocês.

Ao meu irmão Vinícius, meu grande exemplo pessoal, profissional e acadêmico. Obrigado, irmão, por sempre me apoiar e ajudar quando precisei.

Ao amor da minha vida, Pâmella. Obrigado por toda paciência, apoio, carinho e amor nessa caminhada. Obrigado também por estar sempre ao meu lado, aconselhando, cuidando e sorrindo. Você é meu porto seguro.

À minha avó Eunice pelo cuidado e suporte desde o início da minha vida.

Aos professores do colegiado do PGDRA da UNIOESTE, *Campus* de Toledo, pelo profissionalismo, respeito, e valioso conhecimento repassado.

Ao meu orientador, Jandir Ferrera de Lima, profissional ímpar dentro da academia, o qual me fez tomar ainda mais gosto e respeito pela economia regional.

Aos professores Cristiano Stamm e Moacir Piffer pelas riquíssimas contribuições no momento da qualificação, e pelas contribuições dos Professores Jorge Favaro e Mirian Braun pelos direcionamentos no momento da defesa.

Aos meus colegas da 12ª turma do PGDRA da UNIOESTE, pessoas incríveis que tive o privilégio de conviver.

Ao departamento de Economia da Universidade Estadual do Centro-Oeste pelo incentivo contínuo. Em especial aos professores Amarildo Hersen, Luci Nychai, Zoraide Costa, Josélia Teixeira e Fernando Franco Netto pelos incentivos e exemplos durante todo o período que pude compartilhar com vocês, desde a graduação até hoje.

À Associação dos Municípios do Centro do Paraná – AMOCENTRO, pela receptividade, abertura e cordialidade sempre que precisei.

Ao Nilson Padilha e Osvaldo Rachelle pelo grande auxílio na pesquisa.

Aos prefeitos, secretários e demais representantes que participaram voluntariamente das entrevistas que compuseram este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo imprescindível apoio financeiro durante todo o período do mestrado. A bolsa permitiu que toda a pesquisa empírica fosse realizada.

Muito obrigado a todos!

What really matters from the point of view of social capital and civic engagement is not merely nominal membership, but active and involved membership.

Robert Putnam

The master-economist must possess a rare combination of gifts. He must reach a high standard in several different directions and must combine talents not often found together. He must be mathematician, historian, states man, philosopher - in some degree. He must understand symbols and speak in words. He must contemplate the particular in terms of the general, and touch abstract and concrete in the same flight of thought. He must study the present in the light of the past for the purposes of the future

John Maynard Keynes

DRUCIAKI, Felipe Polzin. **Desenvolvimento territorial:** a Associação de Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - *campus de Toledo*, 2016.

RESUMO

Este trabalho buscou analisar a Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO) frente ao seu objetivo de promover desenvolvimento territorial nos municípios a ela vinculados. Além disso, busca-se verificar se o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de 2011, seguido pela AMOCENTRO, frente aos seus objetivos de desenvolvimento territorial, é suficiente para promoção de tal processo. Para tanto, utilizou-se do método exploratório, visando oferecer maior intimidade com o problema de pesquisa proposto. Como instrumento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas *in loco*, aplicadas a vinte representantes envolvidos com a AMOCENTRO para identificar se a instituição promoveu ou promove o desenvolvimento dos municípios da região a partir de suas diretrizes, principalmente o PTDRS de 2011. A análise dos dados foi pautada nos fatores abordados neste trabalho como inerentes ao processo de desenvolvimento territorial (capital social, humano, cívico, institucional, redes de poder e governança). Os principais resultados foram classificados em três linhas de raciocínio. A primeira evidenciou que há capacidade de se promover o desenvolvimento territorial. Porém, isso ocorre de maneiras oportunistas e não como uma estratégia ou ação ativa. A segunda linha discorreu sobre o cumprimento das metas do PTDRS, de 2011, as quais não foram atingidas. Dos cinco eixos, nenhum conseguiu cumprir todas as ações. Aliado a isso, os resultados expuseram que o plano não foi oficialmente monitorado, e até o momento, não foi requalificado ou repensado. A terceira linha expôs que a falta de recursos humanos e financeiros e de infraestrutura no território trava ou torna o processo de desenvolvimento mais lento. Também mostrou que a AMOCENTRO deve trabalhar coletivamente, mas sem perder sua independência e representatividade política, atuando de forma incisiva na promoção de ações que visem à melhora na qualidade de vida da população do território.

Palavras-chave: AMOCENTRO, Desenvolvimento Territorial, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

DRUCIAKI, Felipe Polzin. **Territorial development: the Association of Municipalities of Paraná Center - AMOCENTRO**. Dissertation. (Regional Development and Agribusiness) – Centre for Applied Social Sciences, State University of Western Paraná *campus* Toledo, 2016

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the association of municipalities of Paraná Centre (AMOCENTRO) compared to its aim of promoting territorial development in associated municipalities. In addition, aims to verify that the territorial plan for sustainable rural development (PTDRS) 2011, followed by AMOCENTRO, compared to their territorial development goals are sufficient to promote such a process. For this were used the exploratory method in order to offer greater intimacy with the proposed research problem. As a tool, semi-structured interviews were conducted *in loco*, and applied to 20 representatives involved with AMOCENTRO to identify whether the institution promoted or promotes the development of municipalities in the region from its guidelines, especially PTDRS 2011. Data analysis was based the factors discussed in this work as inherent in the territorial development process (social capital, human, civic, institutional, governance and power networks). The main results were classified into three lines of reasoning. The first evidence shows that there is capacity to promote regional development. However, this is opportunistic ways and not as a strategy or active action. The second line talks about the fulfillment of the goals PTDRS 2011, which were not met. Of five axis, none managed to fulfill all actions. Allied to this, the results exposed the plan was not officially monitored, and to the present time was not reclassified or rethought. The third line showed that the lack of human and financial resources and infrastructure the territory crashes or slows down the development process. Also showed that AMOCENTRO must work collectively, but without losing their independence and political representation, working incisively to promote actions aimed at improving the quality of life of the population of the territory.

Key Words: AMOCENTRO, Territorial Development, Territorial Plan for Sustainable Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição geográfica dos municípios compreendidos na área de atuação da AMOCENTRO.	52
Figura 2 - Esquema geral da pesquisa.....	62
Figura 3 - Rodovia PR 364 entre Altamira do Paraná e Laranjal.....	81
Figura 4 - Sede da AMOCENTRO em Pitanga	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis e respectivo ano da emancipação dos Municípios que compõem o território da AMOCENTRO.....	46
Quadro 2 - Lista dos prefeitos presidentes da AMOCENTRO, de 1995 a 2016.....	48
Quadro 3 - Elementos norteadores do desenvolvimento territorial e balizadores da entrevista semiestruturada.	66
Quadro 4 – Metas do Eixo Infraestrutura PTDRS 2011.	94
Quadro 5 – Metas do eixo Serviços e Desenvolvimento Institucional PTDRS 2011.	97
Quadro 6 - Metas do eixo Meio Ambiente PTDRS 2011.	99
Quadro 7 – Metas do eixo Desenvolvimento Social PTDRS 2011.	100
Quadro 8 - Metas do eixo Trabalho e Renda PTDRS 2011.	102
Quadro 9 - Distinção dos objetivos AMOCENTRO x PTCPC x Consad.	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e variação percentual do período de 2000 a 2010.	56
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e variação percentual do período de 2000 a 2010 dos municípios da AMOCENTRO.	57
Tabela 3 - Variação percentual do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e seus respectivos subíndices do período de 2005 a 2011 dos municípios da AMOCENTRO	58
Tabela 4 - IDHM Educação 2000 a 2010.	76
Tabela 5 - IFDM Educação de 2011 a 2013.....	77
Tabela 6 - Participação dos municípios dentro das instituições.	107

ABREVIATURAS

AMOCENTRO - Associação dos Municípios do Centro do Paraná

CEEP - Centro Estadual de Educação Profissional

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IFPR - Instituto Federal do Paraná

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento e Social

ITCG - Institutos de Terras Cartografia e Geociências

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTC - Programa Territórios da Cidadania

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT - Secretaria do Desenvolvimento Territorial

SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizado Rural

UCP - Universidade do Centro do Paraná

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA	18
1.2	OBJETIVOS	21
1.2.1	Objetivo Geral	21
1.2.2	Objetivos Específicos	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	CONCEITUAÇÃO DE REGIÃO E TERRITÓRIO	22
2.2	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	23
2.3	ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	28
2.3.1	Capital social.....	30
2.3.2	Capital Humano	32
2.3.3	Capital cívico	35
2.3.4	Capital institucional	37
2.3.5	Redes de poder.....	39
2.3.6	Governança.....	40
3	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA AMOCENTRO	44
3.1	FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE.....	44
3.2	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO CENTRO DO PARANÁ.....	47
3.3	DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA ÁREA DE ESTUDO.....	54
4	METODOLOGIA	61
4.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	61
4.2	DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA DE PESQUISA.....	64
4.3	COLETA DOS DADOS	65
4.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	67
5	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO DA AMOCENTRO.....	69
5.1	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	69
5.1.1	Capital social.....	70
5.1.2	Relevância em participar das reuniões	71
5.1.3	Vínculo entre as instituições.....	73
5.1.4	Capacidade de cooperar e confiança.....	73
5.2	CAPITAL HUMANO	75
5.3	CAPITAL CÍVICO	79

5.4	CAPITAL INSTITUCIONAL	80
5.4.1	Frequência e comprometimento.....	80
5.4.2	Responsabilidades e recursos financeiros	83
5.4.3	Convergência de objetivos	85
5.5	REDES DE PODER	87
5.5.1	Contatos profissionais	87
5.5.2	Aproximação de instituições, dentro e fora do território (<i>bonding e bridging</i>) e ampliação do território	88
5.6	GOVERNANÇA.....	89
5.6.1	Liberdade de participação, instabilidade política e confiança.....	90
5.6.2	Competências públicas e privadas.....	91
6	PLANEJAMENTO TERRITORIAL E O PAPEL DA AMOCENTRO	92
6.1	PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	92
6.2	PAPEL DA AMOCENTRO	104
6.3	PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO	108
6.3.1	Demandas para o desenvolvimento territorial	111
7	CONCLUSÃO.	115
	REFERÊNCIAS.....	121
	APÊNDICES	130
	ANEXOS	137

1 INTRODUÇÃO

Indagações sobre como algumas regiões crescem e se desenvolvem, porque algumas delas são mais dinâmicas do que outras compreendem algumas das questões frente a um cenário de evidentes desigualdades sociais e econômicas, em qualquer escala. A tentativa de responder tais questionamentos perpassa por um prisma multidisciplinar, que busca identificar padrões e estratégias que promovam o desenvolvimento de determinados territórios, a fim de promover não só o aumento de renda, mas também uma melhora efetiva na condição de vida da população.

Ao se observar a situação do Estado do Paraná, nota-se a existência de uma ampla heterogeneidade social e econômica entre os municípios e regiões, na qual a porção central do Estado se destaca por apresentar, em geral, baixos níveis de desenvolvimento além da ínfima participação no PIB do Estado (PNUD, 2013; IPARDES, 2015).

Frente a essa problemática, na primeira metade dos anos de 1990, representantes dos municípios do território central do Estado do Paraná fundaram a Associação de Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO). A associação abrange 16 municípios, perfazendo um total de aproximadamente 324 mil habitantes, dos quais 30% estão na área rural. A associação tem como objetivo ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios participantes, além de promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental através de objetivos mútuos.

Atualmente, a AMOCENTRO utiliza como balizador de suas discussões o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), pensado e confeccionado por meio de uma metodologia advinda do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA, para localidades carentes, com ênfase nas rurais. O PTDRS que a AMOCENTRO utiliza como um balizador indireto de suas ações foi elaborado em 2006 pelo então Fórum Territorial de Desenvolvimento Paraná Centro e reestruturado em 2011, ao qual foram adicionadas ações, estratégias e metas.

Neste sentido, esta pesquisa investiga e analisa se o PTDRS, seguido como uma diretriz metodológica para as ações da AMOCENTRO, está condizente com as diretrizes necessárias para a promoção do desenvolvimento territorial dos municípios

membros e propor ações que objetivem o desenvolvimento territorial dos integrantes da AMOCENTRO.

Para tanto, apresenta-se uma revisão da literatura sobre desenvolvimento territorial, em que se destaca o Capital Social, Cívico, Institucional, Humano, as Redes de Poder e a Governança como principais elementos norteadores deste processo, tal como visto nos trabalhos de Dallabrida (2006, 2007, 2011), Abramovay (2007), Brandão (2004, 2008), Jean (2008), entre outros autores.

A coleta de dados foi realizada de forma primária, através de entrevista semiestruturada e pesquisa documental, e secundária a partir de banco de dados de fontes oficiais. Os dados foram analisados sob o prisma qualitativo e quantitativo a fim de oferecer maior robustez à pesquisa.

Este trabalho está disposto em 7 capítulos, onde após a introdução apresenta-se o referencial teórico utilizado, posteriormente, no terceiro capítulo, exibe-se a contextualização do objeto de estudo seguido do quarto capítulo que discorre sobre a metodologia do trabalho. No quinto capítulo, expõe-se o desenvolvimento territorial dos municípios da AMOCENTRO e, no sexto capítulo, discute-se o cumprimento das metas do PTDRS realizando um paralelo com as demandas territoriais dos municípios. Por fim, no sétimo capítulo, apresentam-se as considerações finais baseadas na síntese dos principais resultados encontrados.

1.1 PROBLEMA

O crescimento econômico combinado com a melhora na qualidade de vida constitui um objetivo almejado pelas sociedades à medida que estas evoluem. A procura excessiva pela industrialização a fim de gerar um aumento real no produto das economias, levou grande parte das regiões a concentrar seus esforços no crescimento econômico, sobrepondo à qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002).

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico são distintos, porém complementares. O crescimento econômico não é um conceito linear e não ocorre de modo ordenado em todos os lugares, assim como o desenvolvimento (SANTOS 1999). Para Kuznets (1982, p. 9) o crescimento econômico de uma sociedade,

[...] envolve um aumento na produção *per capita* (ou individual), ou por trabalhador, acompanhado, frequentemente, de um aumento populacional, e geralmente de grandes mudanças estruturais, isto é, mudanças nas instituições ou práticas sociais e econômicas.

O crescimento econômico depende, dentre outros fatores, do potencial de desenvolvimento endógeno das regiões através da atuação dos agentes econômicos da própria região. O crescimento deve vir acompanhado de investimentos, sejam estatais ou privados, pois mais investimentos representam maiores condições para ampliar a base produtiva e mais infraestrutura, tornando-se instrumento para avançar no desenvolvimento econômico (PELINSKI, 2007; PIACENTI, 2009). Ou seja, “o crescimento se transmite através de diversos canais e com efeitos variáveis para o conjunto da economia” (FERRERA DE LIMA *et. al*, 2014, p.27).

A distinção entre crescimento e desenvolvimento evidencia-se ao analisar que a concepção de uma sociedade desenvolvida vai além do aumento real do produto. O desenvolvimento econômico diz respeito ao aumento dos índices de bem-estar da sociedade, ampliando suas alternativas de saúde, educação e renda, expandindo também sua liberdade para desfrutar de conforto e lazer (SEN, 2007; OLIVEIRA, 2002; KUZNETS, 1982).

Algumas regiões e territórios apresentaram patamares diferenciados de desenvolvimento econômico ao longo do tempo, e isso acarretou a chamada “região

concentrada”¹, e em outras regiões um “tímido” processo de desconcentração, ou seja, atividades produtivas que estão sendo realocadas em outras localidades. Percebe-se que, em ambas as situações, a presença do Estado é fundamental, seja de forma direta ou indireta, pois o capital também age através do Estado a fim de (re) estruturar o espaço, mas, mesmo assim o Estado não foi capaz, até o momento, de redefinir efetivamente a concentração industrial brasileira que se originou a partir da industrialização pesada na década de 1950 (LIPIETZ, 1988; NETO, 1997; SANTOS & SILVEIRA, 2001).

As disparidades regionais e territoriais brasileiras se consolidaram através de um processo bastante complexo, no qual a interação desses espaços regionais ocorreu a partir de uma região hegemônica que, na formação do mercado interno, ocupou as regiões mais relevantes economicamente e consolidou diferenças marcantes dentro do território nacional (NETO, 1997). As assimetrias territoriais brasileiras se estenderam através da estruturação do capital no espaço cujo principal centro foi a região Sudeste, mais precisamente o Estado de São Paulo, cujo espaço era dotado de uma base produtiva eficiente e competitiva. Conforme aponta Neto (1997), São Paulo e a região Sudeste obtiveram êxito com o processo de substituição das importações e com as indústrias de insumos básicos e bens intermediários, que efetivamente solidificou sua hegemonia e contribuiu de forma significativa para a ampliação da diversidade regional brasileira.

Esse cenário de diferenças sociais e econômicas observadas no Brasil não é um problema identificado somente em nível nacional, pelo contrário, esse processo perpassa também Estados, Municípios e demais recortes territoriais. O Estado do Paraná é um exemplo desse fenômeno, pois mesmo sendo um Estado bastante dinâmico economicamente, com destaques para a agricultura e a indústria, possui diferenças inter e intra-regionais no território bastante visíveis e demarcadas, de maneira que se estabelecem interesses territoriais de cunho político e econômico, os quais acabam por alterar de forma direta ou indireta a dinâmica espacial do território (IPARDES, 2006; PELINSKI, 2007; NAKABASHI & FELIPE, 2007; TREVISAN & FERRERA DE LIMA, 2010).

¹ Trata-se de uma proposição de Santos e Silveira (2001), onde se identificaram 4 “Brasis”, tendo em vista a concentração da produção, técnica, informação e gestão. Compreende os seguintes espaços: região concentrada-sul e sudeste; o Brasil do Nordeste; o Centro-Oeste; e a Amazônia.

No início dos anos de 1990, representantes dos municípios do território central do Estado do Paraná, conhecido pelo seu baixo dinamismo econômico, buscaram iniciar a discussão de propostas e estratégias para visar a superação de dificuldades comuns e planejar um desenvolvimento territorial com foco na mobilização dos atores² envolvidos. Em 1995, criou-se a Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO) a partir de uma iniciativa do então prefeito do município de Pitanga, Altair Zampier juntamente com demais representantes, para fortalecer os municípios integrantes e galgar maior representatividade política e econômica.

As primeiras ações da AMOCENTRO, visando o desenvolvimento territorial, ocorreram a partir de 2002, com a elaboração um plano de curto prazo, que posteriormente foi substituído pelo Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDRS) em 2006. Esta proposta de planejamento foi seguida até meados de 2010, quando ocorreu a reconstrução do PTDRS. O “novo” planejamento foi apresentado em 2011 para os municípios, e é até hoje utilizado como uma diretriz balizadora da AMOCENTRO no que diz respeito às políticas de desenvolvimento territorial.

Não houve, até o momento, uma avaliação efetiva a fim de identificar se as diretrizes do PTDRS estão sendo seguidas, e se as ações do PTDRS estão coerentes com a realidade de necessidades do território ou se essas diretrizes/ações estão auxiliando na formação de desenvolvimento territorial.

Diante do exposto, justifica-se a análise do território da AMOCENTRO, ao entender a urgência desses municípios e sua população em melhorar seus indicadores sociais e econômicos, como será mais bem discutido no capítulo 3. Além disso, nota-se a ausência de investimentos significativos neste território, talvez devido à baixa relevância econômica perante aos demais territórios do Estado. Não se pode negligenciar a importância de um recorte espacial por desconhecer sua dinâmica territorial e econômica e suas perspectivas e potencialidades.

Neste sentido, sabendo que o território da AMOCENTRO é uma espacialidade com baixa relevância econômica, com baixos índices de desenvolvimento econômico e sociais, e que o único direcionamento ou planejamento que a associação utiliza de forma balizadora, e não direta, é o PTDRS desenvolvido em 2006 e reestruturado em 2011, que ainda no início de 2016

² Entende-se por atores aqueles envolvidos com o processo de desenvolvimento territorial dos municípios.

continua sem avaliação e monitoramento, propõem-se alguns questionamentos: A AMOCENTRO é instrumento e promove o desenvolvimento territorial nos municípios associados? O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) é suficiente para estimular o Desenvolvimento Territorial dos seus municípios? Quais são as estratégias e/ou ações necessárias para promover o DT dos municípios abrangidos pela AMOCENTRO?

Assim, a problemática exposta remete aos objetivos dessa pesquisa ao ampliar a investigação sobre as principais fragilidades desta região, e também ao identificar se a atual metodologia de trabalho da AMOCENTRO está coerente com os pressupostos de desenvolvimento territorial.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar se a AMOCENTRO promove o Desenvolvimento Territorial nos municípios vinculados a ela, e verificar se o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) está condizente com as diretrizes necessárias para a promoção do DT desses municípios.

.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar se a AMOCENTRO colabora para o desenvolvimento territorial dos seus municípios;
- Analisar se as ações do PTDRS de 2011, utilizado como balizador metodológico pela AMOCENTRO frente aos seus objetivos de desenvolvimento territorial, são suficientes para promoção do desenvolvimento territorial;

Na sequência serão apresentados e discutidos os conceitos de território e desenvolvimento territorial, e, a partir desses conceitos, os procedimentos metodológicos que serão instrumentalizados para responder as questões de pesquisa e atender aos objetivos propostos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A noção de território vem sendo amplamente debatida desde sua retomada histórica no início dos anos 1990, e cada vez mais autores estão canalizando seus estudos ao entendimento dos fenômenos inerentes ao desenvolvimento territorial (SAQUET & SILVA, 2008; CABRAL, 2007).

Apesar do grande avanço nesse campo, a ciência regional e urbana ainda é um campo aberto para muitas investigações graças ao caráter particular que cada território possui, como uma espécie de identidade cultural, social e econômica, impondo um grande desafio ao entendimento da dinâmica de cada território. Assim, nesse capítulo, será discutido o conceito de território e de desenvolvimento territorial a fim de embasar o objeto de estudo.

2.1 CONCEITUAÇÃO DE REGIÃO E TERRITÓRIO

O estudo das dinâmicas regionais pressupõe, *a priori*, o entendimento e conceituação dos termos região e território, para que não haja imprecisões futuras acerca do objeto de estudo.

Região e território, enquanto instrumento de análise geográfica, são dois conceitos indissociáveis graças aos movimentos ocorridos num determinado território e estão correlacionados diretamente com o movimento de construção, desconstrução e reconstrução das regiões (SOUZA & GEMELI, 2011).

O conceito de região vem sendo bastante discutido entre geógrafos, economistas, planejadores urbanos e regionais entre outros profissionais, contudo não há um consenso geral sobre o tema. Autores clássicos, como August Lösch, Harry Richardson, Albert Hirschman e Ann Markusen divergem em suas concepções sobre o que seria uma região, apesar de comungar do pressuposto básico das similaridades que levam um conjunto de localidades a agrupar-se como uma região. A região compreende uma dimensão real da vivência dos indivíduos e dos grupos, e é a partir dela que se cria uma base territorial comum para um dado quadro de referência de pertencimento e identidades (HAESBAERT & GONÇALVES, 2004).

A partir do momento em que há a construção do espaço geográfico social e econômico, se dá também a formação de territórios, que corresponde à expressão da apropriação e das relações de poder ocorridas no espaço geográfico entre os

indivíduos, pelo movimento histórico e por simultaneidades. Assim sendo, o espaço é, portanto, antecessor do território (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007).

O território diz respeito aos objetos e ações, bem como a constituição de redes, por vezes sendo compreendido como um sinônimo de um espaço geográfico organizado. Depois de organizado ou estabelecido num determinado *locus* geográfico, o território sofre mutações, indicando uma constante redefinição do espaço, e consequentemente do próprio território.

Para Raffestin (1993, p.2), “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”, ou seja, o território torna-se o espaço transformado historicamente pelas sociedades e pelas suas relações sociais, que caracterizam e dinamizam esse espaço.

A principal diferença nos trabalhos de Raffestin (1993) e Santos (1999), na compreensão do espaço e do território, é que, para Raffestin (1993), o território é a categoria principal da análise geográfica, ao passo que, para Santos (1999), o espaço geográfico é que é o conceito principal. Embora possuam definições diferentes, conforme o mesmo Raffestin (1993) citou, o território e o espaço não podem ser separados, pois um é condição para o surgimento do outro.

Realizadas estas considerações, define-se que uma região, como unidade de análise é, portanto, uma população contida em um determinado espaço, que é delimitado pelas suas características históricas, sociais, culturais e econômicas, seja resultante de um processo histórico ou por escolha.

Já o conceito de território representará, conforme Santos (1999), o *locus* geográficos organizados pelos seus próprios atores, com base em interesses próprios ou coletivos, através de uma representação formal ou informal, política ou social de suas relações sociais.

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O termo desenvolvimento territorial vem sendo utilizado, por vezes, de maneira geral e imprecisa. A territorialidade está presente em boa parte dos debates nacionais e internacionais sobre economia, política e sociedade, a fim de destacar as particularidades, oportunidades e impedimentos de determinadas regiões, de

modo que, com base nesses fatores, possam discutir e promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial destas regiões.

A noção de território está se espalhando graças ao fato de que seus conceitos explicam de forma mais completa o processo de construção social e econômica de cada região, isso ocorre porque o qualificativo territorial abarca todas as concepções do desenvolvimento, seja ele econômico, regional, local, político, social, humano ou sustentável. O termo “desenvolvimento territorial” justifica-se por entender que, além das dimensões tangíveis existentes nos fatores econômicos, possui também uma dimensão intangível, que está estreitamente ligada à cognição dos atores sociais a fim de organizar ações coletivas de seu próprio interesse (DALLABRIDA & FERNÁNDEZ, 2007). Dessa forma,

[...] seria possível afirmar que o desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2007, p.51).

Os atores sociais, representantes da sociedade organizada, são os responsáveis pela direção dos demais atores e sujeitos, pois possuem uma capacidade de cooperação e interação social e poderão influenciar no dinamismo da região ou território. Este “bloco sócio-territorial” assume, portanto, a tarefa de promover e participar do processo decisório que influenciará nos rumos do território por meio da orquestração público/privado. Além disso, os blocos sócio-territoriais são os correspondentes diretos da governança territorial, sendo constituído por um conjunto de atores heterogêneos com interesses divergentes e, por vezes, conflituosos.

Os novos modelos de desenvolvimento têm sua origem na ascensão de novos blocos sócio-territoriais, à medida que os blocos se alteram, novos modelos de desenvolvimento surgem em detrimento do anterior, formando o conceito de “redes de poder sócio-territoriais” (BENKO, 1999; DALLABRIDA & FERNÁNDEZ, 2007). Estas redes possuem várias camadas, podem ser locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais, ou seja, quanto mais complexas forem as redes, maior poder de governança elas terão. Neste sentido, a construção das nações, Estados

ou regiões acabam expressando a soberania de um grupo social definida pelo seu povo.

Essas ligações entre os atores e representantes sociais do território formam pactos sociais ou territoriais que representam uma aglutinação que idealizam e transformam projetos políticos em desenvolvimento para uma determinada sociedade organizada territorialmente (DALLABRIDA & FERNÁNDEZ, 2007). O termo “pacto territorial” se refere a um acordo entre os atores públicos e privados a fim de viabilizar o desenvolvimento local de uma determinada região ou território, bem como aperfeiçoar os recursos e o potencial de desenvolvimento local. O resultado esperado pelo pacto territorial é tornar o território atraente, principalmente para investimentos que venham a beneficiar a região e os atores envolvidos no processo, como uma forma de cooperação com objetivos mútuos, e por vezes conflitantes (DALLABRIDA, 2007).

Esta orquestração territorial explanada na visão do autor supracitado expõe vários conceitos e tipologias objetivando esclarecer como funciona o processo de desenvolvimento territorial de uma região, e mesmo que este tenha suas bases claramente fundadas nas relações sociais, o autor não aprofunda sobre a discussão sociológica desta interação, ao contrário de Abramovay (2007) e Jean (2008), que inserem a sociologia como um grande pilar e fonte de discussão sobre o território e sua formação. A sociologia surge nesta discussão como uma ferramenta a fim de suprir uma lacuna teórico-metodológica na conceituação de desenvolvimento territorial.

Para Jean (2008), o desenvolvimento territorial perpassa pelo entendimento sobre o que é territorial, o que é desenvolvimento, e principalmente, pelas relações sociais inerentes e formadoras do território. Essa conceituação, embora distinta, possui o mesmo sujeito, as relações sociais, e é neste sentido que os estudos, análises e comparações de processos de estruturação e reestruturação territoriais devem ser analisados a partir de pressupostos sociológicos. Assim como Jean (2008), Abramovay (2007) busca as origens e explicações que permeiam o processo de desenvolvimento territorial na sociologia, que não é a resposta final, mas é o mecanismo fundamental para avançar no debate territorial.

É inegável que os processos sociais, objeto de estudo da sociologia, se inscrevem no espaço e nos territórios. O estudo dos processos sociais no coração do projeto científico da sociologia aderiu em grande parte à “regra sociológica”,

formulada por um dos fundadores da disciplina, Émile Durkheim (JEAN, 2008). Esta regra social pode ser explicada por outro fato social, o que justifica o estudo dessas relações quando se almeja entender a formação de um território, bem como suas estratégias de desenvolvimento. Desse modo,

[...] O território é um espaço de interação entre grupos empresariais e sociais, e são essas interações que lhe dão a sua identidade e que a diferenciam em relação às outras áreas (...) o conceito de território, em seu sentido mais amplo, inclui ambos os recursos, o ambiente de vida, atividades, atores, suas inter-relações, a sua consciência de pertencer a uma única entidade de desenvolvimento, e finalmente, implementar os projetos de forma conjunta para garantir essa dinâmica (BOIFFIN, 2009, p. 224, tradução nossa.)

Este assunto é relativamente complexo, uma vez que deve fazer sentido para a construção social tanto do território como para uma realidade significativa de um grupo social ou sociedade. Para melhor entender o desenvolvimento territorial, Jean (2008) utiliza-se do conceito de Perroux (1967), por entender que o desenvolvimento é visto como “a combinação de alterações mentais e sociais de uma população que a apta a fazer crescer cumulativamente e duradouramente seu produto real global” (PREROUX, 1967, p 190).

Tal desenvolvimento requer uma ruptura com a lógica funcional da organização da vida econômica da sociedade, combinando elementos políticos, sociais e econômicos no que Philippe Aydalot (1985) chamou de “revolução intelectual”. Dessa forma, percebe-se que, conforme aponta Jean (2008), o desenvolvimento territorial abarca a concepção social a partir do conceito de desenvolvimento. Para o autor, é necessário haver uma ruptura de paradigmas para que ocorra o desenvolvimento, e o que caracterizará o território será, portanto, a interação entre os grupos sociais e empresariais com a forma que estes utilizam os recursos disponíveis na sua escala local.

Para Brandão (2004), qualquer conceito de desenvolvimento deve estar pautado no alargamento do horizonte de possibilidades, ou seja, o desenvolvimento, enquanto processo complexo e de intensa transformação estrutural, resulta de diversas interações sociais, que buscam o crescimento e a independência de regiões e territórios. Esse processo deve promover a maior interação entre os agentes públicos e privados, sociais e políticos a fim de ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando também sua liberdade de decisão. Dessa forma, ainda

segundo o autor, o verdadeiro desenvolvimento exige ao mesmo tempo o envolvimento dos atores e ações emancipatórias, pautadas em um horizonte de curto, médio e longo prazo.

O debate a partir dessa concepção de Brandão (2004) é bastante amplo, e dependendo do ponto de vista pode ser identificado/entendido como um contrassenso. Conforme exposto, nota-se que tanto a concepção de território quanto a de desenvolvimento abarcam conceitos sociais, políticos e econômicos. Obviamente, ao se estudar uma determinada região ou território deve-se levar em consideração os aspectos multidisciplinares da análise, uma vez que cada localidade possui suas peculiaridades. O contrassenso ocorre ao realizar estudos comparativos entre diferentes territórios, buscando em um a resposta para o suposto atraso do outro, ao passo que não se utiliza uma única receita para promover o desenvolvimento de diferentes territórios. Ou seja, como bem frisou Storper (1984), as sociedades desenvolvidas, em sua maioria, não copiam estratégias, mas criam suas próprias a partir de diferenciais endógenos. Contudo, conforme Brandão (2004), esse processo transformador deve ocorrer em várias dimensões, e em várias escalas espaciais, pois as políticas de desenvolvimento precisam atingir a totalidade do território, pensadas como um todo sistêmico, provendo ações concertadas nesses lócus geográficos a fim de reduzir as disparidades econômicas regionais.

Para o autor, o maior desafio da elaboração de propostas para o desenvolvimento é romper o caráter antagônico, pois ao mesmo tempo em que se busca uma sociedade especializada, esta deve ser também diversificada. Isto é, construir permanentemente integração e coesão produtiva, social, política, cultural, econômica e territorial. Segundo Brandão (2004), para que haja um desenvolvimento territorial eficiente e equitativo, é preciso explorar da forma mais criativa possível as externalidades positivas de determinada região e vantagens, e por outro lado desenvolver ações compensatórias e pontuais, sobretudo em regiões mais deprimidas. O pensamento de Brandão (2004) está de acordo com os estudos de Pecqueur (2005), que defende o princípio da especificação dos ativos, ou seja, a busca pelos recursos que são próprios deste território permitirá a este se diferenciar em algum aspecto dos demais, deixando de correr atrás da concorrência e aproveitando seus próprios recursos produtivos. Cada território possui também sua história e biodiversidade, por isso a potencialização de suas particularidades torna-

se mais importante do que fazer parte do espaço polarizado dos grandes centros (FERRERA DE LIMA, 2011).

Para todos os autores mencionados acima, em especial Dallabrida (2007), Abramovay (2007), Jean (2008) e Brandão (2004), o desenvolvimento territorial é um fenômeno cujo âmago é essencialmente social. Por outro lado, os autores divergem em vários aspectos, mas principalmente sob o enfoque que cada um aborda o tema. Destacam-se, entre as concepções teóricas apresentadas, aquelas defendidas por Dallabrida (2007), que entende que, entre outros fatores, o processo de desenvolvimento é influenciado por variáveis tangíveis, como é o caso dos indicadores econômicos e sociais, e a abordagem de Boisier (1992) sobre os fatores intangíveis do desenvolvimento, refere-se à capacidade de mobilização social, política e de cooperação presente em determinada localidade a fim de melhor trabalhar seus recursos territoriais.

Assim, o desenvolvimento territorial é um processo de mudança estrutural compreendido por uma coletividade social organizada territorialmente, calcada na potencialização de suas externalidades positivas em contraposição às negativas, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população. O desenvolvimento territorial é produto de uma série de elementos combinados que ao interagirem criam condições para promoção do desenvolvimento dentro de um determinado território através das inter-relações entre os atores sociais.

2.3 ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O território precisa ser interpretado como um todo, e não apenas considerado como uma variável dentro do sistema econômico, pois o desenvolvimento ocorre somente quando se manifesta na sociedade uma energia que possa canalizar, de forma positiva, elementos que outrora estavam dispersos. Conforme Aurélio (1988), a palavra elemento pode ser entendida como tudo o que entra na composição de cada coisa, ou seja, o elemento é parte de um todo. Neste caso, os elementos do desenvolvimento territorial são representados pelos indivíduos e suas inter-relações consideradas como parte de um todo social ou de um grupo determinado. Esse processo deve ser “a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los” (HADDAD, 2009, p. 128). Assim, determinar por qual

razão o desenvolvimento ocorre de maneira desigual requer, entre outros fatores, analisar quais os elementos que constituem esse processo, principalmente sua capacidade de organização social e política, que são fatores preponderantes à reestruturação territorial e ao desenvolvimento.

Estes elementos podem ser genericamente agrupados naquilo que é conhecido como Capitais Intangíveis, ou seja, o capital social, humano, institucional e cívico, intimamente correlatos às redes e às estruturas de governança (HADDAD, 2009).

O termo “capital” gera certa resistência entre os autores na sua aceitação, pois a forma como o conceito foi construído é divergente, principalmente entre os pesquisadores e cientistas sociais. Há aqueles que consideram o capital como fator de produção em sua forma essencial, utilizada para criação de riquezas em última instância, e não como um ativo intangível.

Por outro lado, conforme salienta Paiva (2001), o termo capital social e capital humano ganham força a partir da década de 1980 e 1990, quando o Banco Mundial e a OECD passaram a utilizar de maneira mais incisiva o termo, referindo-se a um agrupamento de características que um indivíduo possui e que pode lhe gerar riqueza futura, como o investimento em educação, que permitira o indivíduo a ser mais eficiente, colaborar com a produtividade e gerar riqueza para si e demais indivíduos. Desta forma,

[...] o capital social se comporta de forma relativamente diferente das outras formas de capital. Diferentemente do capital físico, o capital social parece se beneficiar e acumular com o uso, de certa forma se assemelhando ao capital humano. Mas, diferente deste último, que tem um benefício pessoal bastante tangível e claro (investimento em estudo formal, por exemplo, está diretamente ligado com empregos nos quais um indivíduo poderia trabalhar e uma expectativa de renda resultante disso) (SANTOS, p.40, 2003).

Entende-se assim que, as formas intangíveis de capital, são consideradas como capital ao passo que da reunião dessas características pode-se inferir em ganhos ou resultados futuros, bem como o estoque de capital social ou humano e demais formas intangíveis de capital. Neste trabalho, concorda-se com a concepção de capital de Stiglitz (2000) que defende “It is capital because it takes time and effort to produce (it has an opportunity cost) and it is a means of production.” (STIGLITZ, 2000, p.60).

2.3.1 Capital social

Como a conceituação de desenvolvimento e território, o conceito de capital social ainda está em construção. Ao agrupar em um mesmo arcabouço questões tipicamente econômicas como o estudo do comportamento dos indivíduos, e questões relativas à sociologia, como a cultura, o entendimento de capital social aproxima a economia da sociologia.

Autores como Bourdieu (1980), Coleman (1988) e Putnam (1996) foram os responsáveis pela ampliação do debate e difusão do termo capital social, formando uma base teórica robusta e consistente. No Brasil, o tema é relativamente novo, e embora as pesquisas ainda sejam escassas, pode-se citar o trabalho de Higgins (2005) como alusão ao tema.

Apesar de suas divergências teóricas e metodológicas, estes autores convergem no pressuposto que as relações sociais constituem um patrimônio intangível, porém de grande eficácia em se tratando dos atores sociais, tanto em âmbito individual quanto coletivo.

O capital social é altamente intangível, ao contrário do capital humano e do capital físico, pois, diferentemente destes últimos, é derivado exclusivamente das relações dos atores sociais. O capital social não é palpável e nem mesmo representa uma característica educacional como o capital humano. As estruturas sociais obedecem a distintos objetivos e motivos que levam as pessoas a interagir umas com as outras (COLEMAN, 1988). Ainda para o autor, o capital social pode ser definido como,

A variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structure, and they facilitate certain actions of actors — whether personal or corporate actors — within the structure" (COLEMAN, 1988.p. 598).

Nessa passagem Coleman (1988) apresenta um importante fator teórico metodológico na análise do capital social, que a interação entre os indivíduos, objetivando facilitar ações, podem ser pessoais ou corporativas, como ocorre nas estruturas de governança de conselhos, associações, fóruns, colegiados entre outros.

Outra referência ao capital social é instituída por North (1990) e Olson (1982), quais argumentam que as instituições e suas regras tem um efeito sobremaneira

importante no processo de desenvolvimento econômico e social, pois inclui o conceito de capital social a um ambiente mais político e corporativo, como governo, regime político, sistema judiciário e o sistema civil.

A inserção do termo no ambiente institucional vai de encontro às ideias de Bourdieu (1980), qual defende que o capital social corresponde ao agregado de recursos potenciais vinculados a uma rede, que pode ser mais ou menos institucionalizada. O autor elenca algumas características intrínsecas ao processo de formação e reprodução do capital social, dentre elas: o tipo de relação instaurada pelo reconhecimento e pela troca de bens e materiais, o efeito multiplicador que o capital social exerce nos demais tipos de capital, as instituições que viabilizam sua reprodução e a regulamentação interna para impor limites à concertação social dentro do grupo.

O conceito mais utilizado, no entanto, é o defendido por Putnam (1996) que vê o capital social como uma configuração horizontal entre os indivíduos, ou seja, capital social consiste em uma rede social, que pode gerar efeito produtivo sobre determinada sociedade. Em outras palavras, o capital social facilita a coordenação e cooperação para benefícios mútuos de uma associação.

Este grupo de ativo impessoal fornece a Bourdieu (1980), North (1990) e Olson (1982) uma noção, de certa forma, negligenciada por Coleman (1988) e Putnam (1996). Pois, para esses últimos, o capital social consiste em um bem comunitário, e supõe a presença de atores homogêneos com objetivos comuns. Contudo, é necessário ressaltar que, entre os atores sociais, há distribuição “inequitativa” de reprodução das formas de poder, bem como da reprodução das desigualdades nas realidades sociais e econômicas. É necessário também analisar as relações sociais institucionalizadas, pois são essas que servem como forma de reprodução do poder sob a forma de subrelações sociais entre os atores. Neste sentido, Piffer e Alves (2009) ressaltam a acuidade dos agentes econômicos ao reconhecerem a relevância do estoque de capital social para o sucesso econômico de uma determinada região ou território.

Entende-se, assim, que o capital social é um conjunto de normas e valores representado pelos atores sociais ou instituições, a partir de relacionamentos conjuntos, que instigam a ocorrência das ações coletivas dentro de diferentes grupos sociais. Porém, há grande dificuldade de mensurar o capital social, pois existem diversos aspectos que devem ser levados em conta, como elementos de um

conjunto de relações sociais na comunidade, e muitos deles possuem um caráter de extrema subjetividade (ILHA et al, 2008).

Conforme Grootaert & Bastelaer (2001), estudos da *Social Capital Initiative* (SCI), órgão que estimula a discussão sobre capital social vinculado ao Banco Mundial, há evidências empíricas de que, mesmo sendo difícil, é possível medir o capital social e seus impactos. Para os autores,

Social capital has a profound impact in many different areas of human life and development: it affects the provision of services in both urban and rural areas; transforms the prospects for agricultural development; influences the expansion of private enterprises; improves the management of common resources; helps improve education; can prevent conflict; and can compensate for a deficient state (GROOTAERT & BASTELAER, 2001. p.21)

Ou seja, em âmbito geral, isso colabora para a diminuição da pobreza e aumento na qualidade de vida da sociedade em geral. Assim, a literatura recomenda que, para uma análise fidedigna sobre o capital social, se use três *proxies* principais: 1- Participação em associações; 2-Confiança; 3-Ações Coletivas. Ou seja, investigar as associações existentes, a participação de seus membros e a importância relativa que estes dão à associação em que participam. Também, investigar a confiança através de variáveis que estejam relacionadas à demanda de ações que tem como pré requisito a confiança. E por fim, a análise das ações coletivas pode medir a coesão social de determinado grupo de indivíduos (GROOTAERT & BASTELAER, 2001).

Ressalta-se ainda que, em se tratando do capital social, são seus efeitos podem desencadear a criação de outra forma de capital, o humano³, através das relações com família ou comunidade, consequentemente intrínseca ao processo de desenvolvimento.

2.3.2 Capital Humano

A teoria do capital humano passou a ter posição de destaque a partir do início da década de 1960, com os trabalhos seminais de Jacob Mincer (1958 e 1974),

³ Sobre a criação do capital humano, ver: COLEMAN, J. S. *Social capital in the creation of human capital. The American Journal of Sociology*, Vol. 94, p.95-120, Chicago: University of Chicago Press, 1988.

Theodore Schultz (1961) e Gary Becker (1962), em que constataram que o desenvolvimento de uma determinada região está diretamente correlacionado ao nível de conhecimento dessa sociedade, seja em anos de escolaridade ou em experiência de trabalho e que assim como o capital físico, o humano também pode refletir produtividade.

A concepção básica da teoria do capital humano evidencia que a melhoria no nível de especialização e/ou treinamento dos trabalhadores, principalmente através da educação, leva a um maior nível salarial, que por sua vez levará esse indivíduo a outro patamar econômico, aumentando seu leque de possibilidades no que diz respeito à qualidade de vida e melhorando sua produtividade (BECKER, 1975; VIANA & FERRERA DE LIMA, 2010).

O capital humano é uma teoria estreitamente ligada à economia, pois, embora a teoria se refira a determinados atributos dos indivíduos, não se destina a atender aqueles que não estão envolvidos na análise. O humano é uma forma de capital, porque é a fonte de lucros futuros, de satisfações futuras, ou de ambos, e é humano porque é uma parte integral do homem (SCHULTZ, 1961).

Becker (1962) definiu capital humano como sendo as atividades que influenciam a capacidade financeira futura e o ganho cognitivo através do investimento em recursos humanos, além disso, para esse conjunto de capacidades que um indivíduo pode obter, poderão ser utilizados para produção de riquezas.

Ainda neste interim, Mincer (1981, p.18) completa o raciocínio ao afirmar que:

Human capital activities involve not merely the transmission and embodiment in people of available knowledge, but also the production of new knowledge, which is the source of innovation and of technical change, which propels all factors of production. This latter function of human capital generates worldwide economic growth regardless of its initial geographic locus. Without new knowledge, it is doubtful that larger quantities of existing physical capital, more widespread education and health would create a continuous growth in productivity on a global scale. In a fundamental sense, modern economic growth is a result of the scientific revolution, that is, of the growth of systematized scientific knowledge.

Logo, a variável conhecimento torna-se uma importante fonte de desenvolvimento ao levar os indivíduos primeiramente a um aumento de produto físico, através da aferição de uma maior renda, e posteriormente permite uma melhor qualidade de vida graças à primeira condição.

Ao contrário dos modelos neoclássicos de crescimento econômico, a teoria do capital humano possui em seu arcabouço o fator inovação como determinante de crescimento endógeno, conforme Teixeira (1999),

Esta atividade inovadora, gerada no interior da economia, é ela própria influenciada pela dotação da economia em capital humano já que os avanços tecnológicos são, regra geral, fruto do esforço de indivíduos que detêm qualificações especiais (cientistas, engenheiros, etc.), sendo estas últimas, como já se referiu, uma componente do capital humano (TEIXEIRA, 1999; p. 18).

Para Schumpeter (1982 p.45), a inovação como uma aplicação industrial ou comercial de alguma coisa nova, e essa novidade é estímulo fundamental para o processo de desenvolvimento econômico. Introduz ainda, a figura do empresário inovador, o qual através de novos arranjos produtivos mais eficientes, invenção ou inovação tecnológica, traz novos produtos para o mercado. Portanto, entendemos aqui por inovação toda a atividade ou a “ênfase à criação e às novas ideias, à implementação e às mudanças significativas necessárias para que se produzam os resultados” (GIRARDI, 2010; p.46).

Essa noção permite relacionar a importância do estoque de capital humano no processo de inovação, que conseqüentemente tende a promover o crescimento e desenvolvimento econômico e social de uma região. Instituições públicas e privadas desempenham importante papel nessa dinâmica ao fomentar atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Para Campos e Valadares (2007), há grandes exemplos de parcerias entre instituições visando o desenvolvimento econômico através da inovação, porém falta agenda estratégica para organizar a mão de obra qualificada encontrada em algumas regiões, com a demanda de empresas que desejam investir nesse tipo de ação. Nota-se neste sentido que, a presença de universidades, centros técnicos e demais instituições de ensino, são de suma importância no processo de desenvolvimento, ao investigar situações, e propor soluções inovadoras, possibilitando a estas sociedades romper com outras amarras.

Neste viés de valorização da educação, Schultz (1961) verificou que países com taxas ascendentes de crescimento econômico detinham elevados índices educacionais de sua população. Assim, maiores níveis de instrução proporcionam maior produtividade e níveis de salário mais elevados, além de que os benefícios de uma maior instrução incluem também ganhos não monetários, como empregos de

maior prestígio (Becker, 1975). Nesse sentido, os investimentos em capital humano geram, no longo prazo, bem estar social não só para a força de trabalho, mas também para a sociedade em geral. É duvidoso afirmar que ocorrerá uma evolução contínua em variáveis qualitativas se antes não houver investimento em conhecimento, pois esta variável sustenta o fluxo contínuo de crescimento e posterior desenvolvimento (MINCER, 1981; FERRERA DE LIMA & VIANA, 2010).

Ao investir e fomentar o capital humano, através de ações de conhecimento ou educação formal, os indivíduos tornaram-se mais produtivos e eficientes, culminando em uma gestão territorial muito mais robusta. O investimento em capital humano torna-se então uma ferramenta valiosa para o território, podendo ser utilizada para ações que visem o crescimento e desenvolvimento dessa região, principalmente pela via da inovação, pois se não houver equilíbrio do capital humano entre os territórios, haverá um cenário de continuidade nas disparidades sociais e econômicas.

O capital humano não é o único capital intangível que está concebido dentro do arcabouço do desenvolvimento territorial. Pois, conforme Boisier (2001), o desenvolvimento de uma região ou localidade depende sobremaneira de sua capacidade de organização social, política e cultural para modelar sua própria dinâmica relacionando diferentes formas de capitais intangíveis.

2.3.3 Capital cívico

Outro elemento do desenvolvimento territorial e que está atrelado ao capital social é o exercício da cidadania e da democracia através da construção de outra importante forma de capital, o cívico.

Para Guiso, Sapienza & Zingales (2011), o capital cívico é um processo de investimento social, ou seja, são os membros da comunidade em geral que devem incutir no indivíduo as crenças, valores associativos e a educação cívica que representam o significado e a importância do exercício de suas ações. Se esses valores e crenças não forem difundidos entre os membros da comunidade, não se configura como capital cívico, e sim, como investimento em capital humano.

Para Tabellini (2005), o investimento em capital cívico representa a quantidade de recursos que os pais passam para ensinar valores mais cooperativos

para seus filhos. O capital cívico surge como reflexo de uma preocupação pessoal dos indivíduos com assuntos públicos, crenças e valores, atuais e futuros.

A comunidade cívica pode também ser representada pela:

[...] existência de fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, expressas em intensa participação, em mecanismos de igualdade política, em sentimentos de solidariedade, de confiança e de tolerância e em densas redes de associações. O compromisso cívico se expressa no empenho dos cidadãos em prol de bens públicos (SCHMIDT, 2003, p. 436).

Quando uma comunidade tem mais (ou mais fortes) valores que promovam a cooperação, podemos dizer que a comunidade tem mais capital cívico. Por esta razão, comunidades/países que, por um acidente histórico, são ricos em capital cívico, desfrutam de uma vantagem comparativa por períodos muito prolongados de tempo, como alguns países e regiões afetados pela segunda guerra mundial entre 1939 e 1945 (PIACENTI, 2012).

As crenças e valores intrínsecos ao capital cívico têm sido medidas através de investigações e pesquisas empíricas, como a de Putnam (2005), que evidencia o grau de participação cívica de algumas regiões italianas, utilizando como indicador básico as associações civis. Percebe-se, no estudo de Putnam, que nas regiões consideradas mais cívicas, os cidadãos participam ativamente de todo o tipo de associações locais, evidenciando claramente a correlação de capital social e existência de associações. O desenvolvimento regional teria então melhores condições de ocorrer nas comunidades cívicas onde haveria um significativo estoque de capital social historicamente construído. Enquanto nas regiões menos cívicas, como a Calábria, no Sul da Itália⁴, a desconfiança, o individualismo e as relações verticalizadas entre o Estado e a sociedade dificultariam as estratégias para o desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2000, BIRKNER & RUDNICK, 2009).

Haddad (2009 p.129) exemplifica essa dinâmica do seguinte modo:

[...] se uma economia desenvolvida se atrofia ou involui por causa de um grande evento exógeno (por exemplo. Países da Europa após a II Grande Guerra) assume os indicadores de renda *per capita*, de comércio e de produtividade típicos de uma economia

⁴ “Verifica-se uma quase inexistência de associações cívicas e uma escassez de meios de comunicação locais, além de um índice alto (90%) de voto preferencial (que caracteriza um voto de clientela), com baixa taxa de participação nos referendos acima citados” (FERNANDES, 2000, p.385).

subdesenvolvida, quando recebe novos estímulos e incentivos (por exemplo, financiamentos e apoio técnico do Plano Marshall) sua reação é rápida e acelerada, por causa da sua capacidade endógena de mobilizar capitais tangíveis e intangíveis para promover a retomada do desenvolvimento econômico e social.

Os cidadãos de comunidades com maior nível de capital cívico desejam um bom governo, além de exigir serviços públicos mais eficazes, nem que para tanto estejam dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns, ao contrário de regiões com capital cívico depreciado, em que os indivíduos não compartilham seus valores com as unidades familiares e comunidades e comprometem o exercício da democracia, tornando-se indivíduos suplicantes e alienados.

Ao desejarem um governo mais eficaz, os indivíduos pressionam a *Virtù* e a *Fortuna*⁵ de seu governante, ou seja, sua habilidade política diante de seus munícipes. Essa referência indica que quanto mais se investe em valores cívicos, mais preparado o governante deve ser para representar estes indivíduos.

A educação cívica eficaz não é apenas sobre a memorização de conhecimentos, mas também atitudes e habilidades de aprendizagem. Investimento em educação cívica, quando eficaz, ensina o conhecimento cívico em conjunto com competências cívicas acionáveis bem como atitudes e hábitos que os indivíduos levam ao longo de suas vidas, utilizando suas habilidades e conhecimentos cívicos para ser mais engajados em suas comunidades e representativos através de suas instituições (PUTNAM, 2005).

2.3.4 Capital institucional

A conceituação de capital institucional aqui tratada é correlata à definição de capital social, contudo, neste caso, o conjunto de normas e valores é representado pelas instituições ao invés dos atores sociais.

Para Putnam (1996), as instituições são entendidas neste caso como as “regras do jogo”, ou seja, funcionam como normas que gerem a tomada de decisões,

⁵ Maquiavel, em seu livro “O Príncipe”, faz referência à *Virtù* e a explica como sendo um conjunto de habilidades de um governante ou ator político em se manter no poder e em seu posto. A *Fortuna* corresponde à conjuntura negativa que o governante pode encontrar no exercício de seu poder, seja em âmbito político, social ou econômico.

exercendo grande peso sobre os objetivos e interesses dos atores sociais, facilitando ações coordenadas. Ou seja, as instituições moldam a política, e as normas moldam a identidade, a estratégia e o poder dos atores no território. Dentro dessa perspectiva na qual os atores sociais estabelecem relações de cooperação e confiança com objetivos comuns, pode-se distinguir dois tipos elementares de relações entre os atores sociais: a aproximação ou ligação (*bonding*) e a ponte (*bridging*) (PUTNAM, 2000).

Para o autor, o primeiro tipo ocorre a partir da relação dos indivíduos com situações similares, como senso de identidade e pertencimento através de grupos homogêneos. Já o segundo abarca as ações mais distantes, como a interação de diferentes grupos sociais, comunidades e contatos profissionais. Nesse aspecto, essa noção se refere à capacidade de os atores estabelecerem relações de confiança, de cooperarem e de se associarem em torno de interesses comuns.

A noção de capital institucional pode levar em conta também número de organizações e instituições, bem como o tipo de inter-relações entre estas, ou seja, o conjunto de normas ou regras das instituições podem (ou não) influenciar na fluidez do tecido institucional através dos custos de transação, dificultando ou facilitando o processo de concertação social do território e posteriormente seu desenvolvimento (ROCHA, 2010). Visão parecida com Boisier (1991), ao defender que pode-se especificar o capital institucional existente numa região ou território a partir do seu número e seu clima de relações institucionais, como cooperação e conflito. Este referencial dará base a análise institucional como fator do desenvolvimento territorial, ao evidenciar a situação do tecido institucional entre os municípios da AMOCENTRO.

Para compor este trabalho, utilizou-se das variáveis: número de instituições, participação e comprometimento e convergência dos objetivos. Para Boisier (1991) o número de instituições que compõem um recorte servem como subsídio para mensurar o estoque e o potencial de capital institucional de determinada região ou território. Quanto maior for o número de laços institucionais, ou seja, quanto mais entidades envolvidas em determinado processo, a tendência é que haja maior robustez no capital institucional. Contudo, esta última afirmativa leva consequentemente a segunda variável analisada, a participação e comprometimento.

Nem sempre o número de entidades representará qualidade e efetividade em suas ações. A falta de comprometimento e a não participação nas reuniões e ações podem, por vezes, comprometer o processo de desenvolvimento territorial pela falta de unidade entre os envolvidos. Por isso, o comprometimento e participação é fator excencial ao capital institucional (ROCHA, 2010; PUTNAM 1996; BOISIER, 1992).

A última variável a ser analisada, convergência de objetivos, expõe o grau de proximidade e similaridade entre as entidades, pois ao passo que buscam objetivos comuns, facilita o processo de desenvolvimento, e por outro lado, quando entidades possuem objetivos distintos, pode causar fricções no tecido institucional, inviabilizando a realização de ações.

Considerando a forte relação do desenvolvimento territorial com o tecido institucional e ao seu grau de cooperação entre as instituições existentes em determinado território, busca-se também analisar a formação desses fatores através da inter-relação que ocorre através da formação de redes entre os atores.

2.3.5 Redes de poder

Diversos autores convergem no entendimento de que o principal elemento de ação do território são os atores sociais, pois entende-se que é a partir desta relação social que estes atores têm capacidade de tomar decisões, e, portanto, possuem uma determinada quantidade de poder (BRANDÃO, 2004; DALLABRIDA, 2007; ABRAMOVAY, 2007; ANGEON, 2008; JEAN, 2008). Assim, a noção de poder aqui exposta diz respeito ao conjunto de inclusões das forças articuladas em redes, nas quais as atividades socioeconômicas de um determinado território se estruturam.

A capacidade de poder é proporcional ao recurso e organização desses atores, sendo mais intensiva - onde há mais recursos e capacidades organizativas, e de menor impacto nos mais desprovidos de recursos (ROVER, 2007). O alargamento das possibilidades e capacidades de poder pode ocorrer em virtude de uma alteração econômica, social, organizacional ou política, bem como do acesso a algum tipo de recurso natural. Isto gera uma rede de poder sócio territorial, que segundo Dallabrida (2011), é configurada pelas relações entrepostas em meio aos atores sociais e institucionais, levando a um processo de constante negociação entre ambos.

Para Raffestin (1993), as redes indicam as relações de comunicação entre os atores que formam e constituem o espaço como um local de poder, ou seja, um território. Algumas destas redes têm cobertura restrita à dimensão local, podendo extrapolar este conceito e atingir limites estaduais, nacionais e internacionais. Quanto mais complexas ou abrangentes forem suas conexões, mais poder representam (DALLABRIDA, 2007; DALLABRIDA & FERNÁNDEZ, 2007).

Grande parte dos atores sociais constrói ao longo do tempo suas dinâmicas territoriais e organizacionais, ou redes, como forma de ampliação do seu poder, e consequentemente sua capacidade de atingir seus objetivos e interesses.

Neste trabalho, será utilizado duas variáveis para avaliar as redes no território: a interação entre os atores e o interesse em ampliar as redes. A interação entre os atores evidencia se estes estabelecem contatos profissionais entre si, fortalecendo os laços de redes entre os atores de determinado território. Além disso, a interação também expõe a vontade destes atores se aproximarem de outras instituições, entidades e demais representatividades visando a ampliação da sua rede. Outra forma de ampliação das redes é através de contatos institucionais, o qual mede a vontade institucional em aproximar-se de entidades como universidades, institutos, empresas, e demais formas institucionais que possam transformar-se em redes. A construção das redes territoriais ao longo do tempo e a formação de capital social, por sua vez, estão diretamente correlacionadas aos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, e resultam na estrutura de governança territorial.

2.3.6 Governança

O termo governança surgiu das análises de Ronald Coase com seu trabalho seminal *The Nature of the Firm* em 1937⁶. Porém, seu trabalho somente tomou corpo a partir dos anos de 1970, quando Williamson retomou a utilização do termo governança, em seu trabalho *Transaction-Cost Economics*⁷, para expor o que seria um modelo utilizado pela firma para realizar coordenações eficazes.

⁶COASE, R. H. *The Nature of the Firm*. *Economica New Series*, Vol. 4, No. 16, p. 386-405 Nov. 1937.

⁷ WILLIAMSON, O. E. *Transaction-cost economics: The governance of contractual relations*. *Journal of Law and Economics*, University of Chicago Press, vol. 22, p. 233-261, 1979.

O componente central das contribuições de Oliver Williamson está no intuito de evidenciar como o desenvolvimento e crescimento de certas instituições resultam da tentativa de diminuição dos custos a estas associadas, através da criação de estruturas de governanças apropriadas. Conforme aponta Williamson (2002), as estruturas de governança correspondem a configurações institucionais particulares, opostas aos mecanismos de monitoramento, incentivo e controle de comportamentos, tendo aptidões diferentes em relação à flexibilidade e adaptabilidade em cada cenário econômico particular. Nota-se que o surgimento e desenvolvimento das instituições exigem a identificação dos atores e das condições sociais, econômicas e políticas que estimulam esses atores a se organizarem no meio em que atuam, buscando na coletividade um objetivo comum, visando um incremento no seu desempenho econômico. Esta ideia está consoante à conceitualização de Dallabrida (2011, p.2), que entende a governança como:

[...] o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país, território ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses públicos, incluindo entre os atores representações dos agentes estatais.

Ou seja, o processo de governança abarca uma série de instrumentos e processos realizados pelos atores sociais a partir de uma estrutura institucionalizada, na qual os grupos articulam seus interesses, objetivos, divergências através das redes de poder objetivando a melhor coordenação ou gestão do desenvolvimento do território. Neste sentido, Dallabrida (2007, p.45) afirma ainda que a governança territorial é:

[...] o conjunto de iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais, como fonte sinergizadora do processo de gestão do desenvolvimento territorial.

A governança objetiva, então, avaliar a realidade, definir prioridades, planejar e implementar ações, bem como recursos humanos e financeiros para a “dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando o desenvolvimento territorial” (DALLABRIDA & BECKER, 2003, p. 80).

Desta forma, a governança territorial é o modo como as decisões são tomadas em determinada entidade socioespacial que coordena não só o poder político e econômico, mas também a sociedade civil (JEAN, 2008). Quando se fala em governança territorial, refere-se às ações proativas dos atores envolvidos e organizados territorialmente, objetivando a gestão de assuntos públicos com base no envolvimento cooperativo entre os atores sociais, econômicos e institucionais. Os atores organizados são peça fundamental no exercício de governança, como se pode perceber em estudo de Dallabrida e Becker (2003, p.81), quando analisam que

A participação ativa dos atores/agentes regionais nos diferentes tipos de práticas institucionais voltadas ao exercício da governança territorial constitui-se no processo de concertação grupal ou corporativa para a elaboração dos consensos grupais ou corporativos. Isso constitui-se numa das condições básicas para que aconteça a tão almejada meta: a região tornar-se sujeito do seu processo de desenvolvimento.

Com base na interação destes atores, é possível identificar diferentes modelos e formas institucionais para o exercício da governança territorial a partir da concertação grupal ou corporativa, e assim focalizar o papel da governança no processo de desenvolvimento territorial de uma determinada região.

A atividade de medir a governança, bem como as demais intangibilidades supracitadas referentes ao processo de desenvolvimento territorial, não é tarefa fácil, e exige do pesquisador grande poder de percepção e análise. Segundo estudo da Governance Matters de 2006, os indicadores da governança mundial estão basicamente divididos em 6 grupos agregados, produto das esferas econômicas, políticas e institucionais.

Conforme o estudo, o primeiro grupo diz respeito a voz e responsabilidade, a fim de avaliar a liberdade dos cidadãos em participar de associações, clubes, e demais definições políticas, como definições legislativas. O segundo, sobre estabilidade política, mede a percepção dos envolvidos em relação a possíveis rupturas políticas dentro de seu território. O terceiro grupo diz respeito a efetividade das políticas utilizadas pelas associações, entidades, instituições e demais esferas sociais objetivando elucidar a aplicabilidade e efetividade das ações.

O quarto grupo, discorre sobre a qualidade regulatória, ou seja, a capacidade destas instituições e entidades em fornecerem políticas públicas de qualidade tanto

para população em geral quanto para os membros de entidades privadas. O penúltimo grupo do estudo evidencia o cumprimento das regras e leis, para que se cumpram os contratos e não haja quaisquer indícios de violência no cumprimento das ações. E por fim, o último grupo trata sobre o controle contra a corrupção.

Destes grupos, conforme será visto na sequência, optou-se por discorrer sobre a liberdade dentro da associação e território, sobre competências públicas e privadas bem como questões referentes a normas e valores.

Assim, será possível perceber que o conjunto de atores sociais, econômicos e institucionais territorialmente organizados sob forma de blocos, a partir da abrangência, da complexidade e do interesse mútuo contido nas suas redes de poder, podem atuar para favorecer ou travar o processo de desenvolvimento territorial de uma região.

3 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA AMOCENTRO

Neste capítulo serão apresentados aspectos referentes à formação e ocupação do Estado do Paraná. Procura-se evidenciar também a emancipação dos municípios da região central do Estado que hoje fazem parte da AMOCENTRO. Posteriormente, é exposto o contexto histórico da criação da associação, bem como seus objetivos e funcionamento. Por fim, é apresentado um breve diagnóstico socioeconômico do território em análise, objetivando melhor caracterizar a proposta de estudo.

3.1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE

A formação e a ocupação do território do Estado do Paraná ocorreram em consonância à principal atividade da metrópole portuguesa: a mineração de ouro, associada à expansão da ocupação das terras portuguesas na América Latina, implementando os primeiros núcleos urbanos na região (FRANCO NETTO, 2011; SILVA, 2005).

As porções litorâneas do Paraná e de Santa Catarina constituíam a Capitania Hereditária de Santana, de Pero Lopes de Souza, que acabou sendo inviabilizada. Foram da Capitania de São Vicente e São Paulo que se originaram os primeiros núcleos de povoamento no Paraná, em Paranaguá e Curitiba, que datam por volta de 1554, calcados na exploração do ouro. A busca pelo metal precioso na região litorânea do Paraná logo se estendeu até Curitiba, e a dificuldade em explorar o ouro nessa porção do Estado contribuiu para que, posteriormente, outra atividade econômica fosse desenvolvida para complementar a mineradora, que seria o gado e, mais tarde, a erva-mate e a madeira (FERNANDES, 2010; DRUCIAKI, 2013). Assim, “com a decadência das atividades de mineração, criam-se as condições para que uma importante parcela da população se volte para os Campos Gerais por satisfazerem suas necessidades de sobrevivência” (FRANCO NETTO, 2011, p.116).

A região dos Campos Gerais gerava o ambiente propício à criação de gado devido à vegetação e ao clima. Isso colaborou para a formação descontínua do território paranaense no sentido do litoral para o interior, pois a criação de gado, sendo a principal atividade econômica, negligenciava as regiões de mata, não

havendo interesse de ocupação. Com isso, a região passa a desenvolver-se baseada nas grandes propriedades de terras (DRUCIAKI, 2013).

A partir de 1727, o caminho de Viamão permitiu o envio de tropas de mulas e cavalos para os mercados de Sorocaba, em São Paulo. A movimentação das tropas levando o gado dos campos do Paraná até o mercado de São Paulo fez surgir vilas, currais e internadas ao longo do caminho, com destaque para os Campos Gerais. Segundo Fernandes (2010), outro caminho utilizado pelas tropas é a Estrada das Missões, que foi aberta por fazendeiros da região de Guarapuava, vindos da região missioneira do Rio Grande. Desta forma,

A incorporação do tropeirismo às fazendas ocasionou transformações das atividades econômicas desenvolvidas. Estas obtidas com a comercialização das tropas de mulas e no aluguel de terras para a internagem estimulam a ampliação do comércio de Guarapuava com a passagem da nova estrada, que reduzia a distância com os centros fornecedores das tropas ao centro de comercialização de Sorocaba (FERNANDES, 2010, p. 39).

Ao mesmo tempo em que os campos de Guarapuava mostravam um significativo dinamismo econômico para a época, os demais municípios do “Paraná Tradicional”, localizados no centro do Estado, baseavam-se em largas porções de terra, praticando agricultura de subsistência aliada ao trabalho escravo e ao trabalho familiar. Conforme IPARDES (2007), a junção destas características da sociedade “campeira”, aliada a uma grande carência de vias de comunicação, funcionou por muito tempo como entrave para a integração viária destas localidades com centros mais dinâmicos, isso consolidou também o baixo número de habitantes nestes lugares. Neste contexto, Guarapuava surge, no início de sua formação, como o maior município do Estado, em termos de área, abrangendo uma quarta parte do território paranaense.

Além disso, quase todos os municípios que atualmente congregam a AMOCENTRO foram desmembrados direta ou indiretamente a partir do município de Guarapuava, com exceção dos municípios de Rosário do Ivaí e Cândido de Abreu, que foram um desmembramento indireto do município de Tibagi, nos Campos Gerais, o qual teve sua história de ocupação e atividade econômica bastante similar aos de Guarapuava. Os municípios que fazem parte da AMOCENTRO se

emanciparam de forma descontínua ao longo do tempo, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Leis e respectivo ano da emancipação dos Municípios que compõem o território da AMOCENTRO.

Município	Lei Estadual	Ano de Emancipação
Altamira do Paraná	7.571	1982
Campina do Simão	11.180	1995
Cândido de Abreu	253	1954
Guarapuava	271*	1871
Iretama	4.245	1960
Laranjal	9.533	1991
Manoel Ribas	790	1951
Mato Rico	9.564	1991
Nova Tebas	8.624	1987
Palmital	4.338	1961
Pitanga	199	1943
Roncador	4.245	1960
Rosário do Ivaí	8.399	1990
Santa Maria do Oeste	9.320	1990
Turvo	7.576	1982

Fonte: IBGE (2015). *lei provincial.

Os campos de Guarapuava começaram a ser explorados por volta de 1809, quando o Capitão Pinto Azevedo Portugal chegou a região acompanhado por cerca de trezentas pessoas devidamente armadas. Mas foi somente em 1871 que Guarapuava foi elevada à situação de município ainda por uma lei provincial em representando a extensão do território de uma metrópole, neste caso de São Paulo. Os municípios de Pitanga, Manoel Ribas e Cândido de Abreu configuram os demais municípios mais antigos do recorte, em contraposição com Mato Rico, Laranjal e Campina do Simão, que são os 3 municípios mais novos da lista, com emancipação depois da década de 1990 (IBGE, 2015).

A importância de Guarapuava no território central do Paraná perpassa seu período de formação e continua até hoje. Os demais municípios antigos não alcançaram uma situação semelhante. Atualmente, Guarapuava concentra boa parte das atividades econômicas da região e é o principal receptáculo de movimentos pendulares para trabalho, estudo e saúde (IPARDES, 2007).

3.2 ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO CENTRO DO PARANÁ - AMOCENTRO

O contexto histórico da formação da AMOCENTRO remonta ao início dos anos 1990, período em que representantes políticos e representatividades discutiram a aglutinação de municípios a fim de promover maior dinamismo dessa região conhecida desde então pelos seus baixos índices de desenvolvimento econômico e social. Em 1993, o então prefeito do município de Pitanga, Altair Zampier, reuniu-se com prefeitos da região e em 1995 criaram a Associação dos Municípios do Centro do Paraná – AMOCENTRO, objetivando ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios participantes, além de promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal, intergovernamental e o intercâmbio de informações e reivindicações com a Associação dos Municípios do Paraná, órgão de expressão estadual do municipalismo paranaense.

A criação da AMOCENTRO foi realizada aos 13 dias do mês de Maio de 1995, na Câmara de vereadores do município de Pitanga pelo então prefeito do município, Altair J. Zampier, e demais lideranças políticas da região⁸. Contudo, a posse da primeira diretoria ocorreu em 23 de Agosto de 1995, às 14:30 horas, no Palácio Iguaçu, em Curitiba, com a presença do então Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner. Na data de sua fundação tomaram posse oficial a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da referida Associação. A diretoria executiva foi composta pelo Presidente da associação, Sr. Altair J. Zampier, então prefeito de Pitanga, Vice-Presidente, Sr. Aldoney B. Siqueira, prefeito de Manoel Ribas, Secretário, Sr. Clério B. Back, prefeito de Palmital, e o Tesoureiro, Sr. Nilo Klhen, então prefeito do município de Nova Tebas. Na mesma solenidade também tomaram posse os membros do Conselho Fiscal⁹ da associação.

A AMOCENTRO nasceu como uma entidade de natureza jurídica privada, que é mantida por recursos financeiros dos municípios membros e tem por finalidade exercer atividades associativistas, visando a defesa dos direitos sociais. Além disso,

⁸ ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO DO PARANÁ. Pitanga, Ata da Reunião para criação da associação dos municípios do centro do Paraná – AMOCENTRO, dia 13 de Maio de 1995 p. 1-2.

⁹ Presidente, Evaldo Leal, Prefeito do município de Santa Maria do D'Oeste, Veriano José Neri, Prefeito do município de Iretama, João Maria Prestes, Prefeito do município de Turvo, como Suplentes, Dr. Rioldo Caetano de Freitas, Prefeito de Laranjal, Luiz Bini, Prefeito do município de Mato Rico e Olgierd Malonowski, Prefeito do município de Cândido de Abreu. Para Secretaria Executiva da AMOCENTRO tomou posse o Dr. Eliseu Antônio Kloster, representando a Universidade do Centro do Paraná – UCP.

a instituição visa também estimular a cooperação entre os municípios membros através de medidas como estímulos fiscais para as regiões, institucionalizar atividades técnicas e de treinamento no que diz respeito principalmente às atividades fazendeiras e produção pecuária, e concentrar esforços também em educação, saúde, assistência social e infraestrutura em geral (FAVARO, 2014).

No início de sua formação a associação mudava os presidentes a cada dois anos, e alguns estiveram no cargo por mais de um mandato, conforme exposto no Quadro 2. Desde 2010 os mandatos passaram a ser por um ano, ocorrendo através de eleições que ocorrem geralmente no mês de Janeiro de cada ano.

Quadro 2 - Lista dos prefeitos presidentes da AMOCENTRO, de 1995 a 2016.

Ano	Prefeito (a)	Município	Partido Político
2016	Claudio Leal	Santa Maria do Oeste	PTB
2015	Heloiza Ivazsek Jensen	Nova Tebas	PRTB
2014	Marcel Jayre M. dos Santos	Mato Rico	PP
2013	Marcos Seguro	Turvo	PSD
2012	Claudio Leal	Santa Maria do Oeste	PTB
2011	Emilio Altemiro Lazzaretti	Campina do Simão	PPS
2010	José Forekevick	Boa Ventura de São Roque	PMDB
2009	Valentim Darcin	Manoel Ribas	PMDB
2008	Alexandre Carlos Buchmann	Pitanga	PTB
2007			
2006			
2005			
2004	Joaquim Domingues dos Santos	Boa Ventura de São Roque	PSDB
2003			
2002	José Osni Shön	Pitanga	PSDB
2001			
2000	Antonio Camilo	Manoel Ribas	PR
1999			
1998			
1997			
1996	Altair José Zampier	Pitanga	PR
1995			

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se há certa hegemonia dos representantes de Pitanga, totalizando 10 anos a frente da associação através de 3 mandatos de prefeitos distintos. Nota-se também que Heloiza I. Jensen foi a única mulher a representar a presidência da instituição até então.

A AMOCENTRO e a EMATER foram as entidades responsáveis pelo início das atividades da proposta de desenvolvimento territorial do centro do Paraná. No início da década de 2000, consultores e extensionistas da EMATER reuniram esforços juntamente com os representantes da AMOCENTRO para criação do Fórum de Desenvolvimento Regional do Paraná Centro. A composição inicial do fórum era formado por 9 grupos setoriais: 1) alternativa de geração de renda; 2) educação e cultura; 3) saúde e saneamento; 4) comércio, indústria e turismo; 5) questão fundiária; 6) a mulher e o jovem do Paraná Centro; 7) a influência da infraestrutura no desenvolvimento, com ênfase para estradas e comunicações; 8) diretrizes para o desenvolvimento sustentável, econômico e social; e 9) ambiente, envolvimento e comprometimento político (FAVARO, 2014).

Em 2002 membros da EMATER promoveram um encontro em que apresentaram ao fórum o projeto realizado em parceria com a AMOCENTRO e demais envolvidos. Esta apresentação contou com mais de 500 participantes dos 17 municípios representados por Altamira do Paraná, Boa Ventura do São Roque, Cândido de Abreu, Campina do Simão, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo. Da configuração proposta para o estudo, saíram do grupo os municípios de Goioxim e Marquinho, que passaram para o Território Cantuquiriguaçu, e houve a entrada de Rio Branco e Rosário do Ivaí, para conformar o Paraná Centro (FAVARO, 2014).

O resultado da proposta foi sua divisão do projeto em 9 grupos de trabalhos, sendo eles: alternativa de geração de renda; educação e cultura; saúde e saneamento; comércio, indústria e turismo; a questão fundiária; a mulher e o jovem do Paraná Centro; a influência da infraestrutura no desenvolvimento, com ênfase para estradas e comunicações; diretrizes para o desenvolvimento sustentável, econômico social e; ambiente, envolvimento e comprometimento político (FAVARO, 2014)

Para tanto, os extensionistas da EMATER realizaram um amplo diagnóstico dos municípios da região central do Estado do Paraná, onde evidenciaram a

precariedade social e econômica, bem como a situação vulnerável dos mesmos. Desta forma, os membros do fórum indicaram a construção de uma proposta visando o desenvolvimento destas regiões e que ao mesmo tempo as unisse no sentido de fortalecimento dessas municipalidades. A proposta contou com um estudo sobre os planos municipais, dados estatísticos de agricultura, saúde, educação e comércio, além da realização de uma sondagem junto aos comerciantes para analisar as perspectivas futuras para a região. Paralelamente, os extensionistas percorreram as prefeituras para analisar qual seria a forma de atuação do poder público neste processo e qual seria seu papel. As reuniões dos grupos de trabalho aconteciam na sede da AMOCENTRO em Pitanga, e naturalmente alguns grupos de trabalho obtiveram mais êxito que outros, como educação, saúde, infraestrutura, comércio, indústria e turismo.

Em 2003, houve uma transformação no processo, que passou a chamar Fórum de Desenvolvimento Territorial, então composto por 12 instituições, que ficariam responsáveis pela gestão do território, que passou a contar com 8 câmaras temáticas: 1) Segurança Alimentar; 2) ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural); 3) Suinocultura; 4) Regularização Fundiária; 5) Saúde; 6) Educação; 7) Gênero e Geração e; 8) Elaboração do PTDRS. Estes grupos obtiveram êxito até 2008, com a saída do facilitador e demora na reposição, os grupos foram desarticulados, comprometendo o processo.

Desta programação, elaborou-se, enfim, o planejamento de Curto Prazo que foi divulgado em 2003, na gestão do então presidente Alexandre Carlos Buchman, prefeito de Pitanga, e foi tido como diretriz até meados de 2006, quando os representantes do território participaram da “Oficina Territorial de Elaboração do PTDRS” e passaram então a utilizar essa ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O plano de 2006 teve como objetivo básico contribuir para o aumento do capital social no território a partir da atuação nos segmentos socioculturais, econômicos, ambiental e institucionais, focalizando em 5 grandes eixos prioritários: trabalho e renda, infraestrutura, serviços e desenvolvimento institucional, meio ambiente e desenvolvimento social.

Em 2008, o território central do Paraná passou a fazer parte do recém criado programa federal Território da Cidadania. O Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi instituído em 2008 através do decreto federal da presidência da república e

implantado na região em 2009. A criação do PTC está associada ao objetivo principal de combate à pobreza e à desigualdade social, características marcantes no Brasil, principalmente em sua porção rural, além de promover o debate e discussão de temas relacionados a gênero, raça e etnia (CAVALCANTI *et. al*, 2014).

Os municípios que compõem o PTC são agrupados conforme seus índices de desenvolvimento humano, níveis de dinamismo econômico, concentração de indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica ou social e acesso a políticas públicas a fim de ampliar as possibilidades de coesão social e amplificar as ações de superação à desigualdade social e pobreza, principalmente em áreas rurais, conforme decreto federal de 25 de Fevereiro de 2008 (CAVALCANTI *et al*, 2014).

A fim de gerir com maior eficiência os territórios, criou-se um formato inovador de governança pautado em ações desenvolvidas pelo Colegiado Territorial que funciona como uma espécie de fórum, onde os diversos atores sociais participam das reuniões, buscando legitimar suas ideias, interesses e projetos.

Em 2011, o processo de requalificação do PTDRS foi encabeçado pelo Grupo Gestor do Território da Cidadania, composto por 33 entidades públicas e privadas, quando reafirmaram o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável do território. Contudo, deve-se ressaltar que o município de Guarapuava não foi inserido no PTDRS, mesmo sendo membro da AMOCENTRO e do PTC Paraná Centro desde 2008.

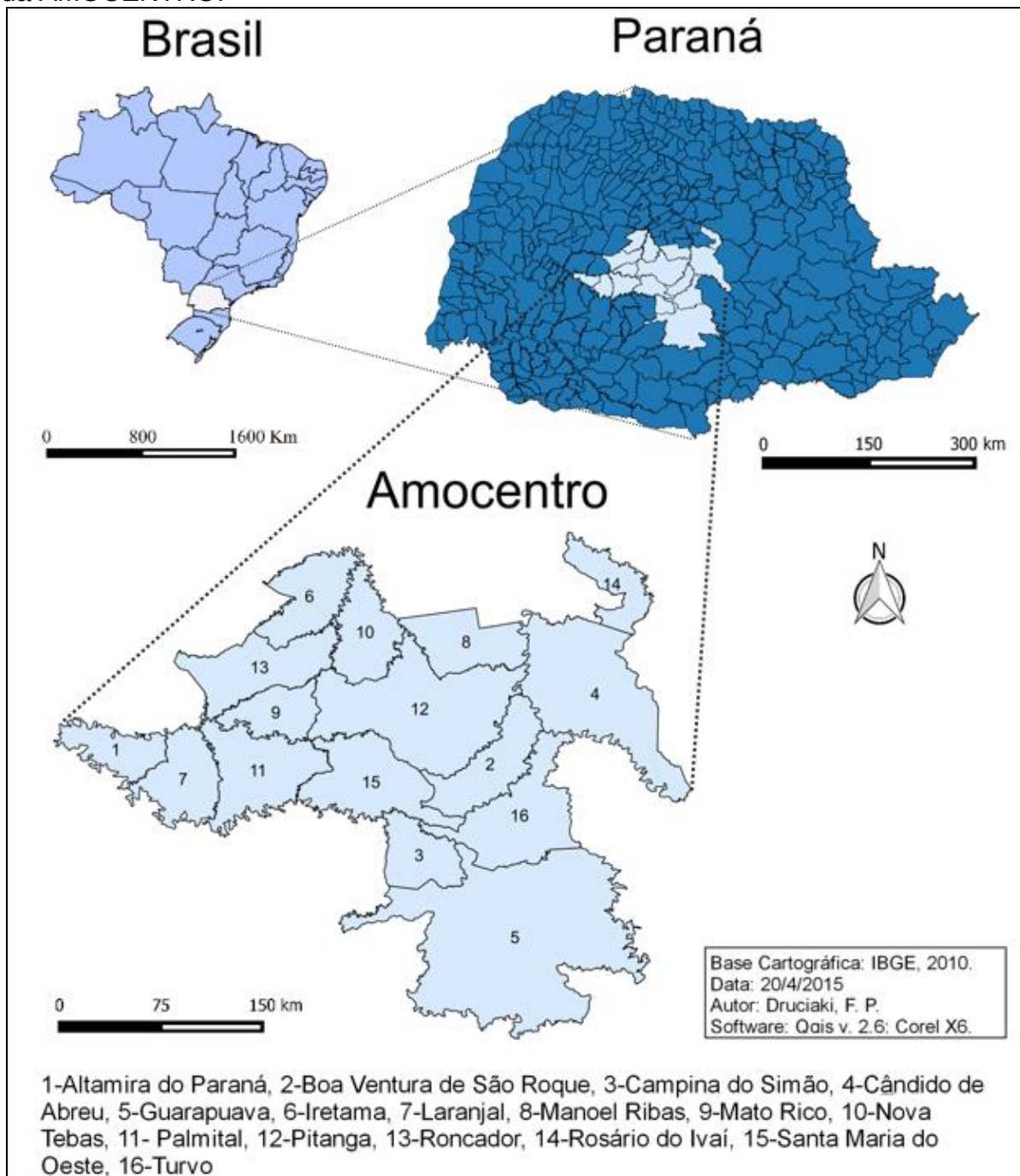
A inserção do município de Guarapuava no território sempre foi conflitante. De acordo com Favaro (2014), esta foi defendida pelo Gerente Técnico da UGP-SEAB, Luis Carlos Teixeira Lopes, qual expunha que o município de Guarapuava poderia fortalecer o território, além de colaborar para programas estatais da época como a inclusão social. Ainda conforme Favaro (2014), a maioria dos membros do Conselho Gestor se mostrou contra, argumentando que a inclusão de Guarapuava destoaria a realidade do território devido suas características sociais e econômicas. Além disso, o município não se enquadrava no que a SDT e o MDA estabeleciam como critério para participação no território, que era uma população inferior a 50 mil habitantes. Em março de 2011, o Conselho Gestor exclui o município de Guarapuava da requalificação do PTDRS, que foi realizado através da fundação RURECO.

O programa de 2011 ampliou muito o número de ações a serem realizadas, mantendo os mesmos 5 eixos prioritários do anterior, entendendo que estes não sofreram grandes mudanças. A readequação do plano deixou lacunas dispersas no

monitoramento e avaliação do projeto anterior, como falta de prazos e ações específicas, ofuscando parte de seus resultados.

Conforme mostra a Figura 1, o território da AMOCENTRO está localizado na região central do Paraná e abrange atualmente 16 municípios.

Figura 1 - Distribuição geográfica dos municípios compreendidos na área de atuação da AMOCENTRO.



Fonte: IBGE, 2010.

Em 2010, esse território somou um total de aproximadamente 324 mil habitantes, dos quais cerca de 31% encontram-se na área rural. Ao separarmos o município de Guarapuava, nota-se outro comportamento, pois exceto o município, o território somou em 2010 cerca de 251 mil habitantes, dos quais mais de 54% fazem parte da área rural. Ou seja, este viés descaracteriza, em partes, o município de Guarapuava dos demais do território, como já mencionado acima sobre os conflitos em permitir ou não a participação da cidade no recorte.

A área de atuação é de extrema relevância, não só para os municípios associados como para a região, uma vez que esses municípios estão entre os mais “problemáticos¹⁰” do Paraná, com exceção de Guarapuava e Pitanga.

Atualmente, a AMOCENTRO é presidida pelo prefeito do município de Santa Maria do Oeste, Claudio Leal, que assumiu o cargo em Janeiro de 2016. Além disso, ressalta-se que a AMOCENTRO continua a utilizar como instrumento balizador o mesmo planejamento proposto pelo Grupo Gestor do Território em 2011, o PTDRS, qual ainda não passou por nenhuma outra requalificação.

Não foi encontrado nenhum trabalho científico que tratasse especificamente o caso da AMOCENTRO. O trabalho mais completo disponível é de Favaro (2014), resultado da sua tese de doutoramento sobre a geografia política e o desenvolvimento territorial rural do Território da Cidadania Paraná Centro. Favaro (2014) encontrou na sua análise qualitativa sobre os municípios desse recorte que a maioria dos entrevistados reprovam o modo como o planejamento territorial ocorre, e além disso é excludente, pois as diretrizes vêm “de cima para baixo”, de modo que a associação é somente um local físico onde o poder se reproduz através dos representantes políticos, no que o autor coloca como a reprodução da hegemonia. Outra narrativa que abarca boa parte dos municípios da AMOCENTRO é o trabalho de Silva (2005), que em sua tese procura entender a formação dos territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná. Portanto, infere-se que a região central do Estado do Paraná é palco de profundas particularidades políticas desde a sua formação. Contudo, em nenhum dos casos nos trabalhos supracitados a AMOCENTRO aparece como objeto de análise nesse contexto

¹⁰ Além de possuir uma renda *per capita* muito abaixo da média paranaense, ínfima participação no PIB do Estado e pouca geração de emprego e renda, os índices sociais também são alarmantes, evidenciando sérios problemas, principalmente na educação.

3.3 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA ÁREA DE ESTUDO

As características de formação histórica do território paranaense já evidenciavam similaridades entre os municípios do centro do Estado, e disparidades entre estes e o restante do Estado. As análises realizadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES) evidenciaram que, por mais homogêneos que os espaços pareçam ser, a dessemelhança permanece predominante, de forma a classificar o Estado do Paraná a partir de sua relevância econômica.

A porção central do Estado é a mais vulnerável, não só pelos indicadores sociais como pela relevância econômica e institucional. A única ressalva é o município de Guarapuava que apresenta certa relevância dentro deste território devido ao fato de ser o município polo, recebendo movimentos pendulares para estudo, trabalho e saúde dos municípios circunvizinhos da região central. Além disso, é a região onde concentra o maior número de indivíduos pobres, poucas indústrias com ínfima participação no faturamento industrial do Estado e dispõe de uma infraestrutura bastante problemática (IPARDES, 2006).

Observa-se que, em 12 anos de análise do PIB paranaense (2000 a 2012), não houve sequer uma mudança de posição entre as representatividades, consolidando a posição de desigualdade no Estado, já que somente três mesorregiões concentraram em 2012 aproximadamente 75% de tudo que foi produzido no Estado. Por outro lado, as Mesorregiões Sudeste, Centro-Sul e Centro-Ocidental perfazem um total aproximadamente de 8% do PIB do Estado.

Outra análise realizada a fim de evidenciar tal desigualdade é do PIB *per capita* das Mesorregiões paranaenses, que mostra a soberania da região Metropolitana de Curitiba com um PIB *per capita* de R\$ 32.676. Já as Mesorregiões Centro-Sul, Norte Pioneiro e Sudeste possuem um PIB *per capita* de R\$15.794, R\$15.554 e R\$14.486, respectivamente, ou seja, menos da metade do valor da Mesorregião Metropolitana de Curitiba (IPARDES, 2015).

A discrepância pode ser ainda mais presente na análise de outros recortes territoriais, ou seja, outras estruturas de governança que não a divisão política exposta pelos órgãos oficiais. Dentre as várias estruturas de governança responsáveis pelo processo de desenvolvimento territorial, salientam-se as ações coletivas municipais através das associações de municípios, que passaram a contar

com uma maior liberdade, tanto na esfera política quanto na administrativa, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Desde então, municípios passaram a organizar-se, dentre outras estruturas, em formas de associações para fortalecer os laços políticos e econômicos já existentes a fim de garantir maiores investimentos das instâncias superiores do governo, e também para que seus interesses e objetivos fossem atendidos de alguma forma (CORADELI, 2011).

Características similares entre alguns municípios do Centro do Paraná, favoreceram a aglutinação dos mesmos sob forma de associação. Mesmo estes expondo diferentes tipos de climas, solo, relevo, os aspectos culturais, de ocupação, sociais e econômicos, os agrupam naturalmente, principalmente em se tratando de qualidade de vida como é observado pelos índices de IDHM de 2010 e IFDM de 2013 atualmente. Em 1995, com a criação da AMOCENTRO, atualmente responsável pela promoção do desenvolvimento territorial e articulação dos 16 municípios¹¹ que compõem o recorte deste trabalho, percebe-se que estes possuem uma dinâmica bastante diferente dos principais eixos do Estado. A heterogeneidade do território é algo esperado, porém quando isto ocorre de maneira muito incisiva gera preocupações. O território da AMOCENTRO, por exemplo, conta com uma participação de apenas 2% no PIB do Estado, puxado principalmente pelo município de Guarapuava, que é polo da região e concentra 1,25% do produto paranaense, expondo a fragilidade da representatividade econômica do território.

Além da desconexão econômica evidenciada através da análise do PIB, observa-se também uma grande diferença na qualidade de vida da população paranaense. Observou-se com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que os principais eixos do Paraná da Região Metropolitana de Curitiba, Norte Central e da Região Oeste, são as três regiões com o IDH-M mais alto do Estado. Vale ressaltar que estes eixos fizeram parte do Anel de Integração, proposta do então Governador do Paraná Jaime Lerner (1995/2002) para promover o desenvolvimento do Estado. É neste eixo também que houve ocorrência dos municípios com maior participação no PIB do Estado. Conforme exposto na Tabela 1, a variação percentual entre os indicadores de 2000 e 2010 do IDHM das regiões

¹¹ Municípios abrangidos pela AMOCENTRO, conforme Associação dos Municípios do Paraná – AMP, (2015): Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste, Turvo.

Sudeste e Centro-Sul, Mesorregiões que abrigam municípios do território da AMOCENTRO, foram as que apresentaram melhoras mais expressivas, em torno de 21%. Contudo, ainda são as Mesorregiões mais carentes do Estado.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e variação percentual do período de 2000 a 2010.

Mesorregião	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Var. %
Metr. de Curitiba	0,6843	0,7737	13,06%
Norte Central	0,6677	0,7512	12,51%
Oeste	0,6595	0,749	13,57%
Sudoeste	0,6327	0,7366	16,42%
Centro Oriental	0,6283	0,7269	15,69%
Noroeste	0,6268	0,7255	15,75%
Centro Ocidental	0,6088	0,7202	18,30%
Norte Pioneiro	0,6068	0,711	17,17%
Sudeste	0,5697	0,691	21,29%
Centro-Sul	0,562	0,6823	21,41%

Fonte: PNUD, 2013

As Mesorregiões Centro-Sul e Sudeste são as duas únicas regiões do Estado que se configuram no patamar de “Médio Desenvolvimento”, ao contrário das demais que se encontram em um nível de “Alto Desenvolvimento”, conforme classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD¹²).

No território da AMOCENTRO, somente três municípios (Guarapuava, Pitanga e Manoel Ribas) classificaram-se com nível de “alto” desenvolvimento, ou seja, com médias de IDH-M superior a 0,7, conforme visto na Tabela 2, exposta na página a seguir. Laranjal foi o município que apresentou o maior crescimento percentual no índice entre 2000 e 2010, com 39%. Mesmo após o significativo incremento, é o único município no patamar de “baixo” com um IDH-M de 0,585. Praticamente não houve alteração no ranking de municípios classificados pelo IDH-M. Vale salientar que a grande melhora no IDH-M dos municípios da AMOCENTRO visto na Tabela 2 se deu basicamente pelo amplo aumento na variável Educação¹³. Na média total, este indicador apresentou um aumento de aproximadamente 66% entre 2000 e

¹² Faixas de desenvolvimento humano municipal: IDH-M entre 0-0,499: muito baixo; 0,500-0,599: baixo; 0,600-0,699: médio; 0,700-0,799: alto; 0,800-1: muito alto.

¹³ Índice Educação é um componente do IDH-M, e corresponde à dimensão “acesso ao conhecimento” que é medida pela composição de dois subíndices básicos: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem.

2010, com destaque para os municípios de Laranjal (113%) e Cândido de Abreu (90%). Os demais municípios também apresentaram melhora no índice no mesmo período analisado, porém foram de menor proporção.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e variação percentual do período de 2000 a 2010 dos municípios da AMOCENTRO.

Município	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Δ%
Altamira do Paraná	0,496	0,667	34,5%
Boa Ventura de São Roque	0,515	0,655	27,2%
Campina do Simão	0,491	0,63	28,3%
Cândido de Abreu	0,46	0,629	36,7%
Guarapuava	0,632	0,731	15,7%
Iretama	0,543	0,665	22,5%
Laranjal	0,419	0,585	39,6%
Manoel Ribas	0,585	0,716	22,4%
Mato Rico	0,483	0,632	30,8%
Nova Tebas	0,535	0,651	21,7%
Palmital	0,509	0,639	25,5%
Pitanga	0,575	0,702	22,1%
Roncador	0,547	0,681	24,5%
Rosário do Ivaí	0,521	0,662	27,1%
Santa Maria do Oeste	0,475	0,609	28,2%
Turvo	0,491	0,672	36,9%

Fonte: PNUD, 2013

No índice Renda¹⁴, observa-se que o movimento das variáveis foi mais tímido em comparação à educação. O aumento geral médio entre 2000 e 2010 foi de 14%, com destaque para Turvo (22%), Manoel Ribas (22%) e Cândido de Abreu (20,5%). O menor progresso registrado foi de Boa Ventura de São Roque, com uma evolução de apenas 4%.

Já quanto ao indicador de Longevidade¹⁵, o território também mostrou progresso no período de análise. Sua variação percentual média foi de 11%, sendo o item que teve o menor avanço, em comparação à renda e à educação. Deve-se ressaltar que ao contrário dos outros dois índices, a longevidade é o único que está inteiramente classificado como “alto” e “muito alto” desenvolvimento.

¹⁴ O índice Renda corresponde ao padrão de vida e é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município.

¹⁵ O Índice Longevidade corresponde a uma vida longa e saudável e é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

Outro aspecto que merece destaque é a variação do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que assim como o IDH-M apresentou entre 2005 e 2011 uma melhora geral para os mesmos municípios, conforme exposto na Tabela 3, porém, ao verificar os subíndices, nota-se uma severa retração no quesito Emprego e Renda em que se auferiu que 8 dos 16 municípios apresentaram um recuo no período de análise deste subíndice. Notou-se ainda que, desses municípios, apenas Guarapuava está entre os 100 mais bem classificados do Paraná, na 78ª posição e, por outro lado, Laranjal (392º), Cândido de Abreu (394º) e Santa Maria do Oeste (398º) estão entre os 10 últimos na classificação, confirmando a frágil situação socioeconômica destes municípios, conforme visto na Tabela 3.

Tabela 3 - Variação percentual do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e seus respectivos subíndices do período de 2005 a 2011 dos municípios da AMOCENTRO

Municípios	$\Delta\%$ IFDM 2005- 2011	$\Delta\%$ Emprego	$\Delta\%$ Educação	$\Delta\%$ Saúde	$\Delta\%$ IFDM 2011- 2013	$\Delta\%$ Emprego	$\Delta\%$ Educação	$\Delta\%$ Saúde
Altamira do Paraná	24,6	43%	25%	11%	-2,1	-15,3	2,1	4,7
Boa V. de São Roque	6,8	11%	19%	-6%	7,57	10	7,2	6
Campina do Simão	15,3	38%	6%	11%	7	-4,3	21,6	3,8
Cândido de Abreu	21,9	69%	35%	-12%	1,5	10,7	8	-15
Guarapuava	8,8	7%	12%	8%	4,3	6,6	2,7	3,5
Iretama	13,1	45%	23%	-9%	3,8	8,7	5,4	-1,3
Laranjal	18,3	-22%	44%	32%	14,8	32,7	3,7	15,8
Manoel Ribas	-0,6	-14%	22%	-11%	5,9	25,4	2,6	-2,6
Mato Rico	16,6	10%	26%	12%	15,8	36,4	-0,8	22,1
Nova Tebas	5,0	-40%	17%	33%	8,	27,1	2,1	6
Palmital	20,8	-4%	24%	36%	0,3	6,4	0,4	-2,8
Pitanga	13,1%	1%	20%	15%	5,9	18	-0,08	4,2
Roncador	15,8%	-6%	32%	18%	12,2	10,9	3,1	23
Rosário do Ivaí	16,8	-23%	19%	47%	9,5	24,4	8,9	3,6
Santa Maria do Oeste	17,4	13%	21%	17%	18,9	24,1	0,9	38,8
Turvo	8,2	-2%	20%	7%	-3,1	-21,1	11,9	-3,2

Fonte: FIRJAN, 2015

Nota-se na Tabela 3 que durante a avaliação do IFDM entre 2011 e 2013, somente 4 municípios ganharam posição, Altamira do Paraná, Cândido de Abreu, Palmital e Turvo, respectivamente, os demais tiveram suas posições rebaixadas. No

IFDM médio apenas Altamira do Paraná e Turvo tiveram baixa em seus índices, puxados principalmente pelo subíndice emprego e renda. Sobre a educação, somente o município de Mato Rico apresentou uma leve queda de 0,8% entre 2011 e 2013, os demais continuaram a trajetória de melhora neste item.

Mesmo com a melhora de todas as regiões do Estado, este território ainda está entre os últimos colocados no *ranking* geral de IDH-M e do IFDM e da participação do PIB evidenciando que ainda há muito a melhorar e a ser discutido para que este espaço cresça e se desenvolva em ritmo igual ou parecido com os demais territórios do Estado, em especial o eixo Norte, Oeste e da região metropolitana de Curitiba, ou seja, os espaços de maior relevância econômica e concentrados do Estado (IPARDES, 2006).

O cenário de disparidades econômicas e sociais no Paraná já é bastante conhecido, principalmente as situações problemáticas nos municípios da região central do Estado. Para Fávaro (2014), são três as possíveis grandes causas da pobreza e das dificuldades desses municípios. Conforme o autor, em primeira instância, a forma de ocupação do território, extrativa, não colaboraram para gerar infraestrutura e autossuficiência econômica. O território foi marcado pelos grandes ciclos econômicos como da erva mate, suinocultura e madeira, produtos primários que foram comercializados de forma extensiva nessa região. Posteriormente, pode-se afirmar que a base social do território, indivíduos instalados majoritariamente em áreas rurais, como comunidades campeiras. Essas comunidades são o oposto dos latifúndios, expostos em um processo de submissão de poder entre os grandes detentores de terra e os pequenos agricultores. Além desses fatores, questões culturais, solo, clima, infraestrutura e logística, também acentuam positivamente ou negativamente a situação de alguns municípios do território. A dificuldade de acesso de alguns municípios, somado ao relevo, dificulta o transporte terrestre e consequentemente compromete a instalação de grandes empreendimentos, pois o custo de transporte, e o tempo para tal acabam por inviabilizar esse tipo de investimento.

Percebe-se portanto que, são diversos fatores que estão ligados ao processo de crescimento e desenvolvimento de uma região ou um lugar, tais como: político,

cultural, climático, geográfico¹⁶, recursos naturais, econômicos entre outros. O produto resultante desses aspectos é um processo de desenvolvimento desigual, que possui a característica de fortalecer regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento e desenvolvimento econômico, em detrimento das demais regiões menos dinâmicas, como é o caso do território da AMOCENTRO, salvo algumas exceções.

¹⁶ O termo geográfico, nesse contexto, se refere mais a uma questão de situação do espaço em questão, ou seja, a localização de um lugar no espaço regional e seus atributos físicos, funcionais e territoriais. A menção faz-se necessária para não incorrerem no risco de sobrepormos a abrangência epistemológica da ciência geográfica.

4 METODOLOGIA

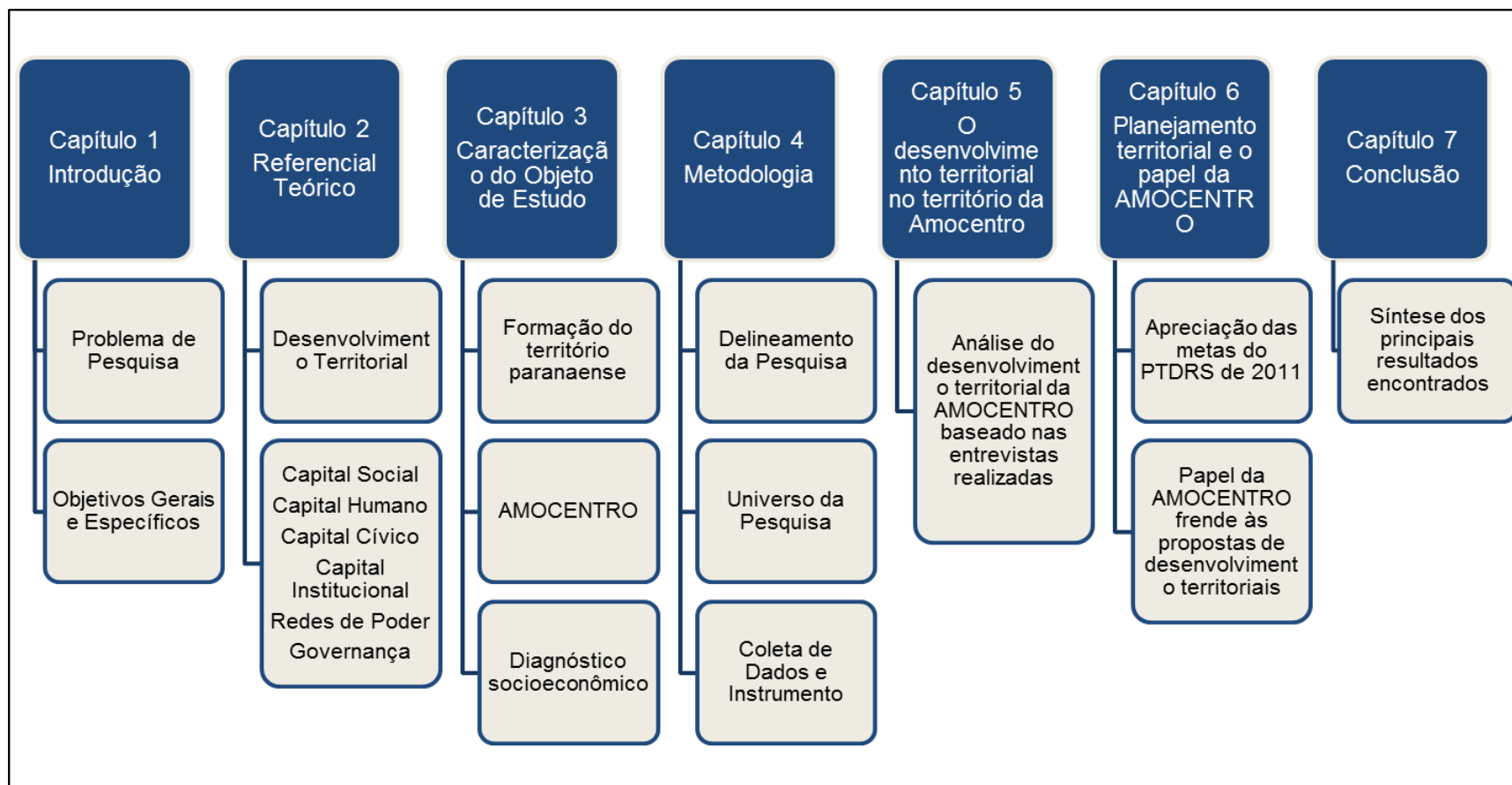
Neste item é realizando o delineamento da pesquisa a fim de classificá-la e caracterizá-la frente a sua problemática e seus objetivos. Posteriormente, é apresentada a determinação da amostra da pesquisa bem como o instrumento da coleta de dados, que foi realizada a partir de entrevista semiestruturada. Por fim, apresenta-se o método de análise dos dados da pesquisa. Pretende-se expor aqui o caminho trilhado pela pesquisa e suas particularidades, conforme visto na Figura 2.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Com base no seu objetivo, essa pesquisa classifica-se como uma pesquisa de caráter exploratório. Para Gil (1999), esse tipo de pesquisa tende a oferecer maior aproximação com o problema de pesquisa, com vistas a torná-lo mais conhecido, para que assim possam-se construir hipóteses e principalmente permitir o aprimoramento de ideias.

Desta forma, o caráter exploratório confirma-se com o objetivo geral da pesquisa, pois ao analisar se as ações do PTDRS foram suficientes para garantir o desenvolvimento territorial dos municípios da AMOCENTRO, busca-se examinar se o planejamento seguido pela associação está coerente como pressuposto teórico e prático, e a partir disso permite ao pesquisador desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias já existentes que poderão ser utilizadas na requalificação das já existentes, pois o produto final deste método passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação (GIL, 2010).

Figura 2 - Esquema geral da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Levando em consideração as suas características, esta pesquisa classifica-se como um Estudo de Caso, que é definido por Gil (2010, p. 54) como:

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe.

O estudo de caso pode ser entendido ainda como um esforço profundo e exaustivo de detalhar características de poucos objetos de maneira que permita um amplo entendimento sobre o mesmo (YIN, 2001). Já os exemplos mais comuns para esse tipo de estudo são descritos por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2006, p. 640) como sendo os que se centram em apenas uma unidade, um pequeno grupo, uma instituição, um programa ou um evento.

Quanto à sua abordagem, a presente pesquisa utilizará método misto, pois entende-se que a conjugação de elementos qualitativos e quantitativos proporcionará ganhos relevantes para a pesquisa.

O método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto na modalidade de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio dos elementos estatísticos. Ou seja, o método quantitativo procura transformar em números opiniões e informações a fim de classificá-las e analisá-las. A pesquisa quantitativa geralmente trabalha com base em materiais já elaborados e também com materiais que não receberam tratamento analítico, como fontes bibliográficas e secundárias de dados, indo ao encontro das necessidades desta pesquisa de analisar variáveis já dispostas em banco de dados (RICHARDSON, 2007).

Por outro lado, a pesquisa de cunho qualitativo visa buscar compreender um fenômeno específico em profundidade. Esse tipo de análise depende de vários fatores dentre os quais estão a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e também os pressupostos que norteiam a investigação (GIL, 2010).

A abordagem qualitativa é a ferramenta adequada para compreender a natureza social, pois retrata questões básicas ou complexas, como estudos do

passado, atitudes, motivações e demais comportamentos perceptíveis somente através de uma análise que possa interpretar e explicar comportamentos dos atores sociais. Este método é utilizado comumente sob observações e entrevistas (RICHARDSON, 2007; PRODANOV & FREITAS, 2013).

4.2 DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA DE PESQUISA

Entende-se por amostra o subconjunto do universo de pesquisa, pelo qual se estabelece ou se estimam as características desse universo ou população. Partindo dos objetivos propostos pela pesquisa, observou-se que o território da AMOCENTRO é basicamente constituído por grupos de atores sociais que se inter-relacionam como prefeitos, secretários, técnicos e demais envolvidos com a associação. Destes buscou-se entrevistar aqueles que tem participação mais ativa nas reuniões e ações da instituições.

Dentre os 16 prefeitos do território (população total), procurou-se conversar com todos, contudo, devido à dificuldade em estabelecer contato, falta de interesse de alguns deles além da falta de agenda para realização das entrevistas. A dificuldade em marcar as entrevistas ocorre principalmente para estabelecer o primeiro contato com os mesmos. Partindo da lista de e-mails utilizada pela AMOCENTRO, foi enviado a todos uma comunicação em forma de ofício no anexo do e-mail. Contudo, o contato via e-mail teve retorno somente das prefeituras de Nova Tebas, Altamira do Paraná e Santa Maria do Oeste. Os demais municípios não responderam. Efetuou-se também contato telefônico nas prefeituras, porém a dificuldade em entrar em contato diretamente com o prefeito é muito grande, em muitos casos nem mesmo o secretário dos mesmos estava disponível para atendimento. Somente os municípios de Pitanga, Larajnal e Palmital atenderam a solicitação. Percebeu-se durante as entrevistas que a agenda dos prefeitos sempre estava cheia, o que talvez possa justificar a falta de contato entre pesquisador e entrevistado. Outro fator foi a época do ano, em que as entrevistas ocorreram, durante Outubro de 2015 e Janeiro de 2016, época em que boa parte das prefeituras está sobrecarregada com assuntos internos, como fechamento de folha salarial, recessos e outros percalços.

Desta forma, foram entrevistados aqueles que, de certa forma, possuem maior grau de participação dentro da entidade e que tinham disponibilidade para tal. Dessa forma, o tamanho total da amostra foi de 5 prefeitos (as), 1 vice-prefeito e 14 representantes de outras instituições, conforme consta no APÊNDICE 2. A partir dessa amostra foi possível analisar o funcionamento da instituição a partir do viés legislativo e também dos técnicos, na figura de representantes institucionais, quais possuem participação por muito mais tempo que os prefeitos, pois possuem cargos efetivos ao contrário dos eletivos dos prefeitos. Desta forma, acredita-se que os técnicos possuem grande capacidade de explicar a dinâmica do território por participar do processo de desenvolvimento territorial há mais tempo.

4.3 COLETA DOS DADOS

Os dados utilizados nesta análise foram coletados de forma primária e secundária. Os dados primários foram obtidos através de dois métodos: entrevistas parcialmente estruturadas e pesquisas documentais em documentos e atas oficiais da AMOCENTRO.

A pesquisa documental em atas de reuniões, contratos, entre outros documentos, se faz necessária pela necessidade de resgatar informações sobre a criação e funcionamento da associação. Esse tipo de pesquisa leva em consideração estritamente documentos, escritos ou não, e podem ser feitas no momento em que o fato ocorre ou depois (MARCONI & LAKATOS, 2003). Juntamente com a pesquisa documental, utilizou-se também da entrevista de forma semiestruturada.

A entrevista constitui-se também em um dos métodos mais flexíveis para obtenção de dados, podendo assumir caráter formal ou informal. A entrevista semiestruturada é uma conversa profissional constituída a partir de perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender necessariamente à indagação que fora formulada (Marconi e Lakatos (2003). Essas perguntas servem como um roteiro que o entrevistador vai conduzindo durante a conversa. Minayo (2005) destaca a importância do roteiro nesta forma de entrevista, que deve observar as condições

consideradas essenciais e ao mesmo tempo suficientes para a construção dos dados empíricos que se espera, podendo assim, ser organizada em tópicos temáticos. Dessa forma, a entrevista semiestruturada é utilizada quando o pesquisador busca obter o maior número de informações de seu entrevistado.

Foram entrevistados 20 participantes¹⁷ entre prefeitos, secretários e demais representantes das entidades vinculadas à AMOCENTRO. Para tanto, utilizou-se um roteiro de entrevista sob forma semiestruturada, conforme disposto no APÊNDICE 1, com vistas a buscar informações específicas sobre os elementos do desenvolvimento territorial e o papel da AMOCENTRO frente a tal objeto. Todos participantes aprovaram previamente à entrevista o uso de sua fala e nome no trabalho, aqueles que preferiram não se identificar tiveram suas falas expostas sem relação ao nome. Também neste sentido objetiva-se sondar se houve melhoria no desenvolvimento territorial da região a partir das ações do PTDRS de 2011 e se as ações nele contidas foram executadas.

O roteiro da entrevista semiestruturada aplicado nos atores supracitados, conforme disposto no APÊNDICE 1, foi organizado a partir da elaboração do Quadro 3.

Quadro 3 - Elementos norteadores do desenvolvimento territorial e balizadores da entrevista semiestruturada.

Objetivos	Elementos de Análise	Tópicos Analisados	Fonte
Identificar o comportamento dos atores sociais envolvidos	Capital Social	- Importância das entidades - Cooperação - Confiança	Questões 5, 6, 7 e 8.
Identificar a situação da educação e qualificação	Capital Humano	- Escolaridade da população adulta - Fluxo escolar da população jovem	PNUD(2013) e Questão 9.

¹⁷ Vide Apêndice 2.

Avaliar a formação de cidadania	Capital Cívico	- Conhecimento cívico - Funcionamento da democracia - Atividades extracurriculares	Questão 10.
Verificar a fluidez do tecido institucional	Capital Institucional	- Número de entidades - Participação - Comprometimento das instituições - Convergência de Objetivos	Questões 4, 13, 14, 15 e 16.
Verificar as relações dos atores sociais e sua abrangência	Redes de Poder	-Interação de Atores e Instituições -<i>Briding</i> - Abrangência	Questões 17, 18, 19 e 20.
Verificar a participação nas escolhas políticas e institucionais e eficácia e qualidade de gestão	Governança	- Liberdade de associação - Competências públicas - Competências - Normas e valores	Questões 21, 22, 23, 24, 25 e 26.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015. * Modelo de avaliação matricial de Rocha (2008).

Cada ponto associado ao roteiro da entrevista corresponde a um pressuposto teórico do desenvolvimento territorial. Essa metodologia possibilitou mensurar de forma qualitativa o comportamento do desenvolvimento no território de análise.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados ocorrerá sob a luz do referencial teórico apresentado, ou seja, da teoria do desenvolvimento territorial e irá ao encontro dos objetivos desta pesquisa. Ao analisar os elementos apresentados no Quadro 3, os resultados auxiliarão a verificar se houve ou não desenvolvimento territorial a partir dos seus elementos, confirmando a veracidade da teoria ao aplicá-la à prática.

A análise quantitativa será utilizada para avaliação dos indicadores do PTDRS de 2011, conforme disposto no ANEXO 1, ao estimar e classificar o

resultado das estratégias e metas do plano, dentre seus 5 eixos prioritários: Infraestrutura, Desenvolvimento Institucional, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Trabalho e Renda, se estas foram atingidas ou não, ou qual foi sua variação.

O método quantitativo também será utilizado para a análise do elemento capital humano, e ao elaborar o modelo de Rocha (2008) através da matriz interinstitucional, a fim de evidenciar qual o grau de comprometimento das instituições vinculadas à AMOCENTRO, para análise da fluidez do tecido institucional.

Por outro lado, o método qualitativo será utilizado para verificar se a AMOCENTRO, através de suas ações, está ou não colaborando para o desenvolvimento territorial. Para tanto, serão analisados os elementos contidos no Quadro 3 através do roteiro de entrevista semiestruturada, conforme consta no APÊNDICE 1. O método qualitativo servirá para interpretação dos dados a fim de captar as informações com maiores detalhes através da percepção da realidade do objeto de estudo.

5 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO DA AMOCENTRO

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa. Eles serão analisados conforme ordem estabelecida no roteiro de entrevista sob forma de grupos. Cada grupo do roteiro diz respeito a um fator que compõem o conceito de desenvolvimento territorial, e cada fator por sua vez é composto por perguntas relativas ao subtópico principal de cada grupo.

As entrevistas foram realizadas com 20 membros, entre prefeitos, secretários e demais representantes de entidades vinculadas à associação aplicadas sob a forma de entrevista semiestruturada e gravadas em áudio com a devida permissão de cada participante, buscando assim responder ao problema de pesquisa que procurou identificar se a AMOCENTRO promove o desenvolvimento territorial dos seus municípios e se o PTDRS de 2011 é suficiente para tal fim.

5.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Cada recorte territorial é único. Possui uma identidade e especificidades pautadas na sua organização social, cultural, política e econômica. Essa construção social ímpar, por vezes, dificulta a conceitualização do que é um território e o que pode o tornar desenvolvido ou não, já que a realidade de um local não se aplica ao outro e vice-versa. Além disso, como já discutido no capítulo 2, as nuances do conceito de desenvolvimento estão presentes no âmago das principais correntes teóricas.

O desenvolvimento territorial ocorre via somatória de uma série de recursos tangíveis e intangíveis, que busca melhor traduzir a realidade do território da AMOCENTRO. O processo de desenvolvimento pode ser determinado pela capacidade que a comunidade possui para se relacionar e cooperar, a partir do capital social; do modo com que ela promove o aumento no nível de instrução formal ou informal dos indivíduos por meio do capital humano; da forma com que a sociedade repassa seus valores e apreço pelo território via capital cívico; e, pela forma com que os atores territoriais interagem e dão fluidez política às suas ações através capital institucional. Além desses fatores, soma-se a capacidade de

relacionar-se com demais atores dentro e fora do próprio território, em uma espécie de “orquestração social” e como estes atuam como forma de redes de poder e de sua estrutura de governança (BOISIER, 1992).

A totalidade desses fatores, aliados aos índices sociais e econômicos, permite afirmar se o território em questão desfruta ou não de qualidade de vida, e se estes conseguem trabalhar em conjunto na busca de seus recursos territoriais. Caso haja resultados positivos nesta equação, haverá desenvolvimento territorial. Por outro lado, este processo é sobremaneira complexo, e por vezes burocrático, tornando a orquestração suscetível a equívocos e à ação oportunista dos atores envolvidos.

A seguir, discutem-se separadamente cada um dos fatores inerentes ao processo de desenvolvimento territorial supracitados. Além disso, a análise centra-se nos resultados das entrevistas, realizadas com os principais representantes das municipalidades e da AMOCENTRO, e no PTDRS de 2011, diretriz utilizada pela associação para o desenvolvimento territorial.

5.1.1 Capital social

A construção social, o relacionamento conjunto, as formas de cooperação entre diferentes grupos constituem a essência do capital social. Como já mencionado anteriormente no item 2.3.1 deste trabalho, há grande dificuldade de mensurar o capital social. Os aspectos que devem ser levados em consideração fazem parte de um conjunto de relações sociais com um caráter sobremaneira subjetivo.

Conforme a discussão dos apontamentos de Coleman (1988) e Putnam (1996), feitos no referencial teórico, elencaram-se quatro questões no roteiro da entrevista objetivando mensurar o capital social: a relevância da participação nas reuniões da AMOCENTRO; se mantém vínculos profissionais e institucionais com os demais atores; sobre a capacidade da associação de fomentar atividades cooperativas e de ações coletivas e também sobre a confiança entre os atores do território.

5.1.2 Relevância em participar das reuniões

As reuniões da AMOCENTRO são destinadas a tratar de assuntos de interesse dos munícipes e representantes políticos da região. Quem participa das reuniões da associação são os prefeitos dos 16 municípios que a compõem. Quando o assunto é específico, como agricultura, serviços sociais, turismo, entre outros, representantes e secretários das prefeituras também participam, e muitas vezes até acabam substituindo os prefeitos.

Dentre os entrevistados, 84% disseram ser muito importante participar das reuniões. Para João Elinton¹⁸, Prefeito do município de Laranjal “a importância da AMOCENTRO é que os municípios se reúnem para reivindicar como um conjunto tudo o que tem que fazer para a região”. Percebe-se a falta de outras instituições, e que alguns municípios sentem-se institucionalmente desamparados, observando nas reuniões da AMOCENTRO uma forma de praticar sua coletividade. Heloisa I. Jensen¹⁹, atual presidente da AMOCENTRO e prefeita de Nova Tebas, defende que “[...] É lá (reuniões da associação) que nós compactuamos ideias que tanto beneficiam um município quando o outro”, pois ao trocar experiências, os prefeitos aprendem com maior facilidade e estão menos suscetíveis e incorrer em erros.

João Sartori²⁰, vice prefeito do município de Laranjal, endossa esse pensamento ao afirmar que “É importante sim (participar das reuniões), pois quando se agrupam vários prefeitos, você tem uma liderança mais forte; [...] os municípios do centro do Paraná foram contemplados com transporte escolar graças ao poderio da AMOCENTRO”. Além disso, Nilson Padilha, assessor territorial do Território da Cidadania Paraná Centro, afirma que quanto maior o entendimento do processo como um todo dentro da associação, acarreta também em mais frequência nas reuniões. O que torna esse ponto desafiador é a dinâmica política, não só deste território, mas no geral, pois na maior parte dos casos os representantes legislativos mudam de posição a cada 4 anos. Para José Idílio, extensionista da EMATER de Ivaiporã que acompanha os trabalhos da AMOCENTRO e do Território de Cidadania há mais de 10 anos:

¹⁸ Entrevista realizada em 19/10/2015.

¹⁹ Entrevista realizada em 9/12/2015.

²⁰ Entrevista realizada em 10/11/2015.

É necessária a participação de todos os municípios com representantes públicos e privados nas atividades territoriais. Os indicados do poder público normalmente têm vínculo partidário ou com a gestão “de plantão”. Esse fato impede a continuidade ocorrendo a troca das pessoas por não se alinharem com o comando municipal que assumem a gestão a cada 4 anos.

A descontinuidade de um processo já começado, força o próximo representante tomar conta do projeto anterior, mesmo sem saber o que já ocorreu no passado, ou por que determinada ação está sendo realizada. Este fato exposto por José Idílio expõe que a relevância em participar das reuniões está calcada no interesse de cada representante, que por vezes depende também de questões partidárias. Ao desconhecer a causa, a relevância que cada indivíduo dá a determinado assunto ou tema pode diminuir, e em último caso, reduzir a frequência de participação nas reuniões.

Cabe ressaltar que a participação da AMOCENTRO ocorre também devido à mesma aglutinar as atividades do Programa Território da Cidadania Paraná Centro (PTCPC), que congrega basicamente os mesmos municípios que fazem parte do município, com exceção dos municípios de Nova Cantu e Rio Branco do Ivaí, que participam das reuniões como membros do PTCPC e não da associação. O PTCPC é independente da AMOCENTRO, mas comungam do mesmo espaço físico para encontros e reuniões, além de trabalharem de forma conjunta. Segundo Ivanir Seben²¹, atual secretário de agricultura do município de Pitanga, quase a totalidade das reuniões da associação são somente para as cadeiras dos prefeitos, e estes participam conforme interesse próprio. Ivanir Seben explica que a comunidade e as algumas, das demais entidades parceiras, participam somente quando é reunião do PTCTC, há maior abertura e discussão sobre as questões territoriais práticas, e as questões políticas ficam por conta dos representantes legislativos de cada município na figura dos prefeitos.

²¹ Entrevista realizada em 5/11/2015

5.1.3 Vínculo entre as instituições

Outra característica do capital social é a capacidade de estabelecer vínculos através da construção social. Ao estabelecer certo tipo de vínculo, seja institucional ou social, os indivíduos passam a gozar de benefícios mútuos. Estudos de Putnam (2000) nos mostram que ao estabelecer um vínculo social estamos praticando a reciprocidade, gerando com isso reputação e crédito e tornando os indivíduos mais satisfeitos. Em relação ao governo e às instituições, isso também funciona, pois se o indivíduo se sente feliz consigo devido ao seu relacionamento com a sociedade, ele estará mais suscetível a colaborar com ações públicas.

As entrevistas mostram que os atores da AMOCENTRO dão grande importância para que a instituição se vincule a outras entidades, 74% dos entrevistados dizem ser muito importante e 25% consideram importante este *bonding*. Vale ressaltar que este vínculo estabelecido no território é caminho para a promoção do desenvolvimento, pois é a partir dele que as pessoas criam apreço pelo local onde residem e trabalham e também estabelecem suas redes. Portanto, estimular esse tipo de capital social torna-se relevante, além de ser o preceito básico das ações coletivas.

5.1.4 Capacidade de cooperar e confiança

O cooperativismo faz parte do território central do Estado do Paraná, foi nele que a primeira experiência coletiva ocorreu na colônia Thereza Cristina através do médico e humanitário francês Jean Maurice Faivre, em 1847²². Atualmente o Paraná é o Estado brasileiro com maior participação em número e faturamento dentro das cooperativas, seja agrícola, de crédito, de saúde, entre outras formas de ações coletivas (COCARI, 2015).

No território da AMOCENTRO, boa parte dos municípios dependem dos postos de trabalho oferecidos por cooperativas, ou se beneficiam da sua

²² Para saber mais sobre a experiência cooperativista de Thereza Cristina, atualmente distrito de Cândido de Abreu, ler: FERNANDES, J. C. **Saga da Esperança**: Socialismo Utópico à beira do Ivaí. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

cooperação, principalmente cooperativas agroindustriais ligadas a atividades leiteiras e cooperativas de crédito rural que visam financiar a safra dos agricultores²³.

De acordo com a importância da cooperação no território da AMOCENTRO, buscou-se evidenciar se a instituição promove de alguma forma atividades cooperativistas ou associativista, em que 74% dos entrevistados disseram que a AMOCENTRO promove de maneira regular e efetiva os preceitos do cooperativismo, mesmo não realizando uma agenda ativa para tal fim. O Sr. Osvaldo Rachelle²⁴, vice-presidente do Conselho Gestor do Fórum de Desenvolvimento Territorial Paraná Centro, comenta que a AMOCENTRO atuou na implantação de diversas cooperativas na região, de forma direta e indireta. Além da criação das cooperativas, também se ampliaram as cooperativas de crédito, com destaque para Nova Tebas, Manoel Ribas e Iretama, além da instalação de outra instituição de crédito em Palmital.

Em maio de 2015, foi inaugurado no município de Pitanga o *campus* do Instituto Federal do Paraná (IFPR), tendo como primeiro curso aprovado e que está em andamento o de técnico integrado em Cooperativismo. O Sr. Altair Zampier²⁵ enaltece que

O desenvolvimento precisa ser coletivo e a sociedade precisa participar dele [...]. Nosso maior adversário na região central (do Estado do Paraná) chama-se cultura, **a cultura do eu ao invés da cultura do nós**. O desenvolvimento precisa ser coletivo, e a sociedade precisa participar dele. (Grifo nosso).

Neste grifo Zampier expõe uma grande fragilidade da associação, às vezes, medidas isoladas são tomadas devido à falta de comprometimento de outros representantes e instituições, e justifica afirmando que na inauguração do IFPR em Pitanga, que abrange o território central do Estado, poucos prefeitos compareceram, e outros nem conhecem a instituição, acarretando assim no desconhecimento de vários potenciais estudantes que poderiam desfrutar da infraestrutura do IFPR.

²³ Não é objetivo deste trabalho discorrer sobre as diversas formas de cooperativismo existentes no Estado do Paraná. Para isso, sugerimos ao leitor visitar o endereço eletrônico: www.paranacooperativo.coop.br.

²⁴ Entrevista realizada em 20/10/2015.

²⁵ Entrevista realizada em 5/11/2015.

Ao analisar os relatos dos entrevistados, percebe-se que a AMOCENTRO promove direta ou indireta, ações coletivas, e por outro lado ver que municípios acabam por tomar ações isoladas objetivando o mesmo assunto, percebe-se falta de sintonia entre os atores envolvidos, isso pode ser reflexo da descontinuidade política mencionada anteriormente, do comprometimento das entidades ou também da confiança entre os indivíduos, mesmo 95% dos entrevistados afirmarem que há confiança entre os atores da AMOCENTRO.

O sentimento de confiança não faz parte do conceito de capital social, mas é exposto como consequência. Em estudo realizado para medir o capital social dos Norte Americanos, Putnam (2001) buscou responder a simples pergunta: Você confia nas pessoas? Pode-se perceber que o declínio da confiança entre os adultos é menor de que nos jovens. A confiança entre os atores facilita o processo de coordenação e cooperação, e isso está presente entre praticamente todos os entrevistados, mostrando que há confiança, mesmo sabendo que nem sempre os atores cooperam entre si, evidenciando que a falta de cooperação não é por falta de confiança e sim por interesse específico de cada ator em cada ação coletiva.

5.2 CAPITAL HUMANO

Investir em conhecimento, seja formal ou informal, tende a acarretar em benefícios futuros, sociais e econômicos. Evidenciando a situação do capital humano, analisa-se o comportamento das variáveis relacionadas a educação formal e informal dos indivíduos. Ao agregar conhecimento ao próprio intelecto, o indivíduo cria um mecanismo que poderá ser utilizado para produção de riquezas. Por outro lado, o conhecimento também permite aos indivíduos aumentar sua capacidade de inovar e promover mudanças técnicas em operações, processos e novas tecnologias principalmente através de processos inovadores (BECKER, 1962).

Conforme afirma Altair José Zampier²⁶, há conhecimento por parte da prefeitura de Pitanga, de que a educação começa pelos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI). A maior problemática é a continuação desse processo

²⁶ Entrevista realizada em 5/11/2015.

até o ensino técnico ou superior, o qual mostra maiores chances de inserção no mercado de trabalho, além de melhor remuneração e benefícios à sociedade.

Zampier ainda comenta o fato de, no ano de 2015, Pitanga ter conquistado uma unidade do Centro de Estadual de Educação Profissional (CEEP) e o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Segundo ele, Pitanga é o único município do país a possuir ambas instalações, além da manutenção do *Campus* Avançado da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e a presença da Universidade do Centro do Paraná (UCP), que funcionam no município. Assim, o município de Pitanga acaba centralizando, em partes, as atividades de ensino do território, ao lado de Guarapuava, que atualmente conta com 5 universidades, sendo: 1 estadual, 1 federal e 3 particulares, que recebem grande fluxo de alunos todos os dias para frequentar essas universidades.

Porém, mesmo com números positivos em Guarapuava e Pitanga, os outros 14 municípios do território da AMOCENTRO contam apenas com cursos superiores à distância. Já os alunos das escolas municipais e estaduais dependem, em sua maioria, de transporte coletivo rural para chegar até seu destino, dificultando o acesso à escola e o aprendizado dos alunos. Isso pode ser observado na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - IDHM Educação 2000 a 2010.

Localidade	IDHM Educação		Variação %
	2000	2010	
Paraná	0,522	0,668	27,97%
Altamira do Paraná	0,321	0,553	72,27%
Boa Ventura de São Roque	0,31	0,527	70,00%
Campina do Simão	0,26	0,494	90,00%
Cândido de Abreu	0,45	0,628	39,56%
Guarapuava	0,38	0,521	37,11%
Iretama	0,204	0,436	113,73%
Laranjal	0,457	0,628	37,42%
Manoel Ribas	0,294	0,536	82,31%
Mato Rico	0,381	0,553	45,14%
Nova Tebas	0,324	0,511	57,72%
Palmital	0,414	0,621	50,00%
Pitanga	0,397	0,595	49,87%
Roncador	0,366	0,577	57,65%

Rosário do Ivaí	0,298	0,477	60,07%
Santa Maria do Oeste	0,293	0,549	87,37%
Turvo	0,293	0,549	87,37%

Fonte: PNUD, 2013.

Ao analisar a Tabela 4, percebe-se que os indicadores referentes à educação (IDHM) para o ano de 2000 eram muito baixos, principalmente comparados à média do Estado, com exceção de alguns municípios como Laranjal e Palmital. Para 2010, houve melhora no indicador para todos os municípios do território, e ainda aferiu-se que os ganhos nestes 10 anos foram superiores à média percentual obtida pelo Estado, com destaque para Iretama e Campina do Simão. Ainda analisando a educação no território, percebe-se, com base na Tabela 5, que o IFDM medido entre 2011 e 2013 também apresenta resultados favoráveis aos municípios do território, com exceção à Pitanga e Mato Rico, que apresentaram leves retrações no índice de 2013 em relação a 2011.

Tabela 5 - IFDM Educação de 2011 a 2013.

Localidade	IFDM Educação		Variação %
	2011	2013	
Altamira do Paraná	0,7033	0,7186	2,17%
Boa Ventura de São Roque	0,6974	0,7483	7,29%
Campina do Simão	0,5625	0,6841	21,63%
Cândido de Abreu	0,6678	0,7215	8,03%
Guarapuava	0,7073	0,7266	2,72%
Iretama	0,7208	0,7598	5,41%
Laranjal	0,6253	0,6488	3,75%
Manoel Ribas	0,7359	0,7552	2,62%
Mato Rico	0,7005	0,6947	-0,82%
Nova Tebas	0,7344	0,7498	2,10%
Palmital	0,6893	0,6922	0,41%
Pitanga	0,7736	0,7730	-0,08%
Roncador	0,7558	0,7797	3,16%
Rosário do Ivaí	0,7014	0,7643	8,96%
Santa Maria do Oeste	0,6656	0,6719	0,94%
Turvo	0,6624	0,7416	11,95%

Fonte: FIRJAN (2016)

Ao verificar a Tabela 5, ressalta-se para a situação do município de Campina do Simão, que apresentou uma melhora de 21,6% entre 2011 e 2013 no subíndice educação do IFDM. Lembrando que o IFDM leva em consideração para análise a educação infantil, a diferença de idade e série, a porcentagem de docentes com curso superior, a média de horas aulas por dia, a taxa de abandono e a média do IDEB.

A melhora nos índices é reflexo de vários fatores como aumento da expectativa de anos na escola, da média de horas na sala de aula, da queda no número de analfabetos, da qualificação de professores e da continuidade das crianças e jovens na escola. Por sua vez, esse fato pode ser explicado, entre outros fenômenos e particularmente no território da AMOCENTRO, pela ampliação de programas sociais, principalmente por parte do Governo Federal, às famílias de baixa renda e investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pela presidência da república em 2012, e que beneficiou alguns municípios com ônibus para o transporte escolar rural, fato evidenciado também em conversas com representantes locais. (GAZETA DO POVO, 2012).

Outra forma de “medir” o capital humano é por meio da educação por cursos, treinamentos e aprimoramentos. Dos entrevistados, 53% afirmaram que a AMOCENTRO realiza esse tipo de ações com certa frequência deixando-os satisfeitos. Um exemplo desse incentivo por parte da AMOCENTRO são as Casas Familiares Rurais, que são instituições de ensino que fazem parte do processo de educação rural, utilizando como preceito básico a pedagogia da alternância, auxiliando na educação dos jovens da área rural, e colaborando para o desenvolvimento local.

Porém, 26% dos entrevistados disseram que não houve cursos e treinamentos oferecidos pela instituição. Osvaldo Rachelle e Nilson Padilha, ao tratar do tema, evidenciaram que os cursos, ou qualquer outro tipo de instrução que são repassados aos atores, ocorrem por oportunidade. Quando surge a oportunidade, a AMOCENTRO funciona como ferramenta intermediária. Além de outras agendas isoladas em que participam poucas pessoas, ou ainda quando um dos representantes participa de algum treinamento, traz sua experiência para repassar aos colegas do território. Em suma, percebe-se que a associação utiliza as

oportunidades e age em conjunto para defesa de pautas que auxiliem o município quanto a atividades de educação, formal ou informal. A importância do capital humano, está na possibilidade de gerar futuras riquezas econômicas, tecnológicas, entre outras, é um ponto muito importante dentro da governança da associação, devendo assim ser pauta prioritária dentro das reuniões, e buscar cada vez mais novas fontes de ensino, cursos, treinamentos e repasses de produtos e serviços. Essa busca está atrelada ao compromisso com a cidadania e democracia, além do apreço ao local onde mora, estuda ou trabalha.

5.3 CAPITAL CÍVICO

Ao discutir a formação de capital cívico do território, buscou-se avaliar se a AMOCENTRO promove o processo de formação da cidadania. O conjunto de valores, crenças e preocupações com assuntos públicos é resultado de um esforço de investimento social. Pois cidadãos de comunidades com maior nível de capital cívico desejam um bom governo, e ao desfrutar das benéficas deste, repassam os valores aos seus filhos, retroalimentando o processo (TABELLINI, 2005). Os indivíduos fazem isso para alcançar objetivos comuns, por exemplo, limpar a rua onde residem para que todos possam ter maior qualidade de vida. Por outro lado, regiões com capital cívico depreciado acabam comprometendo o exercício da democracia, e contribuindo negativamente para a formação da cidadania, a partir do exemplo de depositar dejetos na calçada.

A realidade do centro do Paraná não é diferente. Por vezes, devido a diversos fatores, como logística e falta de serviços especializados, além de oportunidade de estudo e trabalho, moradores relatam o desprezo pelo local onde vivem, pois foi uma herança de seus antepassados. Entre 2000 e 2010, dos 16 municípios do território, 15 apresentaram taxas declinantes no número de habitantes (PNUD, 2013). No total dos 16 municípios, entre 1991 e 2010, houve queda de 15.571 habitantes no território em análise. A queda maior foi no meio rural, entre o mesmo período somou mais de 76.150 pessoas que deixaram o campo devido à múltiplas questões. Este comportamento ocorreu em grande parte do Estado do

Paraná e do Brasil, devido a concentração fundiária, e a saturação das últimas fronteiras agrícolas.

Entre os entrevistados, 53% disseram que a associação promove ensinamentos cívicos, como entender função dos representantes legislativos, entendimento da democracia, repassar valores e crenças às novas gerações e também ter apreço ao local onde reside, além de 5% que disseram fomentar essas atividades em parte. E 45% afirmaram que a instituição não promove quaisquer eventos ou atividades relacionadas a ensinamentos cívicos, comentando que a instituição poderia ser mais efetiva neste quesito, utilizando de sua capacidade institucional para tal.

Osvaldo Rachelle comenta que houve esforços para promover mutirões da cidadania em alguns municípios, mas foram ações isoladas e pontuais que não se estenderam. É papel dos atores e da associação fomentar esse tipo de atividade, objetivando a inclusão dos povos através do acesso à documentação, consultas básicas, informações sociais e culturais, entre outras ações. Participar de mutirões fortalece o apreço pela cidade em que se vive, além de praticar os vínculos de confiança entre os indivíduos.

5.4 CAPITAL INSTITUCIONAL

A análise do capital institucional, que visa expor se há fluidez no tecido institucional, também evidencia o nível de comprometimento entre os atores envolvidos, a frequência e participação, contrapartida financeira, além de verificar a responsabilidade das instituições e a convergência de seus objetivos. A partir da análise destes indicadores é possível verificar se as ações coordenadas estão sendo favorecidas ou não.

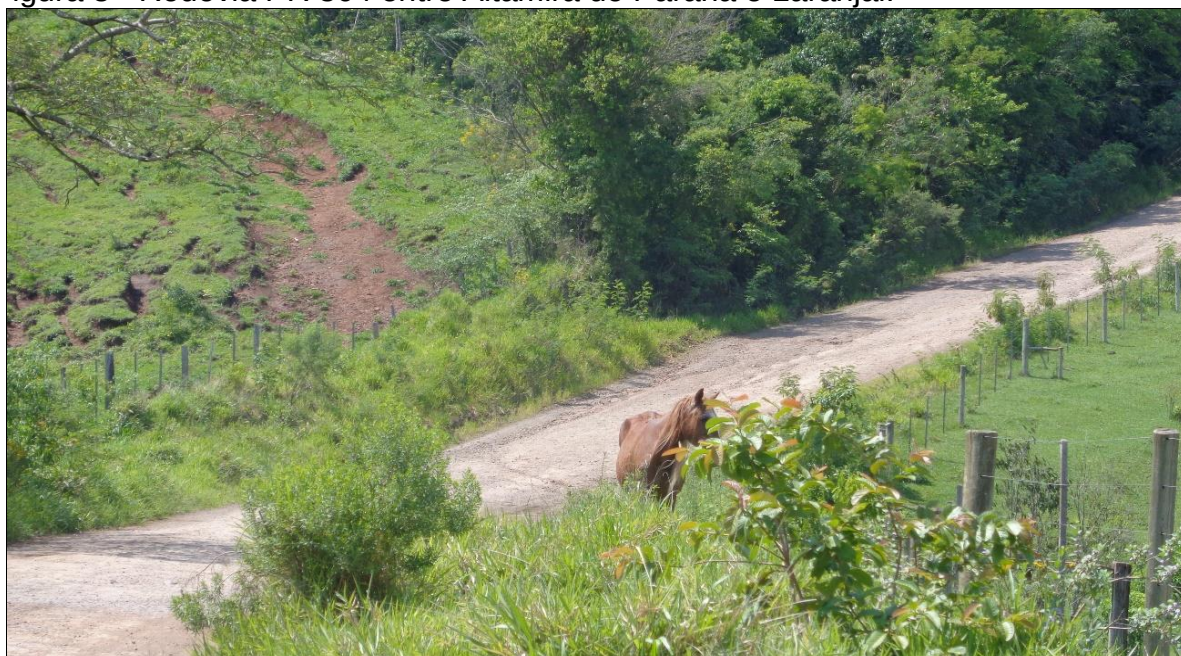
5.4.1 Frequência e comprometimento

A realização das reuniões da AMOCENTRO ocorrem geralmente uma vez a cada mês, preferencialmente na última semana. Como já dito anteriormente, as reuniões da associação são voltadas aos prefeitos e possuem um cunho bastante

político. Já nas reuniões do programa PCTC a participação é maior em número de pessoas, e ocorre no mesmo local, na sede da AMOCENTRO.

Dos entrevistados na pesquisa, 53% afirmaram participar assiduamente nas reuniões, 26% participam regularmente, 11% de vez em quando e outros 11% dificilmente. Para outra representante²⁷, a participação nas reuniões torna-se difícil. Segundo ela, o trecho total é de 190km até Pitanga, e o percurso entre Altamira e Laranjal, de aproximadamente 32km, não possui pavimentação asfáltica, conforme visto na Figura 3, são estradas sinuosas, sem sinalização e com pouco tráfego. Dessa forma, a presença nas reuniões torna-se escassa devido à infraestrutura.

Figura 3 - Rodovia PR 364 entre Altamira do Paraná e Laranjal.



Autor: Druciaki, 2015

A Figura 3 expõe a carência de infraestrutura para se chegar ao município de Altamira. Segundo a mesma representante, esse é o ponto Nevrálgico do município. Percebe-se ainda na figura que há animais que transitam na via, colocando em risco a vida de motoristas, usuários da rodovia e do próprio animal. Altamira ainda participa da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), mas mesmo o município de Campo Mourão sendo mais próximo, e possuindo liga

²⁷ Entrevista realizada em 19/10/2015. Participante não concordou em ter seu nome vinculado ao trabalho.

asfáltica no trecho da Rodovia PR 364, que liga os municípios, ela ainda explica que a realidade dos municípios da COMCAM é diferente, o que faz Altamira do Paraná permanecer na AMOCENTRO.

Além da distância, o que interfere na frequência dos representantes é o assunto a ser tratado na reunião. Percebeu-se esse comportamento na última reunião anual da AMOCENTRO, que foi realizada no dia 11 de Dezembro de 2015, na sede da AMOCENTRO em Pitanga, houve ampla discussão sobre a regionalização do turismo dos municípios da região central do Estado. Neste evento compareceram somente a prefeita de Nova Tebas e presidente da associação, Heloisa I. Jensen, a prefeita de Manoel Ribas e vice-presidente da associação, Elizabeth S. Camilo, e o prefeito de Pitanga, Altair José Zampier, ou seja, 3 dos 16 prefeitos. Os demais participantes, na sua maioria, eram representantes públicos que ocupavam cargos relacionados ao Turismo dos seus municípios.

A descentralização das tarefas é algo positivo, assim cada assunto específico fica sob responsabilidade de um indivíduo habilitado naquela área, como um secretário municipal por exemplo, de modo que a figura do prefeito não fique sobrecarregada. Por outro lado, essa metodologia reforça cada vez mais o caráter de participação dos prefeitos somente em reuniões de cunho político. Essa estrutura de governança incide diretamente no comprometimento dos atores em relação às ações da associação.

A realização das ações depende do grau de comprometimento que cada ator disponibiliza, assim 37% dos entrevistados afirmaram que há muito comprometimento com as ações, 42% afirmaram que há comprometimento e 21% disseram que, às vezes, há comprometimento. Este pensamento se expressa praticamente do mesmo modo na fala de João Sartori²⁸ e Altair José Zampier. Para eles, às vezes há, às vezes simplesmente não há. Zampier exalta o seu pensamento ao afirmar que:

Desde 1º de Janeiro de 2009, tenho tentado discutir e resolver o problema que nos tempos do consórcio de um frigorífico de abate de suínos na localidade do Arroio Grande [...] Propus a dividir com os municípios para finalizar esta obra, propus que se os municípios

²⁸ Entrevista realizada em 10/11/2015.

entregassem (a obra), o município de Pitanga concluiria, e infelizmente não teve a sensibilidade de discutir os problemas por falta de comprometimento dos gestores.

Contrário a este pensamento, João Elinton²⁹, prefeito de Laranjal, e Claudio Leal³⁰, de Santa Maria do Oeste, confirmam que há sim comprometimento com as ações que realizam em conjunto com a associação. Já para Nilson Padilha, assessor territorial,

As decisões deveriam ser coletivas, mas nem sempre. Vou lhe dar um exemplo, falaram em fechar as prefeituras por causa da “crise”, não existe unidade em torno disso. [...] Nessa unidade eles não caminham par e passo não.

Por outro lado, como lembra Osvaldo Rachelle³¹, há comprometimento em algumas ações, por exemplo, a Patrulha do Campo, projeto do governo do Estado do Paraná, em que o PTCPD auxiliou no mapeamento dos municípios iniciariam os trabalhos, e também a regularização fundiária promovida pelo Instituto de Terras Cartografia e Geociências (ITCG) em que a AMOCENTRO elencou e priorizou os municípios selecionados. Para Rachelle, isso mostra a unidade e o comprometimento da AMOCENTRO com as demais instituições e municípios e também em parceria com o PCTC.

5.4.2 Responsabilidades e recursos financeiros

A efetividade das ações da associação, além de perpassarem pela frequência e comprometimento, como já exposto no item anterior, depende também do cumprimento de suas responsabilidades. Neste sentido, 68% dos entrevistados afirmam que sempre cumprem com suas responsabilidades e 32% disseram que quase sempre cumprem. A responsabilidade está intimamente ligada à confiança, que facilita a cooperação e coordenação das instituições.

²⁹ Entrevista realizada em 19/10/2015.

³⁰ Entrevista realizada em 10/11/2015.

³¹ Entrevista realizada em 20/10/2015.

Para Heloisa I. Jensen³², a responsabilidade está presente nas ações da associação e do PCTC. Um exemplo é a parceria com a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) com o Pró-Rural³³, segundo a presidente da AMOCENTRO, a EMATER é o grande parceiro no trabalho como um todo através da participação mensal nas reuniões.

Além das responsabilidades da EMATER com as ações, vale ressaltar que a instituição foi uma das precursoras do desenvolvimento do PCTC, e inclusive foi a responsável por elaborar o diagnóstico da região para confecção do primeiro PTDRS, em 2006, e contribuiu sobremaneira para a readequação do mesmo em 2011. A EMATER também é uma das instituições parceiras que mais disponibiliza recursos financeiros aos municípios membros. Conforme Vitória M. M. Holzman³⁴, gerente regional da EMATER de Ivaiporã, para 2016 o repasse do Estado através do Pró-Rural está estimado em R\$ 600.000,00 para treinamentos e projetos produtivos aos municípios que solicitaram. Para José Idílio³⁵, também funcionário da EMATER de Ivaiporã, em 2015 os municípios contaram com um repasse para capacitação em torno de R\$ 130.000,00, via Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB), aos membros do território. A EMATER justifica que o investimento do Governo do Estado na região central se dá pelo ambiente físico de baixa produtividade, capacidade restrita para inovação, pouca infraestrutura e questões políticas e de posse de terra, que desempenham um papel importante na dinâmica territorial desses municípios (SEPL, 2014).

Esses recursos são destinados principalmente para atender as famílias rurais, que dependem da extensão rural para desenvolver sua produção. Além disso, os recursos atendem também à capacitação desses agricultores através de visitas, propriedades modelo, cursos e outros tipos de treinamento que visem o bem estar do agricultor e a prosperidade de sua propriedade rural.

³² Entrevista realizada em 9/12/2015.

³³ Segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o programa Pro-Rural - Programa de Desenvolvimento e Territorial, tem como objetivo “aumentar a competitividade dos pequenos produtores rurais da Região Central do Estado, de forma socialmente e ambientalmente sustentável. O mesmo irá ajudar os pequenos produtores a aumentar a produtividade, sua organização, comercialização e promover conexões com parceiros e mercados em regiões mais dinâmicas, através de parcerias técnicas e comerciais e facilitando o acesso aos grandes mercados urbanos” (SEAB, 2016).

³⁴ Entrevista realizada em 11/12/2015.

³⁵ Entrevista realizada em 11/12/2015.

A presença da EMATER na região de atuação da AMOCENTRO ocorre desde antes da formação do mesmo, atuando em diversas frentes na região central do Paraná através da sua regional de Ivaiporã. A importância da presença do órgão na região é indiscutível entre todos os representantes. Contudo, ao focar as ações municipais majoritariamente na área rural, menospreza-se de certa forma as questões urbanas, por exemplo: o PTDRS é uma ferramenta essencialmente rural. O fortalecimento do comércio e dos prestadores de serviços acaba por ficar em segundo plano por entender que estes serviços não são essenciais como aqueles encontrados na cidade. Sabe-se que a vocação da maioria dos municípios da AMOCENTRO é agrícola, mas é um equívoco pensar em desenvolvimento territorial menosprezando a capacidade de outros serviços. Mais grave que isso, os municípios acabam por não se interessar em buscar outra vocação, ou trabalhar outros recursos territoriais. Pecqueur (2005) afirma que para se desenvolver uma região não pode ser totalmente dependente, é preciso encontrar outras especificidades dentro do território, fazer algo original e diferente para que não haja tamanha dependência dos municípios.

As prefeituras também depositam um montante financeiro sob forma de mensalidade à AMOCENTRO, basicamente para cobrir seus custos operacionais. Outras instituições não contribuem com contrapartida financeira. Sabe-se que o valor das mensalidades e demais repasses colaboram essencialmente para a infraestrutura da associação que refletirá na melhor qualidade dos serviços prestados, na abrangência e consequentemente na sua efetividade dentro do território, atendendo aos anseios das instituições. Vale lembrar que o nível de poder é proporcional aos recursos e organização dos atores e instituições, sendo mais intensiva onde há mais recursos e capacidades organizativas, e de menor impacto nos mais desprovidos de recursos (ROVER, 2007).

5.4.3 Convergência de objetivos

Ao participar de uma associação, as instituições buscam outros membros que possuem objetivos, dificuldades e vontades em comum. A união dessas instituições representa uma estrutura de governança e de reprodução do poder na figura de

instituição. Outros fatores inerentes à formação de capital institucional, como o comprometimento, frequência e responsabilidades em instância mais avançada são produtos da convergência dos objetivos entre os entes.

Este ponto merece atenção especial dentro da análise, pois 58% dos entrevistados afirmaram que os objetivos da AMOCENTRO convergem parcialmente com suas instituições, 21% disseram que os objetivos às vezes são os mesmos e outros 21% afirmaram que os objetivos convergem totalmente. Mais da metade dos entrevistados disseram que seus objetivos não convergem totalmente e isso é um alerta às diretrizes da associação.

Para Osvaldo Rachelle³⁶, a convergência dos objetivos é parcial devido ao interesse que cada município dá a questões pontuais. Segundo ele

O caso do SEBRAE é um deles, há alguns municípios que adotaram e outros não, já a Junta Comercial que funciona junto com a Associação Comercial e Industrial de Pitanga (ACEPI), que eu acho que é uma coisa que convergiu [...]

Essa visão é comungada também pelo prefeito de Pitanga, Altair José Zampier³⁷, que afirma que os objetivos convergem parcialmente e que poderia haver melhor sintonia entre as instituições. Já para os prefeitos de Laranjal, Santa Maria do Oeste e Nova Tebas, há convergência total entre os objetivos dos municípios e associação. Outro fato de relevância se volta para a AMOCENTRO, a fim de tentar entender quais são os anseios dos interessados, e porque estes não convergem com os da instituição, uma vez que a AMOCENTRO é o resultado coletivo da vontade de todos.

Representa, portanto, que pode haver maior capacidade de decisão de alguns, por diferentes motivos, e isso reflete na insatisfação parcial de outros membros que têm seus anseios políticos sobrepostos. Outra explicação recai novamente na descontinuidade política, em que as regras e objetivos da AMOCENTRO não se alteram à medida que os representantes do poder mudam de postos. E há ainda o fato de que, dentre as principais frentes que a associação atua, a única ferramenta utilizada para atender os municípios é o PTDRS, que teve sua

³⁶ Entrevista realizada em 20/10/2015.

³⁷ Entrevista realizada em 5/11/2015.

última versão atualizada em 2011. Em geral, percebe-se que há capital institucional entre os envolvidos, porém a fluidez do tecido institucional não está em sintonia o bastante para que haja total convergência de objetivos, além da responsabilidade e comprometimento, ligado também à frequência com que participam das ações.

Rocha (2010) faz uma analogia entre as duas formas de ligação entre os atores descritos por Putnam (2000), que são o *Bonding*, o *Briding* e o capital institucional, nas quais o essencial é “construir e fortalecer as ‘pontes’ entre as instituições e organizações territoriais, para que se possa promover uma maior ‘aproximação’ entre esses atores e, conseqüentemente, uma maior coordenação entre as ações” (ROCHA, 2010, p. 67). Quanto maior a coordenação mais fluidez ocorrerá nas ações, também maior será a cooperação e, portanto, aumentará as chances de promoção da melhora na qualidade de vida da população, ou seja, geração de desenvolvimento.

5.5 REDES DE PODER

Este tópico visa analisar como as relações de redes de poder são articuladas entre os municípios da AMOCENTRO. Consiste em verificar o nível de contatos profissionais, o interesse em aproximar de outros atores objetivando firmar novas parcerias, trabalhar em ações conjuntas ou outras atividades dentro e fora do território, além de expor se há intenção de aumentar as redes de poder.

A construção e relação social, é produto inerente ao processo de desenvolvimento territorial, suas relações criam, modificam ou excluem suas redes, ou seja, sua forma de atuação e a reprodução do poder que representam (BRANDÃO, 2004). A noção de poder expressa o produto de inclusões e forças articuladas em redes, em que atividades sociais, políticas e econômicas se estruturam dentro de um determinado território.

5.5.1 Contatos profissionais

Para analisar o interesse em criar, manter ou amplificar as redes dentro do território, buscou-se compreender se os atores estabelecem contatos profissionais

com demais envolvidos e verificou-se que 32% diz manter contato com todos os membros, já para 68% o contato é realizado somente com alguns membros. Este comportamento reforça outros pontos da entrevista, principalmente sobre a frequência e o comprometimento, há ocorrência de forma parcial devido ao interesse que cada indivíduo dá a cada assunto. Sobre o contato, verifica-se que ele é efetuado quando há oportunidade, ou seja, na maior parte das vezes nas reuniões.

O contato permite aos indivíduos estabelecer um canal ou ramificação com outro interessado que comungue dos mesmos pressupostos políticos, sociais e econômicos. À medida que a rede de contatos é ampliada, amplificam-se as oportunidades de criação de novas redes e consequentemente a forma de reprodução do poder. O trabalho coletivo é grande facilitador desse aspecto ao permitir a junção dos indivíduos. A associação é o espaço físico onde essa junção geralmente ocorre, pois aglutina interesses. Quanto maior a frequência e interesse nas reuniões, maior a possibilidade de efetuar contatos, logo amplifica-se a oportunidade de atuar de forma cooperativa e aumentar as redes.

5.5.2 Aproximação de instituições, dentro e fora do território (*bonding e bridging*) e ampliação do território

Atualmente a associação possui um grande rol de instituições parceiras, conforme Anexo 3 desta pesquisa. 21% dos entrevistados afirmaram que há interesse em aproximar-se de outras instituições, dentro e fora do território. E o fato que chama atenção é de 53% destes afirmarem que não há interesse em aproximar-se de outros atores. Para Nilson Padilha³⁸ e Osvaldo Rachelle³⁹, há por parte da AMOCENTRO vontade e abertura para aproximar-se de outras instituições. Já aumentar o território de abrangência da AMOCENTRO não está em pauta. Para Heloisa I. Jensen⁴⁰, “Todos os municípios estão alinhavados a nível de Estado, são 10 associações de municípios e cada um já faz parte da sua associação”.

Dentre as instituições de interesse daqueles que são a favor da ampliação da rede institucional, estão instituições de ensino superior, entidades do sistema S,

³⁸ Entrevista realizada em 20/10/2015.

³⁹ Entrevista realizada em 20/10/2015.

⁴⁰ Entrevista realizada em 9/12/2015.

como Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e órgãos voltados à agricultura, como o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A vontade de estabelecer vínculo com essas instituições complementa o fomento em atividades vinculadas ao capital humano, pois estão diretamente ligadas ao ensino, assistência e aprendizagem dos indivíduos, que mais capacitados podem desenvolver melhor suas atividades, de maneira mais rápida e eficiente, além de poder auferir maior renda posteriormente advindo do investimento em capital intelectual. Ao passo que não procurar novos parceiros pode significar continuidade nas dificuldades dos municípios, faltando força para romper com a barreira do subdesenvolvimento em qual boa parte deles estão inseridos, sabendo das suas condições socioeconômicas.

A falta de interesse em procurar e estabelecer novos contatos trava os mecanismos de desenvolvimento, pois atualmente vive-se em uma sociedade altamente dinâmica e interdependente. A falta de novos conhecimentos, tecnologias, tendências pode atrasar ainda mais esses municípios da região central do Paraná que como bem frisou João Elinton⁴¹, prefeito de Laranjal, fazem parte do corredor da miséria do Paraná, pensamento corroborado por estudo do IPARDES realizado em 2006.

Ademais, quanto maior a rede institucional, maior o poder político e consequente representatividade perante os demais órgãos estaduais ou federais que possam defender bandeiras demandadas por estes municípios, a exemplo da precária infraestrutura da região, falta de empregos com boa remuneração e acesso à saúde.

5.6 GOVERNANÇA

Neste tópico visa-se elucidar como funciona a participação dos atores dentro das decisões da associação, bem como objetiva avaliar a qualidade dos serviços, a liberdade dentro da instituição e a capacidade em fornecer políticas públicas para

⁴¹ Entrevista realizada em 19/10/2015.

entidades privadas. A estrutura de governança encontrada na AMOCENTRO se dá primeiramente sob a forma de associação, além dos fóruns e conselhos.

A capacidade de uma sociedade organizada territorialmente é expressa pelo conjunto de iniciativas ou ações destas visando o gerenciamento de assuntos públicos a partir do envolvimento cooperativo dos atores sociais (DALLABRIDA, 2007). O modo pela qual a AMOCENTRO atua é a estrutura de governança de uma associação, e atua em conjunto com fóruns territoriais, cooperativas, consórcios e demais entidades representativas de classes.

5.6.1 Liberdade de participação, instabilidade política e confiança

A forma de participação coletiva é benéfica, mesmo que por vezes seja conflitante, pois 90% dos entrevistados afirmaram que há liberdade de expressão dentro da associação. Segundo Ivanir Seben⁴², “há liberdade, mas nem sempre o que é dito é seguido”, afirmativa bastante normal referindo-se a uma associação. Além disso, 63% comentaram que dentro dessa governança não há instabilidade política, contra 15% que afirmaram o contrário, fator que está ligado diretamente à confiança dos envolvidos.

A confiança acaba por agir de forma indireta nos atores do território, pois 84% dos entrevistados disseram confiar nas regras do território. Essas regras são normativas formais ou informais, construídas ao longo do tempo e da vivência e que refletem de certa forma a identidade do território. Cada território é único, e produto de uma construção social, e cultural ímpares, ao longo do tempo surgem certas regras, que nem sempre são seguidas, mas devem ser respeitadas. Um exemplo dessas regras é a relação entre população rural, quilombolas, indígenas e demais atores, sendo que cada qual com a sua especificidade respeita a vivência de outrem.

As regras, pautadas na confiança, agem para amenizar quaisquer tipos de conflitos ideológicos, tanto que segundo Heloisa I. Jensen⁴³, em 2016, quando ocorrerá a posse do novo presidente da AMOCENTRO, provavelmente existirá um

⁴² Entrevista realizada em 05/11/2015.

⁴³ Entrevista realizada em 9/12/2015.

consenso evitando tensões entre os participantes. Além disso, o consenso reflete certo exercício de cooperação e entendimento entre os atores.

5.6.2 Competências públicas e privadas

Com vistas a avaliar a competência da governança da associação, bem como sua eficácia e qualidade de gestão, buscou-se investigar se há por parte da AMOCENTRO capacidade em fornecer políticas públicas a empresas privadas, e se há qualidade em seus serviços, além de verificar se cumpre seu papel de forma satisfatória ante seus representados.

Entre os pesquisados, 68% afirmaram que a AMOCENTRO tem capacidade de promover a iniciativa privada. Mesmo sem ações pontuais voltadas para tal, a participação política e o peso nas decisões auxiliam a esfera privada. Nota-se esse envolvimento, mesmo que indireto, na fala de Altair Zampier⁴⁴, quando o mesmo fala sobre a criação da microrregião de Pitanga, que ajudou a descentralizar serviços de Ivaiporã e Guarapuava, além disso, ressalta que o poder público deve auxiliar no processo de desenvolvimento da iniciativa privada e cooperativas.

Avalia-se, portanto, que a estrutura de governança adotada pelos atores em forma de associação funciona, e cumpre seu papel ao promover liberdade dentro da instituição, pouca presença de instabilidade política, além da capacidade de prestar serviços de qualidade e fornecer políticas públicas para empresas privadas.

⁴⁴ Entrevista realizada em 5/12/2015.

6 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E O PAPEL DA AMOCENTRO

Neste tópico será analisado o PTDRS de 2011 que é utilizado pelo PCTPC e pela AMOCENTRO em relação ao cumprimento de suas metas. Em seguida, serão discutidos o papel da AMOCENTRO neste contexto, e quais são as necessidades demandadas pelos atores do território visando o desenvolvimento territorial dos municípios.

6.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Atualmente a única diretriz balizadora a fim de promover o desenvolvimento territorial da região é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), instrumento elaborado em parceria entre SDT, MDA e o PTCPC, que prioriza 5 eixos principais: trabalho e renda, infraestrutura, serviços e desenvolvimento institucional, meio ambiente e desenvolvimento social.

O PTDRS foi publicado na região central do Paraná primeiramente em 2006, depois requalificado e publicado novamente em 2011. Segundo Favaro (2014), o processo de requalificação do PTDRS de 2011 do PTCPC foi encabeçado e assessorado pela Fundação RURECO em parceria com a Fundação Terra. Além disso, o processo ainda teve apoio financeiro e metodológico da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

O processo de requalificação do PTDRS ocorreu entre novembro de 2010 e setembro de 2011. Conforme Favaro (2014, p. 187), a metodologia de construção da qualificação do PTDRS consistiu em:

a) atualização dos dados do diagnóstico territorial; b) realização de oficinas territoriais de sensibilização e discussão do PTDRS; c) realização de oficinas microrregionais para validação do diagnóstico e realização do prognóstico microrregional; c) reuniões periódicas do Grupo de Trabalho – GTPTDRS; e, d) trabalho de escritório da consultora para pesquisa, elaboração e sistematização do material.

O grupo de trabalho para elaboração do PTDRS foi composto por representantes do PTCPC como presidente, vice-presidente, articulador territorial, consultor do PTDRS, além de técnicos da SEAB e EMATER. Segundo Favaro

(2014), esse grupo de trabalho articulou e realizou a metodologia do PTDRS, além de deliberar sobre a aprovação dos municípios participantes do planejamento. Esta diretriz foi pensada, articulada e posta em prática a partir do fórum territorial, que englobava 32 instituições. É importante salientar que este planejamento foi realizado para o PCTC, não para AMOCENTRO. O que ocorre é que praticamente todos os municípios que fazem parte do PTCPD também participam da AMOCENTRO, e o PTDRS é utilizado “em conjunto” pelas instituições, pois a AMOCENTRO atualmente não possui nenhum planejamento oficial estruturado de curto, médio e longo prazo.

Ressalta-se que o município de Guarapuava, mesmo fazendo parte oficialmente do PCTC, ficou de fora do planejamento, decisão endossada com o apoio da maioria dos prefeitos do território, em reunião que ocorreu em Março de 2011, presidido por Heloisa I. Jensen. A controvérsia de Guarapuava participar ou não do território sempre existiu, pois ao passo que, para alguns, o município distorce a realidade dos municípios do território central do Estado, já para outras representatividades a presença de uma cidade polo como Guarapuava engrandece e dá robustez ao aparato institucional do território (FAVARO, 2014).

O PTDRS de 2011 foi dividido em 5 câmaras setoriais, produto da fusão de outros eixos do PTDRS de 2006 que eram 8⁴⁵. Atualmente os eixos são: Educação e Juventude; Infraestrutura; Saúde, Gênero e Geração; Agricultura, Segurança Alimentar, Comercialização e Agroindústria familiar. As câmaras setoriais são operacionalizadas através de 32 instituições entre representantes públicos e sociedade civil, como pode ser visualizado no Anexo 3 desta pesquisa.

Das câmaras setoriais, elaborou-se um planejamento com metas e indicadores de monitoramento e avaliação. O primeiro eixo, Infraestrutura, foi o que recebeu maior número de metas, com 15 ao todo. O segundo eixo prioritário, Serviços e Desenvolvimento Institucional, teve 8 metas. O terceiro eixo, Meio Ambiente, o quarto, Desenvolvimento Social, e o quinto, Trabalho e Renda, tiveram 4, 5 e 5 metas, respectivamente, perfazendo um total de 38 metas entre os 5 eixos prioritários.

⁴⁵ A princípio, as 8 câmaras temáticas foram subdivididas entre: 1) Segurança Alimentar; 2) ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural); 3) Suinocultura; 4) Regularização Fundiária; 5) Saúde; 6) Educação; 7) Gênero e Geração e; 8) Elaboração do PTDRS.

A princípio, buscou-se analisar a avaliação e monitoramento dessas metas para verificar sua efetividade, bem como entender sua coerência com a realidade territorial dos municípios, pois mesmo sendo produto de intensos debates coletivos entre os representantes, o planejamento pode apresentar vieses. Contudo, essa análise foi inviabilizada pela falta de uma agenda de monitoramento. Ou seja, não há formas de se verificar as metas de maneira técnica e precisa.

Como opção metodológica, optou-se por levantar os dados sobre o cumprimento ou não das metas em conjunto com o assessor territorial, Nilson Padilha, e o Vice-presidente do grupo gestor do território, Osvaldo Rachelle, estabelecendo os seguintes critérios: Meta completa (acima de 70%); Meta parcialmente completa (entre 30% e 70%), Meta pouco completa (entre 10% e 30%) e Meta que não foi realizada (abaixo de 10%), conforme exposto no Quadro 4.

Quadro 4 – Metas do Eixo Infraestrutura PTDRS 2011.

Descrição das metas	Meta Completa	Parcialmente Completa	Pouco Completa	Não foi Realizada
1. Pavimentação asfáltica de 598 km de ligação entre os municípios do Território.				X
2. Pavimentação com pedras irregulares ou readequação de 1360 km das principais vias rurais dos municípios do Território; procurando utilizar matéria prima local, baixando custos.			X	
3. Adesão ao SUASA dos 17 municípios do Território.	X			
4. Dezessete espaços adequados para o beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, preferencialmente, um em cada município.		X		
5. Conclusão do abatedouro Municipal de Suínos, em Pitanga.				X
6. Construção e/ou estruturação de 17 auditórios ou centros comunitários, um por município do Território.				X
7. Organização de 34 espaços de referência de lazer e cultura no campo (estrutura física e atividades).			X	

8. Criação de uma (01) Agência de Desenvolvimento do Turismo no Território.		X		
9. Construção e reforma de 3400 moradias rurais, no conjunto de municípios do Território.		X		
10. Cem por cento (100%) dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar atendidos com o serviço de energia elétrica oficial.		X		
11. Implantação de um (01) Hospital Regional de alta complexidade na cidade de Pitanga.	X			
12. Ampliação e/ou estruturação dos 14 hospitais existentes nos municípios do Território.				X
13. Implantação de três (03) <i>campus</i> universitários estadual e/ou federal no Território da Cidadania Paraná Centro.		X		
14. Reforma e ampliação da sede da AMOCENTRO.	X			
15. Constituição de uma equipe de trabalho com no mínimo quatro (04) profissionais.	X			
Total	4	5	3	3
Percentual de Participação	26,7%	33,3%	20%	20%

Fonte: Resultados da pesquisa a partir das entrevistas e visitas *in loco*.

Nota-se parelha divisão entre o cumprimento das metas, com tendência ao cumprimento das ações. Mesmo assim, 20% do total de metas do eixo não foram cumpridas pelos seus responsáveis.

Uma das principais dificuldades dos membros, que é a infraestrutura sob a forma de pavimentação asfáltica entre alguns municípios, não foi realizada. João Elinton, prefeito de Laranjal, é enfático a responder o questionamento de o que o município mais precisa: “Estradas.” Esse sentimento é dividido também por outros representantes que têm uma grande dificuldade pela falta de asfalto na Rodovia PR 374, entre Laranjal e Altamira. Conforme Claudio Leal⁴⁶, prefeito do município de Santa Maria do Oeste,

⁴⁶ Entrevista realizada em 10/11/2015.

Quando a gente cobra a vinda de indústrias pra cá, a primeira coisa que eles veem é a dificuldade de acesso, tanto pela rodovia asfaltada que tem várias curvas e acidentes, quanto pela ligação sem asfalto a outros municípios, **acho que seria uma bandeira de luta para a AMOCENTRO né.** [...] Pra diminuir essa dificuldade em geração de emprego, teria que ter a estrutura rodoviária primeiro, e depois brigar por uma indústria de vulto que gere emprego, porque nosso sonho é uma indústria de aves, um aviário, pois permitiria uma maior integração regional (grifo nosso).

Verifica-se no comentário de Claudio Leal uma das maiores, senão a maior, dificuldade da região central do Estado do Paraná. Dificuldade porque devido à ausência de infraestrutura adequada, os municípios não conseguem potencializar novos investimentos. É necessário realmente ter capacidade de logística e infraestrutura antes de angariar novas empresas e indústrias, como bem colocou Claudio Leal, e vai além ao reafirmar que esse é um compromisso, uma bandeira da AMOCENTRO como um todo. Infelizmente, nem todos os envolvidos se sensibilizam quando a infraestrutura precária é a do outro, é sobremaneira custoso ver essas ações em âmbito coletivo e além do curto prazo.

Ainda, em se tratando de infraestrutura, também não houve a ampliação e/ou estruturação dos 14 hospitais do território, outra carência bastante séria do território. Chama a atenção o fato de que uma das poucas metas desse eixo foi cumprida.

No final de 2015, iniciou-se a construção do hospital regional, que no PTDRS estava previsto para o município de Pitanga, mas está sendo construído no município de Guarapuava. Este investimento não foi potencializado em Pitanga devido a diversas questões divergentes entre os entrevistados, como fatores político partidários, questões de logística ou mesmo de necessidade. Caso seja considerado no plano, a construção de um hospital regional no território, podemos entender como parcialmente completo, pois está sendo construído no município de Guarapuava. Se entendermos como implantação de um hospital em Pitanga especificamente, então esta meta não foi cumprida. De qualquer forma, para Padilha e Rachelle, é uma conquista regional, e por isso contamos como meta atendida. Mais uma vez concentra-se o ramo da saúde no município de Guarapuava, que já é polo da região. Para Altair Zampier⁴⁷, o hospital regional em Pitanga iria atender a demanda de toda

⁴⁷ Entrevista realizada em 5/11/2015.

a população da região central do Estado de maneira mais efetiva e tomando menos tempo de deslocamento entre os pacientes, e os demais hospitais em Guarapuava poderiam ser reformados assim como os demais no território. Porém o que houve, de fato, nos últimos anos, foi o fechamento e diminuição significativa no número de leitos de hospitais em Guarapuava, juntamente com investimentos em Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Ou seja, pacientes em procura de especialidades médicas continuarão tendo que se deslocar até Guarapuava para determinados tipos de atendimento médico e urgências.

Outras metas que merecem destaque é a implantação de 3 *campus* universitários estaduais ou federais no território. Desta bandeira um terço foi cumprido, uma vez que se instalou em Guarapuava, em 2014, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o *campus* do Instituto Federal do Paraná (IFPR), em Pitanga. Pitanga ainda agrega um *Campus* Avançado da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), porém, conforme afirma Zampier, não se transformou em *Campus* estadual e independente ainda devido à falta de comprometimento e vontade política dos atores do território. De qualquer forma, percebe-se novamente certa centralização das atividades em municípios polos como Guarapuava e Pitanga, que são os maiores e mais relevantes economicamente na região central do Estado.

Conforme exposto no Quadro 5 – Metas do eixo Serviços e Desenvolvimento Institucional PTDRS 2011. Quadro 5, parte das metas do eixo de serviços e desenvolvimento institucional, são voltadas a todos os municípios do território. Exemplo das metas é a criação de hortas, contratação e capacitação de profissionais entre outros, que descentralizaria as ações, não ocorreu.

Quadro 5 – Metas do eixo Serviços e Desenvolvimento Institucional PTDRS 2011.

Descrição das metas	Meta Completa	Parcialmente Completa	Pouco Completa	Não foi Realizada
1. Criação de 17 hortas medicinais no espaço rural e urbano, com vistas à utilização na rede de atenção básica				X
2. Contratação de 122 profissionais para prestar assistência técnica preferencialmente aos agricultores familiares de menor área, potencializando atividades de				X

agricultura sustentável.				
3. Dotação orçamentária para as 17 secretarias de agricultura dos municípios do Território.			X	
4. Implantação das regionais da SEAB, Saúde, EMATER e Turismo no Território.				X
5. Ampliação da participação efetiva de todos os municípios e instituições do Território da Cidadania Paraná Centro.		X		
6. Implementação de uma Base de Serviços de Comercialização-BSC, bem como sua sustentação.			X	
7. Aumento de 20% no número de contratos para as linhas de crédito, tais como: olericultura, plantas medicinais, agroindústrias.			X	
8. Criação de um programa de capacitação para atender 72 profissionais da educação por ano.				X
Total	-	1	3	4
Percentual de Participação	-	12,5%	37,5%	50%

Fonte: PTDRS (2011); Osvaldo Rachelle⁴⁸ (2015); Nilson Padilha⁴⁹ (2015). Organização: Druciaki (2016).

Conforme nota-se no Quadro 5, metade das ações desse eixo não aconteceram, 37% ocorreram de maneira pouco completa e 12,5% ocorreram parcialmente. Ressalta-se o fato de que nenhuma das ações foi implementada na sua plenitude. Outro dado importante é que foi ampliada a participação efetiva dos municípios envolvidos, houve melhora no capital institucional, por outro lado, as ações ainda não acontecem. Reflexo de resultados anteriores, principalmente sobre o comprometimento, responsabilidade e frequência na participação das agendas da associação.

O terceiro eixo do rol de ações do PTDRS de 2011 é voltado ao Meio Ambiente, conforme explanado no Quadro 6. Ressalta-se o baixo número de ações

⁴⁸ Vice-Presidente do Conselho Gestor do Território da Cidadania Paraná Centro. Entrevista realizada em 20/10/2015.

⁴⁹ Assessor territorial do Território da Cidadania Paraná Centro. Entrevista realizada em 20/10/2015.

voltada a esse eixo em relação à sua importância para o desenvolvimento sustentável da região. A porção central do Paraná concentra grande quantidade de morros, rios, riachos, cachoeiras entre outros potenciais turísticos naturais, há falta de ações em prol da preservação desses lugares.

Quadro 6 - Metas do eixo Meio Ambiente PTDRS 2011.

Descrição das metas	Meta Completa	Parcialmente Completa	Pouco Completa	Não foi Realizada
1. Dezesete (17) secretarias municipais de meio ambiente criadas e/ou em atuação nos municípios do território.		X		
2. Criação de um Programa Territorial de Capacitação de Agentes e Gestores Ambientais para as políticas públicas territoriais e municipais de meio ambiente (PTC) para formação de 51 pessoas.		X		
3. Criação do Programa Territorial de Proteção de Fontes, Água e Solo com contratação de 34 profissionais e atendimento a 3400 estabelecimentos da agricultura familiar.				X
4. Criação de uma Cooperativa Territorial e/ou Microrregional de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Recicláveis.				X
Total	-	2	-	2
Percentual de Participação	-	50%	-	50%

Fonte: PTDRS, 2011.

O Quadro 6 traz as metas do eixo Meio Ambiente, e consigo uma preocupação: metas e propostas simplistas e elusivas em se tratando de um tema de extrema importância como é o âmbito ambiental. Além do mais, a promoção da sustentabilidade, palavra que leva o nome deste plano, é pouco incentivada ao verificar que das 4 ações somente 2 estão parcialmente completas, e outras duas paradas.

A fragilidade das propostas levou municípios a tomarem iniciativas próprias, como é o caso de Nova Tebas. Segundo Heloisa I. Jensen⁵⁰:

O aterro sanitário do município emprega 15 pessoas que sobrevivem da renda advinda da coleta seletiva. [...] Você precisa encontrar no seu município o que pode gerar emprego e desenvolver. Hoje você tem uma cidade limpa, praticamente sem dengue.

Ou seja, o aterro sanitário do município, além de corroborar com variáveis ambientais e sanitárias, auxilia no processo de crescimento e desenvolvimento do município ao gerar renda para os trabalhadores, esse é o recurso territorial que Pecqueur (2005) defende, quando afirma que o município deve fazer algo original, buscando valorizar especificidades do próprio território.

Outro eixo do PTDRS discorre sobre o desenvolvimento social, conforme exposto no Quadro 7. Esse eixo é composto por 5 metas principais, das quais 3 contemplam atividades ligadas à agricultura, 1 sobre realização de mutirões da cidadania e outro sobre comunidades tradicionais, como quilombolas, faxinalenses e indígenas.

Quadro 7 – Metas do eixo Desenvolvimento Social PTDRS 2011.

Descrição das metas	Meta Completa	Parcialmente Completa	Pouco Completa	Não foi Realizada
1. Regularização de documentação de 5000 estabelecimentos familiares.			X	
2. Realização de 05 mutirões da cidadania em cada município, um por ano; para melhoria do acesso aos serviços públicos.			X	
3. Programa de produção de alimentos de forma agroecológica/orgânica para 1.700 famílias atendidas pelos programas de transferência de renda.				X
4. Desenvolvimento de um projeto produtivo para 425 mulheres agricultoras familiares.			X	

⁵⁰ Entrevista realizada em 9/12/2015.

5. Desenvolvimento de um projeto para atividades de formação e culturais para as comunidades tradicionais (quilombolas, faxinalenses e indígenas) para 150 pessoas.				X
Total	-	-	3	2
Percentual de Participação	-	-	60%	40%

Fonte: PTDRS, 2011.

Ao verificar o Quadro 7, percebe-se que além de poucas ações sociais, destas 40% não foram postas em prática e 60% apenas cumpriram parcialmente seu objetivo. Nota-se também que a maior parte das ações é voltada para agricultores familiares direta ou indiretamente, prioridade no PTDRS.

Vale ressaltar que dentre as metas, a número 2, sobre a realização de mutirões no território, está diretamente ligada à promoção do capital cívico ao promover o repasse de valores e de melhor entender o contexto da cidadania. Porém, conforme Nilson Padilha, somente alguns ocorreram desde 2011, novamente em ações isoladas. A meta de número 3 não aconteceu ainda, mas, conforme Nilson Padilha, está ocorrendo um processo de chamada pública⁵¹ para atender a esta demanda.

Outra meta que merece destaque é o desenvolvimento de projetos voltados às comunidades tradicionais, cujos membros dessas comunidades raras vezes participaram do processo de decisão do território. O projeto não aconteceu, nem mesmo em partes. Nota-se que há muita dificuldade de comunicação entre os pertencentes às comunidades e demais envolvidos. Inclusive alguns prefeitos e membros da AMOCENTRO dizem que faxinalenses, quilombolas e principalmente indígenas possuem cultura própria e são avessos às regras do território, além de resistentes aos diálogos. Para Osvaldo Rachele⁵², “existem ações isoladas como artesanato, mas ações macro não têm”. Esta crítica também está presente nos estudos de Favaro (2014), em que verificou a segregação dos agricultores e

⁵¹ É a metodologia de contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, amparadas pela Lei de Ater nº 12.188/2010 de 11 de janeiro de 2010, para o atendimento de Agricultores Familiares, definidos na Lei nº 11.326/2006, modificando a lei nº 8.666/1993, em que dispensa a necessidade de Processo Licitatório para contratação de serviços de Assistência Técnica.

⁵² Entrevista realizada em 20/10/2015.

camponeses pertencentes a essas comunidades, tidos como pessoas resistentes à mudança, que não aceitam informações nem repasses técnicos, menosprezando, em parte, a sabedoria destes camponeses.

O processo de desenvolvimento territorial tem como espinha dorsal a formação de capital social. Contudo, não há como promover a construção social através da inserção e diálogo se não há efetividade nas propostas, que a propósito são demasiadas simplistas para o objetivo central que é promover a ampliação das relações sociais entre os indivíduos.

O último eixo do rol de ações realizadas pelo PTDRS de 2011 diz respeito ao incentivo à geração de trabalho e renda, através de 6 metas principais, conforme consta no Quadro 8.

Quadro 8 - Metas do eixo Trabalho e Renda PTDRS 2011.

Descrição das metas	Meta Completa	Parcialmente Completa	Pouco Completa	Não foi Realizada
1. Capacitação de 289 agricultores familiares e profissionais técnicos em atividades não agrícolas para alavancar e difundir as atividades no Território.				X
2. Mudança de base tecnológica de 340 estabelecimentos de agricultura familiar.				X
3. Implantação de 20 propriedades modelo, para referência na estratégia de diversificação e produção sustentável.				X
4. Desenvolvimento de um programa para 255 jovens rurais com atividades desde questões culturais à agrária.				X
5. Ampliação em 425 o número de agricultores familiares com comercialização para os programas PAA e PNAE.	X			
6. Implantação/reestruturação de 34 agroindústrias familiares instalados nos municípios do Território.	X			
Total	2	-	-	4

Percentual de Participação	33%	-	-	66%
----------------------------	-----	---	---	-----

Fonte: PTDRS, 2011.

O último eixo de ação do PTDRS elencou 6 frentes principais, e destas, houve 2 que efetivamente se realizaram e inclusive superaram as expectativas, e outras 4 que não saíram do papel. Não houve ações parciais neste eixo.

A capacitação dos profissionais da meta 1 do eixo supracitado não ocorreu. Nilson Padilha afirma que alguns agricultores estão esperando pela chamada pública, já mencionada acima, mas que o processo não ocorreu. Já a meta 2, sobre a mudança da base tecnológica, corresponde à mudança do sistema convencional dos pequenos agricultores familiares por bases orgânicas, e isso também não aconteceu, somente em ações isoladas. Para Osvaldo Rachelle⁵³, “Os agricultores estão se estruturando ainda nessa questão (certificação de produtos agroecológicos).” Há, porém, muitas dificuldades, como as externalidades geradas pela aplicação de defensivos agrícolas em propriedades da agricultura orgânica. A conciliação dos modos de produção ainda é um desafio muito grande, aliado à dificuldade em obter o selo de orgânico para agregar valor ao produto.

Merece destaque o número de agricultores familiares com comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal e estadual e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo municipal. Além do bem estar nutricional aos favorecidos pela agricultura familiar, graças às compras institucionais, esse processo superou a meta de 425 agricultores, graças às cooperativas e ao interesse dos agricultores.

Outra meta que superou as expectativas foi a implantação e reestruturação de 34 agroindústrias do território. Para Nilson Padilha⁵⁴ e Osvaldo Rachelle, atualmente são próximo de 200 agroindústrias distribuídas nos municípios do território. A estruturação das agroindústrias é fundamental para a geração de emprego e renda dos indivíduos, pois dependem dessa renda para outras atividades, bem como o município que absorve essa renda através do comércio e serviços e também arrecadação tributária.

⁵³ Entrevista realizada em 20/10/2015.

⁵⁴ Entrevista realizada em 20/10/2015.

Em síntese, observa-se que: a) O eixo infraestrutura é o mais carente. Composto por 15 metas, ele teve aproximadamente 26% dos objetivos efetivados. A pavimentação asfáltica, demanda de vários entrevistados, ainda não aconteceu. b) o eixo serviços e desenvolvimento institucional não teve efetividade, metade das ações não ocorreu, e 37% atingiram os objetivos de forma pouco satisfatória. Este resultado vai de acordo com a formação de capital institucional, que evidenciou a falta de fluidez no aparato institucional entre as entidades. c) o terceiro grupo de ações, sobre o meio ambiente, teve somente 4 ações, das quais metade não se efetivou e outra metade parcialmente, expondo a necessidade de revisar esse eixo dado sua relevância ambiental. d) As metas do eixo desenvolvimento social são preocupantes, pois 40% não ocorreram e os demais 60% aconteceram de forma pouco satisfatória. e) O agregado trabalho e renda também preocupou, mostrando que 66% das propostas não ocorreram, e 33% que foram cumpridas e inclusive superaram as expectativas. f) No geral, percebe-se que o PTDRS de 2011 foi pouco usado pelos seus representantes, somente uma pequena parcela das ações foi cumprida nestes 5 anos do plano. g) a falta de operacionalização, monitoramento e readequação do plano comprometem a eficácia do processo de desenvolvimento territorial.

6.2 PAPEL DA AMOCENTRO

De antemão, faz-se necessário tecer algumas notas sobre o funcionamento da AMOCENTRO, para então entrar no mérito dos seus objetivos. Em se tratando da Associação dos Municípios do Centro do Paraná e Território Paraná Centro, há grande confusão sobre o funcionamento das instituições, mesmo entre alguns dos seus membros. Na atual sede da AMOCENTRO, situada na Rua Rosalvo Petrenchen, número 490, no município de Pitanga, funcionam 3 instituições: A própria associação, o Programa Território da Cidadania Paraná Centro (PTCPC) e o Consórcio de Segurança Alimentar (CONSAD) do Território Paraná Centro, conforme visto na Figura 4.

Figura 4 - Sede da AMOCENTRO em Pitanga



Autor: DRUCIAKI, 2016

O funcionamento desses três órgãos, ao mesmo tempo em que centraliza serviços comuns, confunde parte da população. Roseli Pittner⁵⁵, secretária executiva do CONSAD e representante nacional da rede de colegiados territoriais, afirma que:

[...] percebemos a confusão e/ou falta de clareza por parte de muitas pessoas, de órgãos do Estado e até mesmo alguns prefeitos. Alguns acham que qualquer dúvida ou atividade, ou função devem ser cumpridas pelo Território, AMOCENTRO e Consad.

Talvez a descontinuidade política agrave a situação de dúvida dos participantes dessas entidades, muitas vezes realizando encaminhamentos equivocados para as diferentes instituições que estão instaladas na sede da AMOCENTRO. Como visto no Quadro 9, as entidades possuem objetivos distintos, mesmo que sejam complementares.

⁵⁵ Entrevista realizada em 05/01/2016.

Quadro 9 - Distinção dos objetivos AMOCENTRO x PTCPD x Consad.

Instituição	Síntese dos objetivos institucionais
AMOCENTRO	Busca ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios participantes, prestando-lhe assistência e promovendo o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental.
PTCPD	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.
CONSAD	Objetiva desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda

Fonte: AMOCENTRO (2016); MDS (2016); PTDRS (2011).

Segundo Heloisa I. Jensen⁵⁶, as instituições trabalham juntas, pois seus objetivos convergem e os municípios que são atendidos pelas instituições são praticamente os mesmos, conforme exposto no Quadro 9. Para Nilson Padilha, o trabalho em conjunto traz resultados positivos para a região, além de maior respaldo e representatividade.

Para Vitória M. M. Holzmänn⁵⁷, gerente da EMATER Ivaiporã, essa estrutura causa confusão em alguns membros, mas não todos. Já para Cleverson Jaremczuk Andrade, secretário de esportes e turismo de Cândido de Abreu, Romualdo Bochniak, Secretário de agricultura de Boa ventura de São Roque e Roseli Pereira, diretora de indústria e comércio do município de Nova Tebas, há clareza entre os papéis das instituições. Para Roseli, “Sim, há clareza para quem participa”. Essa afirmativa expõe uma grande fragilidade, pois deveria ter clareza para todos, e não só para quem participa, percebe-se através da Tabela 6 que alguns municípios fazem parte de uma instituição, mas não de outra, sem contar as instituições e população em geral. Esse comportamento pode segregar membros e frear a fluidez do tecido institucional da AMOCENTRO, pois inviabiliza a confiança e o contato entre os atores, além de travar ou até fazer retroceder o processo de desenvolvimento territorial ao ir na contramão do que é pregado pela literatura do assunto, como já visto nos subitens supracitados.

⁵⁶ Entrevista realizada em 9/12/2015.

⁵⁷ Entrevista realizada em 11/12/2015.

Tabela 6 - Participação dos municípios dentro das instituições.

Municípios	Instituições que pertencem		
	AMOCENTRO	PCTPC	CONSAD
Altamira do Paraná	X	X	X
Boa Ventura de São Roque	X	X	X
Campina do Simão	X	X	X
Cândido de Abreu	X	X	X
Guarapuava	X	X	-
Iretama	X	X	X
Laranjal	X	X	X
Manoel Ribas	X	X	X
Marquinho	-	-	X
Mato Rico	X	X	X
Nova Cantú	-	X	X
Nova Tebas	X	X	X
Palmital	X	X	X
Pitanga	X	X	X
Rio Branco do Ivaí	-	X	X
Roncador	X	X	X
Rosário do Ivaí	X	X	X
Santa Maria do Oeste	X	X	X
Turvo	X	X	X

Fonte: AMOCENTRO (2016); MDS (2016); PTDRS (2011).

Com base na Tabela 6, percebe-se que as três instituições congregam basicamente os mesmos municípios, salvo exceções grifadas: Guarapuava não participa do CONSAD, ao contrário de Marquinho, que só participa do CONSAD e está fora do PCTPC e AMOCENTRO. Outros municípios como Nova Cantú e Rio Branco do Ivaí participam das reuniões do CONSAD e do PCTPC, mas não fazem parte da AMOCENTRO. Esse tipo de comportamento reforça a confusão entre os participantes, e também expõe uma problemática de governança e arranjo institucional.

Essa íntima ligação entre a AMOCENTRO e o Território muitas vezes tem ocasionado conflitos e confusões. Alguns prefeitos que não participam do Território, por pertencerem à associação, veem-se como privilegiados pelos mesmos benefícios daqueles que participam como também tentam influir diretamente no processo da Política de Desenvolvimento Territorial (FAVARO, 2014).

Esse fato gera também comportamentos oportunistas, ou seja, quando os atores participam de uma entidade considerando apenas o seu interesse próprio, minando a capacidade de cooperação e comprometimento, fatores essenciais ao capital social e processo de desenvolvimento territorial. A esfera institucional também sai prejudicada ao passo que perde representatividade e coesão institucional. Esses fatores foram comprovados ao analisar a frequência, a responsabilidade, o comprometimento e o interesse em aproximar-se de outras entidades, em que a inferência dos dados dos entrevistados evidenciou parcela significativa de atores que apresentam esse comportamento.

Quando houver maior clareza entre os papéis desses atores, haverá também maior alinhamento entre os envolvidos, resultando em formação de desenvolvimento territorial nos municípios.

6.3 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO

Ciente do exposto no subitem anterior, buscou-se compreender a percepção que os atores envolvidos têm em relação às estratégias de desenvolvimento da AMOCENTRO. Para tanto, foram feitos questionamentos no sentido de entender se o planejamento que a AMOCENTRO segue atualmente (PTDRS de 2011) é suficiente para promover o desenvolvimento territorial, se há outras medidas a serem tomadas e o que ainda falta para que a AMOCENTRO promova o DT em seu território.

Sobre a avaliação do PTRDS, 42% dos entrevistados afirmaram que o plano é suficiente para alavancar o DT nos municípios. Para Osvaldo Rachelle⁵⁸:

Se executar o plano, você pega as ações, as grandes estratégias do plano, como educação, saúde, trabalho, renda, infraestrutura, se nós conseguíssemos aplicar isso dentro do território em um intervalo de 10 anos, creio que a gente faria uma revolução em termos de desenvolvimento.

⁵⁸ Entrevista realizada em 20/10/2015.

Esta afirmativa rebate nos questionamentos realizados anteriormente sobre comprometimento, frequência, responsabilidade e também descontinuidade política. Para Osvaldo Rachelle, o PTDRS foi pensado e elaborado pelos atores locais para representar a realidade em que vivem, mas por diversos motivos não é posto em prática. Outra justificativa do entrevistado é a falta de investimentos, a região é pobre e não consegue potencializar investimentos como eventos culturais, esportivos, shows e outras atividades que aumentam o número de pessoas no município, demandam infraestrutura e uma série de serviços especializados. Essa carência fica exposta em outra fala de Rachelle⁵⁹, quando comenta sobre a infraestrutura asfáltica do território:

Não tem asfalto de Santa Maria a Campina do Simão, não tem asfalto de Laranjal a Altamira, não tem asfalto de Altamira a Nova Cantu, não tem asfalto de Pitanga a Cândido de Abreu por dentro, que é uma região extensa produtora de feijão, grãos e bovinos. Não tem asfalto de Rio Brando a Cândido de Abreu, Palmital a Roncador [...] Isso vem a beneficiar a quem? Toda a cadeia produtiva do leite, dos suínos, bovinos e hortifrutigranjeiros. Além do transporte escolar, acesso à saúde, transporte escolar.

Esta é a primeira meta do eixo 1 sobre infraestrutura. É a principal demanda dos municípios, porém, conforme afirmação de alguns entrevistados, não há contrapartida pelo governo do Estado. Esta demanda não está ao alcance dos atores locais, é importante frisar que, cada problema tem sua escala espacial, “é preciso enfrenta-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica (BRANDÃO, 2012, p.208). Aos atores locais cabe a reivindicação dos problemas, porém a execução e obras de infraestrutura para ligação asfáltica dependem do Governo Federal e principalmente do Governo Estadual. Este é um problema territorial que extravasa a escala local, evidenciando a importância do papel, não só dos organismos locais, mas também de outros players.

Nota-se ainda, na fala de Osvaldo Rachelle, que o investimento em infraestrutura asfáltica traria benefícios para todos os envolvidos no processo, impulsionando o desenvolvimento dos municípios. Este investimento está no PTDRS, porém devido a esses motivos não se operacionalizou, justificando a

⁵⁹ Entrevista realizada em 20/10/2015.

afirmativa do entrevistado de que, o plano é suficiente, contudo não é seguido. Para José Idílio, da EMATER Ivaiporã, o plano traz em seu bojo pontos fortes como a forma que foi elaborado, de maneira participativa, que vai ao encontro da ideia de Nilson Padilha e Osvaldo Rachele, que destacam a maneira como foi elaborado o conjunto de estratégias e o planejamento do PTDRS de 2011.

Entre os pontos negativos, os entrevistados colocaram a dificuldade em colocar em prática o plano, em perceber a ferramenta e utilizá-la. Além disso, outro ponto crucial é a falta de recursos para operacionalizar as ações, recursos físicos e principalmente humanos, em número e qualidade. Jorge Favaro⁶⁰, entrevistado que participou de todas as oficinas para elaboração do PTDRS de 2011, e também escreveu sua tese de doutoramento sobre o PTCP, afirma que dentre os principais pontos críticos do processo, foi a abordagem do Fórum de Desenvolvimento Territorial, para o autor,

A abordagem que era pra ser territorial, mas não foi, foi *pitangal*, pois a maior parte das pessoas eram de Pitanga. As pessoas iam lá (reuniões de qualificação do PTDRS) para legitimar o que já havia de pronto, e acontece a mesma coisa dentro da AMOCENTRO. [...] O PTDRS ia incluir povos até então “excluídos” como comunidades tradicionais, mentira. Estão aí as aldeias indígenas abandonadas recebendo somente bolsa família e outras bolsas. Os quilombolas, eles até têm uma vaga no fórum, queriam discutir questão da terra, mas não teve nenhuma ação voltada a esse tipo de público.

A principal crítica de Favaro é que o planejamento é voltado para aqueles que já estão inseridos na lógica do mercado, um plano setorial voltado ao agrícola e aos pequenos agricultores por acreditar que os “excluídos” são povos atrasados que travam o processo de desenvolvimento do território. Para Nilson Padilha e Osvaldo Rachele, a inserção desses povos é delicada, é uma questão cultural, as comunidades tradicionais preferem não participar dos debates e ações, contrariando a afirmativa anterior.

Verifica-se, nesse interim, que a metodologia para se aproximar desses povos e inseri-los pode estar equivocada, se é que estes possuem interesse em fazer parte das reuniões da AMOCENTRO, pois são somente 3 comunidades indígenas, 2

⁶⁰ Entrevista realizada em 29/10/2015.

quilombolas e 24 faxinalenses, que vivem em seu sistema tradicional, salvo exceções. Sugere-se o aprofundamento nos estudos acerca do comportamento dessas comunidades na tentativa de melhor conhecer os verdadeiros anseios dessas comunidades, no que diz respeito a desfrutar de uma melhor qualidade de vida.

6.3.1 Demandas para o desenvolvimento territorial

Além dos objetivos da AMOCENTRO e também das ações do PTDRS de 2011 que a mesma utiliza “emprestada” do PTCP, buscou-se também avaliar o que é necessário para que se estimule o desenvolvimento territorial dos municípios, e o que ainda há para fazer por parte da AMOCENTRO a fim de que, posteriormente, a mesma possa utilizar-se deste trabalho para repensar, se for o caso, sua metodologia, abordagem e propostas para atingir tal finalidade.

O processo de desenvolvimento de qualquer sociedade é dinâmico, ou seja, está relacionado com o movimento das variáveis ao longo do tempo e também não é linear, ocorrendo de formas mais intensas em alguns lugares que outros. Portanto, o exercício de pensar e repensar o território e suas estratégias é parte fundamental desse processo no qual seus atores, representantes em geral, tem papel ativo, devendo ser coerente com a demanda dos demais munícipes.

As carências expostas pelos entrevistados variam conforme municípios, funções e entidades que representam, mostrando primeiramente o interesse que cada um possui ante ao seu objeto de trabalho. E o resultado em comum encontrado está relacionado à escassez de recursos e comprometimento dos envolvidos. José Edílio⁶¹ acredita que é necessário:

Disponibilização de pessoas (atores do processo), comprometidos com o desenvolvimento, sem vínculo político partidário, para não ocorrer melindres no relacionamento e prejuízos na interação em prol do território.

⁶¹ Entrevista realizada em 11/12/2015.

Além disso, Edílio comenta que a AMOCENTRO deveria promover uma “participação mais efetiva dos prefeitos nas ações territoriais. Embora a associação como entidade de apoio, seus membros individualmente pouco se inteiram do processo territorial”. Este pensamento corrobora com a ideia de Roseli Pereira, diretora de Indústria e Comércio da prefeitura de Nova Tebas. Para ela, é necessário “pessoas mais envolvidas e comprometidas dos setores públicos e privados”. Essa expressão corresponde com a de vários entrevistados, os quais afirmam ser necessárias pessoas com maior envolvimento, comprometimento, responsabilidade, entre outros, confrontando os dados obtidos através da pesquisa anteriormente apresentada onde grande parte dos participantes dizia haver esse tipo de característica nos atores da AMOCENTRO.

Já para Jorge Favaro⁶², a necessidade da AMOCENTRO está pautada no que Brandão (2004) defende, que é romper com as amarras político-partidárias e de redes de poder já existentes no território. Favaro vai além ao afirmar que a hegemonia de poder, a política, econômica e social, representadas através da AMOCENTRO só retroalimenta a contramão do processo de desenvolvimento, pois o sistema sempre privilegia quem já está inserido no mercado, tornando-se uma administração baseada no poder e excludente ao mesmo tempo. Seriam necessários maiores debates acerca de temas como a pobreza e a inserção dos povos de comunidades tradicionais, como quilombolas, faxinalenses e indígenas, para promover o desenvolvimento territorial. Como já citado anteriormente neste trabalho, “O desenvolvimento precisa ser coletivo, e a sociedade precisa participar dele” (ZAMPIER, 2016). Ainda conforme Zampier,

“A AMOCENTRO deveria ter bandeiras: 1ª – acesso à infraestrutura de **pavimentação asfáltica** para ligar os municípios da AMOCENTRO ao polo (Pitanga). 2ª – *campus* avançado da UNICENTRO, e 3ª, ter núcleos regionais de saúde e agricultura, para que sejamos um polo na região, não só no papel mas na prática.” (Grifo nosso).

A bandeira de pavimentação asfáltica aparece novamente no discurso da AMOCENTRO, ressaltando a necessidade e urgência dos atores em conseguir tal demanda. O *campus* avançado da UNICENTRO também desafogaria a situação de

⁶² Entrevista realizada em 29/10/2015.

Pitanga referente a questões financeiras, e repassaria a responsabilidade ao Governo do Estado, abrindo espaço para Pitanga investir em outras ações para o município e território. Porém, segundo Zampier, falta muito comprometimento dos demais municípios que utilizam do serviço, o que dificulta o diálogo com o Governo do Estado. A falta de mobilização da sociedade civil organizada também atrapalha neste processo, fato que é refletido através do capital cívico de Putnam (2005), pois a falta de cidadania enfraquece os laços cívicos, freando a construção de capital social entre os atores. Este é o papel que a AMOCENTRO deve realizar: promover a inserção ou criação de capital cívico na comunidade, e isso produzirá, em somatória com outros fatores, desenvolvimento para o território.

Para Heloisa I. Jensen⁶³, o maior empecilho para que se fomente o desenvolvimento nos municípios é a escassez de recursos. Ela comenta ao exemplificar que:

Não conseguimos colocar o abatedouro pra funcionar, há vontade política, mas não há recursos, quando você não tem dinheiro, como vai fazer a ação acontecer. Quando você tem um bom deputado que faça emendas parlamentares boas, que é o caso de Pitanga que conseguiu injetar dinheiro com a emenda parlamentar que é dinheiro a fundo perdido, você consegue desenvolver um pouco mais. Hoje Pitanga trouxe o IFPR o CEEP. Porém, os outros municípios da região não têm dinheiro pra colocar os alunos nos ônibus e frequentar essas instituições.

A dificuldade em angariar recursos, atrapalha o processo de desenvolvimento territorial, pois falta ferramenta de trabalho, tem-se boa vontade, mas não se consegue crescer porquê é necessário que haja estrutura para tal.

Ressalta-se na fala supracitada, e também nas demais, que a falta de recursos e de infraestrutura é um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento do território. Ademais, muito se comenta sobre a falta de comprometimento e repasses dos Governos Estadual e Federal. Porém, pouco se discute acerca de como gerar mais recursos, exceto os que são recebidos através de emendas e demais repasses. São alguns municípios que têm receio de se desvencilhar dos

⁶³ Entrevista realizada em 09/12/2015.

polos, e preocupam-se com repasses ao invés de fazer algo original, aproveitando os recursos territoriais de cada município.

Em síntese, aufer-se que: a) Dificuldade em operacionalizar o plano pela escassez de mão de obra e recursos financeiros; b) Falta diálogo com as comunidades tradicionais e promoção da inserção das mesmas contexto social regional; c) Em tratando-se do PTDRS de 2011, para quase metade dos entrevistados, o plano é suficiente para promover o desenvolvimento territorial, porém não é posto em prática; d) Há certa confusão em distinguir os papéis da AMOCENTRO, do PTCP e do CONSAD, pois funcionam no mesmo prédio, no caso da AMOCENTRO e PTCP utilizam o mesmo plano, e praticamente os mesmos municípios, causando confusões entre os atores; e) Disponibilização de recursos pessoais e financeiros em número e qualidade técnica, e envolvimento de pessoas comprometidas com a causa. Além disso, a AMOCENTRO deve ter bandeiras também, principalmente para infraestrutura e logística.

7 CONCLUSÃO.

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar se a AMOCENTRO tem capacidade de fornecer os elementos necessários para fomentar o desenvolvimento territorial nos municípios associados. Buscou-se verificar também se o PTDRS de 2011, ferramenta utilizada como balizador de forma indireta pela AMOCENTRO, vem corroborando para tal objetivo e se as metas foram ou estão sendo cumpridas.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa entre Outubro de 2015 a Janeiro de 2016, tendo como instrumento entrevistas semiestruturadas em campo com 20 participantes, com prefeitos, secretários e demais representatividades que participam das reuniões da associação. Para compor o roteiro buscou-se elencar tópicos relacionados aos aspectos inerentes ao processo de desenvolvimento territorial, conforme visto no Capítulo 2 deste trabalho, bem como foi analisado o PTDRS de 2011 quanto às suas metas e à sua efetividade.

Como resultados principais, elencaram-se 3 linhas de conclusão interdependentes e complementares entre si.

A **primeira** diz respeito ao processo de desenvolvimento territorial, entendido neste trabalho como a somatória nos índices de capital social, humano, cívico, institucional além das redes de poder e das estruturas de governança. Esses fatores, em conjunto, influenciam diretamente na melhoria de qualidade de vida das pessoas que vivem no território em questão, quanto maior forem os índices, mais robusto será o processo de desenvolvimento territorial.

Os resultados referentes ao capital social evidenciaram que a participação nas reuniões da associação são relevantes para 84% dos entrevistados, pois é um local onde aglutinam poderes e compactuam ideias a fim de beneficiar os municípios e, por conseguinte, a região como um todo. Os demais 16% acreditam que participar das reuniões é pouco relevante.

Esse fator é às vezes comprometido pela descontinuidade política em que no momento da troca dos atores, geralmente a cada 4 anos, o grau de relevância que atribuem a determinadas ações é diferente, pois estão pautadas nos seus princípios políticos. O que é relevante na visão de um pode não ser para outro, mesmo enfatizando que a política deve ser produto da construção coletiva da sociedade, e a

AMOCENTRO como representatividade de poder deve unir esforços para expor aos representantes a relevância em fazer-se presente nas reuniões, participando e discutindo questões referentes ao território.

Outro aspecto avaliado referente ao capital social é a cooperação, elemento que a AMOCENTRO promove de forma indireta e em pontos específicos ou ações isoladas. Como facilitadora do desenvolvimento nos municípios membros a AMOCENTRO procura auxiliar as cooperativas da sua região. Porém, é necessário que se realizem ações em prol do associativismo e cooperativismo a fim de criar novos vínculos dentro do território e superar dificuldades já conhecidas, como a falta de infraestrutura logística. A falta de cooperação entre os prefeitos e representantes forçam outras representatividades a tomarem ações isoladas, visando somente o benefício do próprio município, sobrepondo-se à visão coletiva do desenvolvimento territorial.

Também nota-se que, por outro lado, faltam iniciativas por parte da associação em aproximar-se da sociedade em geral para que se estreitem os vínculos entre estes e os prefeitos, bem como a aproximação a empresas e instituições privadas, promovendo o trabalho em conjunto e parcerias público privadas para estimular o comércio, serviços e agricultura.

Sobre o capital humano, os resultados mostraram 2 fatores preocupantes: 1) somente os municípios de Guarapuava e Pitanga possuem unidades de ensino superior com cursos presenciais, concentrando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os demais municípios do território possuem somente cursos superiores na modalidade à distância. Outra questão é a cadeia de valores gerados a partir de instituições de ensino superior, como comércio, aluguel, transporte e outros serviços demandados pelos estudantes. É importante iniciar a discussão sobre a descentralização dessas atividades, públicas ou particulares, para que o raio de efeito seja maior, e mais indivíduos tenham oportunidade de acesso a esse tipo de serviço. O aumento em capital humano acarreta em ganhos de renda, além de contribuir no processo de inovação da produção, trazendo benefícios a todos os envolvidos. 2) Outro fator que merece destaque são referentes aos cursos, treinamentos e aperfeiçoamentos encabeçados pela AMOCENTRO. Estes ocorrem em sua maior parte pela oportunidade e não por vontade direta dos envolvidos na

associação. Há diversas formas de se promover treinamentos a partir da vontade da associação, e esta é uma forma de promover e criar recursos humanos qualificados, que é uma das principais demandas dos entrevistados para o território.

Em se tratando do capital cívico, houve ausência de ações diretas voltadas ao incentivo e promoção do mesmo. A AMOCENTRO estimula de forma indireta os indivíduos a criarem apreço pelo local onde residem, e repassarem seus valores aos filhos e outros membros da sociedade. Houve poucas ações isoladas como mutirões da cidadania para promover a inclusão dos indivíduos no sistema, mas foi uma ação que não teve continuidade, e também não funcionou em todos os municípios. Os mutirões são complexos e exigem ampla parceria com demais entidades, mas a realização de pelo menos um por ano em cada município já supriria boa parte da demanda dos mesmos, que atualmente precisam se dirigir a municípios polo para confecção de determinados tipos de documentos ou obter certas informações. Somente este aspecto já contribui negativamente para que o indivíduo não crie apreço pelo seu município, pois a atividade de deslocar-se requer além de tempo disposição financeira, tornando custosa e cansativa uma atividade que deveria estar disponível próximo da sociedade.

A falta de promoção e acesso à cidadania pode ser reflexo da dificuldade em desenvolver capital institucional na associação. Os resultados evidenciaram que em alguns casos falta convergência nos objetivos das entidades e da associação. Nota-se também que a frequência dos representantes nas reuniões muitas vezes não é fruto de vontade política, e sim dificuldade em deslocar-se devido ao trajeto conter expressivas distâncias em estradas cascalhadas e sem sinalização. A descentralização destas reuniões mensais poderia auxiliar nesse processo ao passo flexibilizaria a ação dos representantes.

Não há também, por parte da maioria dos representantes, vontade de se aproximar de outras instituições de dentro do território, bem como de fora dele. Houve por parte de alguns desejo em aproximar-se principalmente de instituições de ensino superior, SEBRAE, SENAR, EMBRAPA e IAP. Deveria haver por parte da AMOCENTRO maiores discussões para entender se há necessidade de se aproximar de outras instituições e como isso seria operacionalizado, se fosse positivo.

Por fim, nesta parte, os resultados evidenciaram que há liberdade dentro da associação, pouca instabilidade política, além de qualidade na prestação dos serviços, aspectos que facilitam a governança da associação. O único ponto é a capacidade que a AMOCENTRO tem de promover empresas de iniciativa privada, mas segundo os entrevistados, não o faz, deixando de colaborar para o fortalecimento da classe, que já não faz parte do planejamento da AMOCENTRO, a não ser por oportunidade ou ações isoladas.

A **segunda** linha de conclusão discorre sobre as metas do PTDRS de 2011. Como não há planejamento estratégico próprio da AMOCENTRO, a associação utiliza como uma forma de metodologia balizadora o PTDRS de 2011 ferramenta composta por 5 eixos principais. Porém, este planejamento possui grandes dificuldades, principalmente no cumprimento das ações. Os resultados evidenciaram que o primeiro eixo, de infraestrutura, é o mais carente. A pavimentação asfáltica, demanda de vários entrevistados, ainda não aconteceu. O segundo eixo sobre serviços e desenvolvimento institucional não teve efetividade, pois nenhuma ação foi completa de forma satisfatória. O terceiro eixo de ações, sobre o meio ambiente, teve somente 4 ações, as quais foram apenas parcialmente cumpridas. Deve-se rever este ponto e ampliar as ações voltadas para tal fim dada a sua importância. As metas do quarto eixo desenvolvimento social são alarmantes, pois 40% não ocorreram e os demais 60% aconteceram de forma pouco satisfatórias. O agregado trabalho e renda também preocupou, mostrando que 66% das propostas não ocorreram, e apenas 33% foram cumpridas e, estas inclusive superaram as expectativas.

Em síntese, as metas do PTDRS de 2011 não foram cumpridas em sua totalidade até o início de 2016, e serviram principalmente a população rural, que é foco do PTCP, deixando de lado o setor de comércio e serviços, além da inclusão das comunidades tradicionais existentes no território. Percebe-se que o PTDRS de 2011 foi pouco usado pelos seus representantes e a falta de operacionalização, monitoramento e readequação do plano compromete a eficácia do processo de desenvolvimento territorial.

A dificuldade em operacionalizar o plano vem principalmente da escassez de mão de obra e recursos financeiros, segundo os representantes. Falta diálogo com

as comunidades tradicionais e dificuldade na promoção da inserção social das mesmas. Em se tratando do PTDRS de 2011, para quase metade dos entrevistados, o plano é suficiente para promover o desenvolvimento territorial, porém não é posto em prática. Também há certa confusão em distinguir os papéis da AMOCENTRO, do PTCP e do CONSAD, pois funcionam no mesmo prédio. Deve haver por parte das instituições esclarecimentos aos representantes políticos, e ao público em geral para melhorar o diálogo entre ambos e a sociedade.

A **terceira** linha de conclusão evidencia os resultados da pesquisa através das entrevistas e vivência durante o período de pesquisa dentro da associação e com os representantes das instituições. Uma análise prévia permite perceber que o DT só vai acontecer quando houver somatória dos capitais intangíveis como social, cívico, humano, institucional bem como fortalecimento das redes de poder e do sistema de governança.

O desenvolvimento territorial é essencialmente cooperativo e coletivo, só funciona com a união dos indivíduos. Porém, falta sintonia entre os atores, e não há total convergência de objetivos entre atores e AMOCENTRO, além da falta de recursos humanos e financeiros. É importante que a AMOCENTRO continue trabalhando em conjunto com o PTCP e o CONSAD, mas de forma clara e independente, e também discutir futuro planejamento próprio que englobe o setor de comércio e serviço, desenvolvimento urbano juntamente com o rural, abrangendo uma área maior de atuação e conseqüentemente maior poder institucional.

Respondendo à problemática deste trabalho, infere-se que o PTDRS não está sendo utilizado de maneira eficiente pelos seus responsáveis. A metodologia deveria ser utilizada de forma coerente com seu cronograma e respeitando o objetivo central do planejamento. Porém, ocorre que, por falta de recursos humanos e financeiros, que são produto das demais esferas públicas, não há condições favoráveis para colocar o planejamento em prática. Além disso, outra dificuldade é a percepção da importância da ferramenta pelos gestores e saber como utilizá-lo. O não cumprimento do plano inviabiliza a análise de sua efetividade na promoção do desenvolvimento territorial. Nota-se também que os maiores empecilhos para o desenvolvimento, segundo os entrevistados, é a precariedade na infraestrutura, seja

por aspectos naturais de relevo e clima, seja por falta de investimentos dos governos municipais, estadual e federal.

Por fim, infere-se que a AMOCENTRO, como instrumento, promove o desenvolvimento territorial nos seus municípios de maneira muito incipiente, pois age na maior parte das vezes pela oportunidade das ações, quando surge uma demanda ou repasses estaduais e federais de algumas ações, ao passo que a associação deveria trabalhar de maneira ativa no processo de desenvolvimento, analisando as fragilidades do território e fomentando soluções diretas e indiretas através de planejamento próprio e ações em conjunto para que corroborem no processo de desenvolvimento desses municípios, melhorando a qualidade de vida dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A.C.; FILHO, N.A. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, p. 19-38, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa (online)**, v. 36, n. 129, p. 637-51, 2006.

ANGEON, V. L'explicitation Du role des relation sociaux dan les mecanismes de development territorial. **Revue d'Économi Régionale e Urbaine**, N.20, p.237-250, 2008.

AURÉLIO, B. H. F. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

AYDALOT, P. **Économierégionale et urbaine**. Paris: Économica, 1985.

BECKER, G. **Human Capital**. 2ªed. Columbia University Press, New York, 1975.

_____. **Investment in human capital**: A theoretical analysis. The Journal of Political Economy, Vol. 70, p. 9-49. Chicago: Chicago University Press, 1962.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo : Hucitec, 1999.

BIRKNER, W. M. K.; RUDNICK, L. T. **Algumas reflexões sobre o desenvolvimento socioeconômico do Planalto Norte Catarinense**. In: III Encontro de Economia Catarinense, 2009, Blumenau. III Encontro de Economia Catarinense, 2009.

BOIFFIN, J. **Conclusion et perspectives**. In: MOLLARD, A. ; PECQUEUR, B. Le développement regional: enjeux de recherché et d'acteurs. Editionqua: Versailles, 2009.

BOISIER, S. **El difícil arte de hacer region**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos, 1992.

_____. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.2, n.3, p.9- 28, set. 2001.

BOURDIEU, P. **Le capital social: notes provisoires**. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, Paris, n. 31, p. 2-3, 1980.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, p. 57-76, 2004.

_____. **Pactos em Territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento**. Organizações & Sociedade (Impresso), v. 15, p. 145-157, 2008.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril/ Outubro de 2007.

CAMPOS, I. M. ; VALADARES, E. C. **Inovação tecnológica e Desenvolvimento Econômico**. 2007. (Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2013).

COLEMAN, S.J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

CORADELI, R. T. **As associações de municípios como estratégias para o desenvolvimento**: considerações sobre a cantuquiriguaçu/PR, 2011. Dissertação. (Mestrado em Geografia – análise ambiental e regional). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2011.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: A densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. *In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, 2006, Santa Cruz do Sul. Anais do III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. v. 1. p. 1-19.

_____. A gestão territorial através do diálogo e da participação. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, 2007.

_____. **Governança territorial e desenvolvimento**: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. *In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos (CODE 2011)*. Brasília, 2011.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. **Governança Territorial**: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Revista Desenvolvimento em Questão**, ano 1, N. 2, p. 73-98, Ijuí, 2003.

DALLABRIDA, V. R. FERNÁNDEZ, V. R. Redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial: estudo de caso a partir da análise de dinâmica territorial de desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil). **Revista Territórios**, P.225-248, Bogotá, 2007.

DRUCIAKI, V. P. Ocupação territorial e rede urbana no Paraná tradicional e a cidade de Guarapuava. **Revista Territorial**, V.2, p. 08-30, 2013.

FAVARO, J. L. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro. Tese (Programa Pós-graduação em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências, 2014.

FERNANDES, M. A. M. **Poder e comércio**: A associação comercial e industrial de Guarapuava (1955-1070). Curitiba: Editora CRV, 2010.

FERNANDES, A. S. A. A comunidade cívica em Walter e Putnam. **Lua Nova**, São Paulo, N. 51, p. 71-96, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de Junho de 2015.

FERRERA DE LIMA, J. Clusters territoriais: elementos para reflexão. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences (Online) (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1983-4683 Acta Scientiarum. Language and Culture (Online)), v. 33, p. 199-204, 2011.

FERRERA DE LIMA, J.; KLEIN, C. F.; PIFFER, M.; RIPPEL, R.; OLIVEIRA, T. C. NOTAS SOBRE O RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS REGIÕES PARANAENSES. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, v. 10, p. 25-32, 2014

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal** – IFDM. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/>> Acesso em 10 de Fevereiro de 2016.

FRANCO NETTO, F. **Senhores e escravos no Paraná Provincial**: Os padrões de riqueza em Guarapuava (1850/1880). Guarapuava: Unicentro, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, S. Inovação na administração pública municipal: estudo de casos em municípios do estado de santa catarina. **Dissertação** (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2010.

GUIO, L. SAPIENZA, P. ZINGALES, L. **Civic capital as the missing link**. In: Handbook of social economics. BENHABIB, J. BISIN, A. JACKSON, M. p.417-480 North Holland: San Diego, 2011.

GROOTAERT, C.; BASTELAER, T. V. **Understanding and Measuring Social Capital**: A Synthesis of Findings and Recommendations from the Social Capital Initiative. Working Paper n. 24. Washington, D.C.: World Bank Poverty Net Document Library. Disponível em <<http://www.inform.umd.edu/IRIS/IRIS/docs/SCI-WPS-24.pdf>. 2001.> Acesso em 30/5/2015.

HADDAD, P. **Capitais intangíveis e desenvolvimento regional**. Revista de Economia, Curitiba, vol.3, nº 03, p.119-146, 2009.

HAESBAERT, R. GONÇALVES, C. W. P. **Desterritorialização, ultiterritorialidade e regionalização**. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.) Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

ILHA, P. C. S. et al. **A cooperativa como um agente de capital social local**: um estudo da percepção de dirigentes, cooperantes e comunidade da Cooperativa Agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon-PR. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.115, p.101-123, jul./dez.2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, PARDES. **Os vários Paranás**: Identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2006.

_____. **Diagnóstico socioeconômico do território Paraná centro**: 1ª fase da caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

_____. **Caderno estatístico Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=19>> Acesso em 18 de Mai de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coordenação de contas nacionais**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/> Acesso em 20 de Jun de 2015.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2010.

JEAN, B. **Le développement territorial**: Une discipline scientifique émergente. *Sciences des territoires, Perspectives québécoises*, Presses de l'Université du Québec, p. 283-313, Québec, 2008.

KUZNETS, S. **Crescimento econômico moderno**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1982.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. Livraria Nobel: São Paulo, 1988.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARKUSEN, A. **Sticky places in slippery space**: a typology of industrial districts. *Economic geography*, v. 72, n. 3, p. 293-313, 1996.

MINAYO, M. C. S. **Avaliação por Triangulação de Métodos**: abordagens de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **The Journal of Political Economy**, vol. 46, nº. 4. August, p. 281-302, 1958.

_____. **Schooling, experience and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

_____. **Human capital and economic growth**. Working Paper N.803, Massachusetts: National Bureau of Economic Research, 1981.

NAKABASHI, L.; FELIPE, E. Capital humano nos municípios paranaenses. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 24, nº 24, p. 7-22, 2007.

NETO, L. G. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: Caminhos e descaminhos. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, nº 15, Junho de 1997.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, G. Uma discussão sobre o conceito de Desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, v.5, Nº.2, p.37-48, 2002.

OLSON, M. **The Rise and Decline of Nations**. New Haven: Yale University Press, 1982.

PAIVA, V. Sobre o Conceito de Capital Humano. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 113, p. 185-192, 2001.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005.

PIACENTI, C. A. Indicadores de desenvolvimento endógeno. *In: Análise Regional: Metodologias e Indicadores*. Org. PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. Curitiba: Camões, 2012.

_____. O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses. **Tese de Doutorado** (Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada – Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa. UFV, 2009

PELINSKI, A. **Padrão de desenvolvimento econômico dos municípios no Paraná**: disparidade, dispersão e fatores exógenos. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PIFFER, M. ALVES, L. R. **Política Deliberativa**: Um Instrumento da Democracia para o Desenvolvimento Regional. *Temas & Matizes*, v. 8, p. 45-62, 2009.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Programa das nações unidas para o desenvolvimento, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios> Acesso em 12 Fevereiro de 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PTDRS. **Plano Territorial de desenvolvimento sustentável**: Território da Cidadania Paraná Centro. Pitanga: AMOCENTRO, Sistematização do processo de elaboração. 2006.

PTDRS. **Plano Territorial de desenvolvimento sustentável**: Território da Cidadania Paraná Centro. Organização Sandra Köning. Pitanga: Fundação RURECO, 2011.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução de: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Bowling Alone**: The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster; 2000.

_____. **Social Capital**: Measurement and Consequences. Isuma: Canadian Journal of Policy Research. P. 41-51, 2001.

_____. **Comunidade e democracia**: A experiência da Itália moderna. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, J. D. **Estratégias territoriais de desenvolvimento e sustentabilidade no semi-árido brasileiro**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Brasília marco de 2008. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

_____. A importância do capital institucional na sustentabilidade do desenvolvimento territorial. **Sustentabilidade em debate**, p. 63-77, 2010.

ROVER, O. J. **Redes de poder e governança local**: Análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, p. 24-42, 2008.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, F. F. S. Capital social: Vários conceitos, um só problema. **Dissertação** (Mestrado em administração pública e governo). Escola de administração e empresas de São Paulo. São Paulo, 2003.

SCHMIDT, J. P. **Capital Social e políticas públicas**. In: REIS, J. R.; LEAL, R. G. (Org.). Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos. Tomo 3. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, Vol. 51, N. 1, p. 1-16, 1961.

_____. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

_____. **Human capital**: Policy issues and research opportunities. In: Economic research: Retrospect and Prospect vol: Human Resources. New York: Columbia University Press, 1972.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. **Territórios conservadores de poder no Centro Sul do Paraná**. Tese de Doutorado (Pós Graduação em Geografia). Universidade Estadual Paulista, *Campus* Presidente Prudente, 2005.

SILVA, M. F. G. **Cooperação, Capital Social e Desempenho Econômico**: Um Estudo Analítico. Relatório NPP nº 40/2001. São Paulo: FGV-EAESP, 2001.

SOUZA, E. B. C.; GEMELI, V. Território, região e fronteira – Análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V.13, N.2, p. 101-116, 2011.

STIGLITZ, J. E. Formal and Informal Institutions. In: DASGUPTA, P. & SERAGELDIN, I. (orgs.). **Social Capital**: A Multifaceted Perspective. Washington D.C.: The World Bank, 2000. p. 59-70.

STORPER, M. **Territorial development in the global learning economy**: the challenge of developing countries. *Revue Région e Development*, N.1, 1995. The web book of regional science. Regional Research Institute, West Virginia University, 1984.

TABELLINI, G. **Culture and Institutions**: Economic Development in the Regions of Europe. CESIFO, working paper Nº. 1492 Category 5: Fiscal policy, macroeconomics and growth. July 2005. Disponível em: <<http://www.cesifo->

group.de/portal/page/portal/DocBase_Content/WP/WP-CESifo_Working_Papers/wp-cesifo-2005/wp-cesifo-2005-07/cesifo1_wp1492.pdf> Acesso em 10 de Junho de 2015

TEIXEIRA, A. **Capital humano e capacidade de inovação**: Contributos para o estudo do crescimento económico português, 1960-1991. Lisboa: Conselho Económico Social, 1999.

TREVISAN, E. S.; FERRERA DE LIMA, J. **Crescimento e desigualdade regional no Paraná**: Um estudo das disparidades de PIB per capita. Revista Ciências Sociais em Perspectiva. Vol. 9, Nº 16, 2010.

VIANA, G.FERRERA DE LIMA, J. Capital humano e crescimento económico. **Revista Interações** Campo Grande ,v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 de Junho de 2015.

WILLIAMSON, O. E. **The Theory of the Firm as Governance Structure**: From Choice to Contract. Journal of Economic Perspectives, Vol. 16, No. 3, pp. 171-195, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS DA AMOCENTRO E DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO.....	131
APÊNDICE 2 - LISTA DE ENTREVISTADOSLISTA DE ENTREVISTADOS.....	135

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS
REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS DA AMOCENTRO E DIRIGENTES DA
ASSOCIAÇÃO

Nome do (a) Entrevistado (a):

Contato:

*Permite gravar e utilizar sua fala ou parte dela? () Sim () Não

1- Cargo ou Função que desempenha perante a AMOCENTRO

Prefeito de município membro ()

Representante do município ()

Representante de outras instituições () Qual instituição? _____

Outros: _____

2- Qual seu grau de instrução?

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior

() Especialização

() Ensino Superior Incompleto

() Outros

3- Há quanto tempo exerce o cargo?

De 1 a 2 Anos ()

De 2 a 3 Anos ()

De 3 a 5 Anos ()

De 5 a 10 Anos ()

Há mais de 10 anos. ()

4- Qual é frequência de sua participação nas reuniões da associação?

Sempre ()

Quase sempre ()

De vez em quando ()

Poucas vezes ()

Nunca ()

5- Sobre a relevância de participar das reuniões e ações da AMOCENTRO, dê uma nota de 1 a 5, considerando:

5-Muito importante, 4-importante, 3-moderado, 2-pouco importante, 1-sem importância. ()

6- É importante que a AMOCENTRO procure se vincular a outras entidades e associações? Dê uma nota de 1 a 5, considerando:

5-Muito importante, 4-importante, 3-moderado, 2-pouco importante, 1-sem importância. ()

7- A AMOCENTRO realiza ações para ampliar a capacidade cooperativa/Associativa?

Sim () Não ()

Caso positivo, qual ou quais?

8- Há confiança entre os atores envolvidos com a AMOCENTRO.

Sim () Não ()

Caso negativo, por qual ou quais motivos? _____

9- Promove ou realiza cursos / treinamentos / aperfeiçoamentos?

Sim () Não ()

Qual frequência? _____

10- Fomenta atividades ou eventos relacionada à ensinamentos cívicos?

Sim () Não ()

Por exemplo:

A) Saber o qual a função do poder Legislativo, Executivo e Judiciário ()

B) Saber a função dos Vereadores e Prefeitos ()

C) Entender o funcionamento da democracia ()

D) Repassar valores cívicos às novas gerações ()

E) Participar de atividades extracurriculares em prol da cidadania ()

F) Ter apreço pelo lugar onde reside e trabalha ()

G) Outro. _____

13- Há comprometimento entre as instituição/entidade e a AMOCENTRO no desenvolvimento de ações?

Sempre ()

Quase sempre ()

De vez em quando ()

Poucas vezes ()

Nunca ()

14- Disponibiliza algum recurso financeiro para a AMOCENTRO? Qual o montante aproximadamente? R\$ _____

15- Sua instituição/entidade e sua equipe cumprem as responsabilidades relacionadas à AMOCENTRO?

Sempre ()

Quase sempre ()

De vez em quando ()

Poucas vezes ()

Nunca ()

16- Sobre os objetivos das entidades/instituições convergirem com os da AMOCENTRO:

() Convergem totalmente () Convergem () Convergem Parcialmente () Não convergem

17- Mantém contato profissional e/ou institucional com outros atores vinculados à AMOCENTRO? () sim () não

Se sim:

Com todos os membros ()

Alguns membros ()

Pouquíssimos membros ()

Não há relação ()

18- Há interesses em aproximar-se de outras instituições?

Sim () Não ()

A) Se sim, quais? _____

19- Há interesse em relacionar-se com atores e instituições de outras localidades exceto o território da AMOCENTRO?

Sim () Não ()

A) Se sim, quais? _____

20- Há interesse que a AMOCENTRO aumente seu território de abrangência?

Sim () Não ()

21- Há liberdade de associação, expressão e comunicação dentro da AMOCENTRO?

Sempre ()

Quase sempre ()

De vez em quando ()

Poucas vezes ()

Nunca ()

22- Há instabilidade política entre os membros da AMOCENTRO?

Sim () Não ()

23- Há por parte da AMOCENTRO capacidade de fornecer / desenvolver políticas públicas e normas que possibilitem o desenvolvimento do setor privado?

Sim () Não ()

24- Há qualidade na prestação de serviços públicos nas instituições/entidades vinculadas à AMOCENTRO bem como na própria associação?

Sempre ()

Quase sempre ()

De vez em quando ()

Poucas vezes ()
Nunca ()

25- Você confia nas regras do território e age de acordo com as normas propostas?

Sempre ()
Quase sempre ()
De vez em quando ()
Poucas vezes ()
Nunca ()

26- O poder público da região atua em benefício de algumas organizações do setor privado?

Sempre ()
Boa parte das vezes ()
De vez em quando ()
Poucas vezes ()
Nunca ()

27- Você conhece o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS?

Sim () Não ()

28- Se positivo à questão anterior, acredita que o PTDRS de 2011 é suficiente para promover o desenvolvimento territorial dos municípios?

Sim () Não ()

29- Qual avaliação você faz do PTDRS de 2011? Dê uma nota de 1 a 5, considerando: 5-representa muito bom, 4-bom, 3-razoável, 2-ruim, 1- muito ruim.
()

30- Quais são os pontos fortes e fracos do PTDRS de 2011?

Fortes: _____

Fracos: _____

31- Qual a avaliação das metas do PTDRS de 2011? _____

Foram ou estão sendo cumpridas? _____

32- Há clareza na distinção entre AMOCENTRO e Território da Cidadania?

33- O que é necessário para que se estimule o desenvolvimento nos municípios associados ao território da AMOCENTRO?

34- Quais propostas ainda faltam para que a AMOCENTRO devesse realizar em prol do desenvolvimento territorial?

34- Algo mais a acrescentar?

APÊNDICE 2 - LISTA DE ENTREVISTADOS

Nome do Entrevistado	Função ou cargo	Data da Entrevista	Município da Entrevista
João Elinton Dutra	Prefeito Município de Laranjal	19/10/2015	Laranjal
Elza Aparecida da Silva	Prefeita do Município de Altamira do Paraná	19/10/2015	Altamira do Paraná
Nilson Padilha	Gestor do Território da Cidadania Paraná Centro	20/10/2015	Guarapuava
Osvaldo Rachelle	Vice Presidente da AMOCENTRO e representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pitanga e Região	20/10/2015	Guarapuava
Jorge Favaro	Representante da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO	29/10/2015	Guarapuava
Altair Zampier	Prefeito município de Pitanga	05/11/2015	Pitanga
Ivanir José Seben	Secretaria Agricultura de Pitanga	05/11/2015	Pitanga
João Sartori	Vice Prefeito Município de Palmital	10/11/2015	Palmital
Claudio Leal	Prefeito Município de Santa Maria do Oeste	10/11/2015	Santa Maria do Oeste
Heloisa Ivaszek Jensen	Prefeita Município Nova Tebas	9/12/2015	Nova Tebas
José Idílio Machado dos Santos	EMATER Ivaiporã	11/12/2015	Ivaiporã
Romualdo Bochniak	Secretário Agricultura	11/12/2015	Boa Ventura

	Boa Ventura de São Roque		de São Roque
Maria Salete da Silva	Secretária Turismo de Santa Maria do Oeste	11/12/2015	Santa Maria do Oeste
Vitória M. M. Holzmann	Gerente Regional EMATER Ivaiporã	11/12/2015	Pitanga
Cleverson Jaremczuk Andrade	Secretário Turismo Cândido de Abreu	11/12/2015	Cândido de Abreu
Roseli Pereira de Paula	Diretora de Indústria e Comércio da Prefeitura de Nova Tebas	11/12/2015	Nova Tebas
Darci Cereja	Secretário da Agricultura de Rio Branco do Ivaí	11/12/2015	Rio Branco do Ivaí
Delmiro Pereira Passo Junior	Diretor Agricultura Iretama	11/12/2015	Iretama
Edmilson Cecura	Secretário Agricultura Palmital	11/12/2015	Palmital
Roseli Pittner	Presidente Consea Paraná Secretaria Executiva da Rede Nacional de Colegiados Territoriais	05/01/2016	Pitanga

ANEXOS

ANEXO 1 - QUADRO DAS AÇÕES DO PTDRS DE 2011.....	138
ANEXO 2 - LISTA DOS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS À AMOCENTRO EM 2015.....	143
ANEXO 3 - LISTA DE INTEGRANTES DO GRUPO GESTOR DO FÓRUM TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO PARANÁ CENTRO	144

ANEXO 1 - QUADRO DAS AÇÕES DO PTDRS DE 2011.

Metas	Indicador de Monitoramento e Avaliação	Responsável pela Gestão
Eixo 1 - Infraestrutura		
Pavimentação asfáltica de 598 km de ligação entre os municípios do Território.	Propostas encaminhadas; Projetos Elaborados; Km pavimentados.	Grupo Gestor
Pavimentação com pedras irregulares ou readequação de 1360 km das principais vias rurais dos municípios do Território; procurando utilizar matéria prima local, baixando custos.	Programa Territorial e/ou Microrregional Elaborado; Projetos Aprovados; Km pavimentados.	Grupo Gestor
Adesão ao SUASA dos 17 municípios do Território.	Organização do serviço de inspeção nos municípios; Organização Territorial; Adesão ao SUASA.	Grupo Gestor
Dezessete (17) espaços adequados para o beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, preferencialmente, um em cada município.	Projetos Elaborados; Estratégia territorial de comercialização; Espaços construídos, reformados, estruturados e em funcionamento.	Grupo Gestor
Conclusão e funcionamento do Abatedouro Municipal de Suínos, em Pitanga.	Plano de negócio elaborado; Investimentos disponibilizados; Funcionamento do Abatedouro.	Grupo Gestor
Construção e/ou estruturação de 17 auditórios ou centros comunitários, um por município do Território.	Diagnóstico da infraestrutura; Projetos elaborados e encaminhados; Auditórios ou Centros Comunitários construídos e em funcionamento.	Grupo Gestor
Organização de 34 espaços de referência de lazer e cultura no campo (estrutura física e atividades).	Envolvimento dos municípios; Projetos para organização e viabilização dos espaços; Espaços em funcionamento e participação da população.	Grupo Gestor
Criação de uma (01) Agência de Desenvolvimento do Turismo no Território.	Envolvimento dos municípios; Criação e atuação da agência.	Grupo Gestor
Construção e reforma de 3400 moradias rurais, no conjunto de municípios do Território.	Articulação territorial em torno da habitação rural; Desenvolvimento de projetos considerando as técnicas amigáveis; Moradias construídas.	Grupo Gestor

Continua...

Continuação...

Cem por cento (100%) dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar atendidos com o serviço de energia elétrica oficial.	Articulação territorial em torno da eletrificação rural; Número de estabelecimentos rurais atendidos.	Grupo Gestor
Implantação de um (01) Hospital Regional de alta complexidade na cidade de Pitanga.	Proposta encaminhada ao Governo Estadual; Projeto Elaborado; Hospital construído e em funcionamento.	Grupo Gestor
Ampliação e/ou estruturação dos 14 hospitais existentes nos municípios do Território.	Organização dos municípios em torno da proposta; Parcerias estabelecidas e projetos elaborados; Hospitais ampliados e estruturados.	Grupo Gestor
Implantação de três (03) campus universitários estadual e/ou federal no Território da Cidadania Paraná Centro.	Mobilização territorial em torno da proposta; Parcerias estabelecidas e projetos elaborados; Campus implantados e em funcionamento.	Grupo Gestor
Reforma e ampliação da sede da AMOCENTRO.	Projeto de reforma e ampliação; Recurso disponibilizado; Reforma e ampliação concluídas.	Grupo Gestor
Constituição de uma equipe de trabalho com no mínimo quatro (04) profissionais.	Projetos para custeio das atividades e contratação de pessoal; Equipe constituída e atuando.	Grupo Gestor
Eixo 2 - Serviços e Desenvolvimento Institucional		
Criação de 17 hortas medicinais no espaço rural e urbano, com vistas à utilização na rede de atenção básica.	Envolvimento dos municípios; Projetos elaborados; Hortas instaladas.	Grupo Gestor
Contratação de 122 profissionais para prestar assistência técnica preferencialmente aos agricultores familiares de menor área, potencializando atividades de agricultura sustentável.	Perfil dos profissionais contratados; Nº de profissionais contratados.	Grupo Gestor
Dotação orçamentária para as 17 secretarias de agricultura dos municípios do Território.	Articulação com os municípios; Secretarias com dotação orçamentária.	Grupo Gestor

Continua...

Continuação...

Implantação das regionais da SEAB, Saúde, EMATER e Turismo no Território.	- Articulação com os governos e instituições; - Nº de regionais instaladas.	Grupo Gestor
Ampliação da participação efetiva de todos os municípios e instituições do Território da Cidadania Paraná Centro.	- Envolvimento das instituições nas discussões territoriais; - Nº de instituições participando no Grupo Gestor e câmaras setoriais.	Grupo Gestor
Implementação de uma Base de Serviços de Comercialização-BSC, bem como sua sustentação.	Implementação da Base de Serviços de Comercialização; - Nº de profissionais em atividade. - Capacidade de sustentação.	Fórum de Comercialização
Aumento de 20% no número de contratos para as linhas de crédito, tais como: olericultura, plantas medicinais, agroindústrias.	Divulgação das linhas de crédito; - Nº de contratos assinados.	Grupo Gestor
Criação de um programa de capacitação para atender 72 profissionais da educação por ano.	- Articulação entre os setores e organização do programa; - Nº de profissionais capacitados.	Grupo Gestor
Eixo 3 – Meio Ambiente		
Dezessete (17) secretarias municipais de meio ambiente criadas e/ou em atuação nos municípios do território.	- Articulação junto às prefeituras municipais; - Nº de secretarias municipais de meio ambiente.	Grupo Gestor
Criação de um Programa Territorial de Capacitação de Agentes e Gestores Ambientais para as políticas públicas territoriais e municipais de meio ambiente (PTC) para formação de 51 pessoas.	- Articulação junto às prefeituras municipais e entidades da sociedade civil; - Nº de capacitados.	Grupo Gestor
Criação do Programa Territorial de Proteção de Fontes, Água e Solo com contratação de 34 profissionais e atendimento a 3400 estabelecimentos da agricultura familiar.	- Organização para elaboração do programa; - Programa elaborado e com recursos; - Nº de profissionais contratados; - Nº de estabelecimentos atendidos.	Grupo Gestor

Continua

Continuação

Criação de uma Cooperativa Territorial e/ou Microrregional de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Recicláveis.	- Articulação para a criação da cooperativa; - Criação da cooperativa; - Volume de resíduos reciclados anualmente.	Grupo Gestor
Eixo 4 – Desenvolvimento Social		
Regularização de documentação de 5000 estabelecimentos familiares.	- Realização do diagnóstico para identificar as „formas “de irregularidades; - Projeto/Planejamento para regularização; - Nº de estabelecimentos regularizados.	Grupo Gestor
Realização de 05 mutirões da cidadania em cada município, um por ano; para melhoria do acesso aos serviços públicos.	- Organização dos mutirões; - Nº de mutirões realizados; - Melhoria nos serviços; - Aumento do nº de pessoas acessando os serviços.	Grupo Gestor
Programa de produção de alimentos de forma agroecológica/orgânica para 1.700 famílias atendidas pelos programas de transferência de renda.	- Articulação junto aos municípios; - Programa em execução; - Nº de famílias produzindo alimentos pelo programa.	Grupo Gestor
Desenvolvimento de um projeto produtivo para 425 mulheres agricultoras familiares.	- Elaboração do projeto e execução; - Nº de grupos formados e mulheres participantes.	Câmara Setorial de Saúde, Gênero e Geração
Desenvolvimento de um projeto para atividades de formação e culturais para as comunidades tradicionais (quilombolas, faxinalenses e indígenas) para 150 pessoas.	- Elaboração do projeto e execução; - Nº de comunidades contempladas; - Nº de participantes.	Câmara Setorial de Saúde, Gênero e Geração
Eixo 5 – Trabalho e Renda		
Capacitação de 289 agricultores familiares e profissionais técnicos em atividades não agrícolas para alavancar e difundir as atividades no Território.	- Elaboração do projeto de capacitação; - Nº de agricultores familiares capacitados; - Nº de profissionais técnicos capacitados.	Câmara Setorial da Meio Ambiente e Turismo.

Continua...

Continuação...

Mudança de base tecnológica de 340 estabelecimentos de agricultura familiar.	- Elaboração do programa de transição e conversão; - Nº de estabelecimentos que aderiram a mudança; - Nº de profissionais técnicos atuando em agroecologia.	Câmara Setorial da Agricultura, Segurança Alimentar, Comercialização e Agroindústria Familiar.
Implantação de 20 propriedades modelo, para referência na estratégia de diversificação e produção sustentável.	- Elaboração do projeto das propriedades modelo; - Nº de propriedades modelo implantadas.	Câmara Setorial da Agricultura, Segurança Alimentar, Comercialização e Agroindústria Familiar.
Desenvolvimento de um programa para 255 jovens rurais com atividades desde questões culturais à agrária.	- Elaboração do programa; - Nº de jovens participantes.	Câmara Setorial da Educação e Juventude.
Ampliação em 425 o número de agricultores familiares com comercialização para os programas PAA e PNAE.	- Elaboração do projeto de ações integradas; - Nº de agricultores comercializando aos programas PAA e PNAE.	Câmara Setorial da Agricultura, Segurança Alimentar, Comercialização e Agroindústria Familiar.
Implantação/reestruturação de 34 agroindústrias familiares instaladas nos municípios do Território.	- Elaboração do programa de agro industrialização; - Nº de agroindústrias instaladas/reestruturadas.	Câmara Setorial da Agricultura, Segurança Alimentar, Comercialização e Agroindústria Familiar.

Fonte: PTDRS (2011)

ANEXO 2 - LISTA DOS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS À AMOCENTRO EM 2016.

Município	Prefeito
1. Altamira do Paraná	Elza Aparecida da Silva
2. Boa Ventura de São Roque	Valdemar Gralak
3. Campina do Simão	Laureci Miranda
4. Cândido de Abreu	Jose Maria Reis Junior
5. Guarapuava	Cezar Silvestri Filho
6. Iretama	Afifi El Bitar Saab
7. Laranjal	João Elinton Dutra
8. Manoel Ribas	Elizabeth Stipp Camilo
9. Mato Rico	Marcel Jayre Mendes dos Santos
10. Nova Tebas	Heloisa Ivaszek Jensen
11. Palmital	Darci José Zolandek
12. Pitanga	Altair José Zampier
13. Roncador	Marilia Perotta Bento Gonçalves
14. Rosário do Ivaí	Ademar Alves da Silva
15. Santa Maria do Oeste	Claudio Leal
16. Turvo	Antonio Marcos Seguro

Fonte: TSE, 2015.

ANEXO 3 - LISTA DE INTEGRANTES DO GRUPO GESTOR DO FÓRUM TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO PARANÁ CENTRO.

Entidade	Representante (s)
1.Associação dos Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO	
2.Associação dos Vereadores do Centro do Paraná – AVERCENTRO	Títular: Pedro Pires
3.Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER	Títular: Vilmar Natalino Grando – Pitanga Suplente: José Idílio M Dos Santos - Ivaiporã
4.Núcleos Regionais de Educação – NRE"s	Títular: Maria Aparecida Schon – Pitanga Suplente: Luiz Carlos de Lima - Pitanga
5.Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS	
6.Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI	
7.Secretarias Municipais de Agricultura - SMAB"s	Títular: Antônio Cardoso – Boa Ventura do São Roque. Suplente: Roberto R Bronstrup – Boa Ventura do São Roque
8.Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB	Títular: João Ricardo Pachulki – Ivaiporã Suplente: Antônio Vila Real
9.Instituto Ambiental do Paraná - IAP	Títular: Joceir
10. Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO	Títular: Jorge Luiz Favaro - Guarapuava Suplente: Elaine Dos Santos – Guarapuava
11. Secretarias Municipais de Promoção Social – SMPS"s	Títular: Olga Moreira – Santa Maria do Oeste
12. Secretarias Municipais de Educação – SME"s	
13. Secretarias Municipais de Saúde – SMS"s	
14. Secretarias Municipais de Administração SMA"s	
15. Secretarias Municipais de Comercio e Turismo – SMCT"s	
16. Coordenadoria Especial da Mulher – CEM	
Sociedade Civil	
17. Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná – RURECO	Títular: Jorge Augusto Schanuel - Guarapuava Suplente: Maria A Geffer – Santa Maria do Oeste
18. Cooperativas de Crédito com Interação Solidária – CRESOL	Títular: Ivanir José Seben - Pitanga Suplente: João C Roso Ianer – Guarapuava

19. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SISMUPI	Titular: Osvaldo Rachelle – Pitanga Suplente: José Evaldo Henke – Pitanga
20. Pastoral da Criança	Titular: Terezinha Suplente: Nelson Conrado
21. Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR"s	Titular: Argeu Miguel Santana – Pitanga Suplente: Nelson Rodrigues – Pitanga
22. Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort - IAF/ Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo – AGAECO	Titular: Roseli Cordeiro Eurich – Turvo Suplente: Suzamara Weber – Turvo
23. Casa Familiar Rural – CFR	Titular: Marco Antônio Geffer – Pitanga Suplente: Luiz Otávio Martins – Santa M Do Oeste
24. União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES	Titular: Dircélia Sebastiana Novakoski – Coopaflores – Turvo Suplente: Antônio Donizetti – Santa Maria do Oeste – Coorlaf
25. CONSAD Paraná Centro	Titular: Roseli Pittner – Pitanga
26. Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR"s	Titular: Dirceu - Pitanga
27. Faculdades do Centro do Paraná – UCP	Titular: Elizeu A Kloster
28. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF SUL	
29. União Municipal das Associações de Pitanga – UNIMAP	Titular: Luiz Lenartovicz - Pitanga Suplente: Maria Inês B Martins – Pitanga
30. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA	Titular: Antônio Vaz Suplente: Valdemar Sacramento
31. Associação de Produtores Rurais de Campina do Simão / Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo	Titular: Ari Lipinski – Campina do Simão Suplente: Valdinei De Oliveira – Turvo
32. Comunidade Quilombola Paiol de Telha	Ana Maria

Fonte: PTDRS, 2011.